

**MARIA GISÉLIA SILVA FERNANDES**

**TEMPO DE CÁRCERE. UM ESTUDO SOBRE AS SIGNIFICAÇÕES QUE OS  
PRESIDIÁRIOS ESTÃO CONSTRUINDO SOBRE SUAS EXPERIÊNCIAS  
EDUCACIONAIS NA SITUAÇÃO CARCERÁRIA.**

**UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
ÁREA DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO**

**LISBOA**

**2006**

**MARIA GISÉLIA SILVA FERNANDES**

**TEMPO DE CÁRCERE. UM ESTUDO SOBRE AS SIGNIFICAÇÕES QUE OS  
PRESIDIÁRIOS ESTÃO CONSTRUINDO SOBRE SUAS EXPERIÊNCIAS  
EDUCACIONAIS NA SITUAÇÃO CARCERÁRIA.**

*Dissertação apresentada à Universidade Lusófona  
de Humanidades e Tecnologia -ULHT para  
obtenção do grau de Mestra em Ciências da  
Educação, Especialização em Educação,  
Desenvolvimento e Políticas Públicas.*

Orientadora: Professora Doutora Ângela Maria Bessa Linhares

Co-orientador: Professor Doutor Antonio Teodoro

**UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
ÁREA DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO**

**LISBOA**

**2006**

## DEDICATÓRIA

*Este trabalho é especialmente dedicado aos encarcerados da Penitenciária Modelo Desembargador Flóscolo da Nóbrega que se propuseram a relatar suas histórias e suas idéias colaborando assim, com nossa pesquisa. Esses homens, forjados nos dilaceramentos e na dor se despojaram de forma bonita no desocultamento das suas falas e hoje há palavras que ficam a pairar nas ruelas da nossa memória. A eles devemos o sabor de abraçar com mais coragem o sonho por “um outro mundo possível”.*

*Dedico a Sara, Sâmara, David, Matheus e Darwin - sobrinhos e sobrinhas que fazem parte dos ganhos.*

*Dedico a todas as pessoas que acreditaram em meu trabalho e que na roda da vida deram uma olhadinha com afeto para mim.*

## AGRADECIMENTOS

*A minha orientadora Ângela Linhares, que chegou em minha vida de forma mágica e com a sua boniteza ocupou um lugar de destaque. Com sua presença inefável e suave, tornou leve os momentos difíceis da construção desse texto dissertativo. Juntas intuímos atalhos por lugares que pareciam íngremes de serem seguidos.*

*A ela minha eterna gratidão por tudo que fez por mim e por usar sua percepção e sua capacidade extraordinária para ver o todo do caminho. Ângela Linhares é uma criatura que no seu agir humano dedica a própria vida a cuidar das pessoas. Construímos um laço singular que jamais será apagado da minha alma.*

*Ao José Comblin – esse homem de olhos críticos e dóceis – cuja vida alimenta a minha e cujas idéias contribuíram para um salto qualitativo na construção desse trabalho. Sua generosidade extraordinária alimentou a minha essência humana no decorrer do caminho.*

*Agradeço a minha irmã, amiga, confidente Santina Helena Castellanos, por todos os momentos especiais que palmilhamos, pelo apoio e incentivo constante.*

*A meu pai e minha mãe, que fizeram o que sabiam, o que podiam fazer por mim. A tessitura do seu amor produziu crescimento em meu viver. Meus sinceros agradecimentos.*

*Ao **Dr.** Antônio Teodoro, pela seriedade e competência com que coordena o curso de mestrado da ULHT e por ter acreditado em meu trabalho.*



## RESUMO

Este estudo tem por objetivo desvelar as significações construídas pelos alfabetizados presidiários sobre suas experiências educacionais, na situação do cárcere. Considerando os objetivos que perseguimos e os aportes teóricos metodológicos que fundamentam o trabalho, passamos a situar as trilhas da nossa pesquisa no contexto de um presídio, dando voz aos detentos, cujos discursos tradicionalmente são reduzidos a patologias ou desvios. Nesta direção, recorreremos à abordagem qualitativa de pesquisa. Nossa escolha metodológica para o trabalho investigativo utilizará a teoria que é também método das Representações Sociais, que são marcados pela especificidade de “dar lugar ao pensamento do Outro” na pesquisa. As histórias de vida nos auxiliarão a municiar nosso olhar e, por meio delas e de outras formas narrativas - como as análises de rituais e dos cenários que compõem o cotidiano carcerário -, as representações sociais serão ordenadas de modo à “fazerem falar o silêncio” das vozes amordaçadas dos presos da Penitenciária Modelo Desembargador Flóscolo da Nóbrega, em João Pessoa-(PB). Utilizamos três meios para coletar os dados: registros no diário de campo, observações participantes, entrevistas semi-estruturadas com os selecionados individualmente e em grupos. Para o tratamento dos dados coletados, utilizamos a escolha de cenários do cotidiano carcerário - o que pôde nos auxiliar a dar forma concreta às escolhas teóricas e metodológicas do processo de investigação. A luz de Moscovici, as representações sociais são uma maneira particular de conhecimento presente no senso comum, tendo como função a orientação para a ação no cotidiano; ao mesmo tempo em que essa forma de conhecimento é diretriz na interação entre os indivíduos. No espaço carcerário, procuramos compreender as representações dos presidiários, movendo-nos junto a silêncios, gestos, olhares, gritos, palavras e agressões. Neste lugar concreto, escutando os encarcerados tecerem suas vozes sobre o vivido, procuramos entender as suas significações. Essa escuta se fez a partir de tempos, lugares e cenas específicas, que davam circunstancialidade ao dito e se expressavam como rituais: plenos de material instituído e de material instituinte. Também, as significações em teias nos puderam mostrar *como*, nas situações vividas no cárcere pelos detentos, o sujeito que *cometeu um delito* passa a viver um percurso que vai legitimar a construção do *sujeito delinqüente*. A dimensão da transcendência apareceu como lugar único onde as significações dadas ao percurso vivido no cárcere, em sua ânsia de sentido, tocam explicações de totalidade que devolvem a inteireza humana, mas não empanam a percepção do que ali se vivencia como brutal e abjeto. Mostrar como essa urdidura acontece, do ponto de vista dos encarcerados, foi tecer a malha dos rituais do cotidiano, eivados de reprodução e resistência, junto aos subterrâneos de uma memória em disputa, de uma imagética violada na sua esperança de dignidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Significações, Cotidiano, Cenários, Educação, Cárcere.



**ABSTRACT**

**KEYWORDS:**

## ÍNDICE GERAL

<b>LISTA DE SIGLAS</b>	<b>09</b>
<b>ÍNDICE DE FIGURAS</b>	<b>10</b>
<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>12</b>
<b>I PRIMEIRA PARTE: CORPO TEÓRICO</b>	<b>15</b>
<b>1.1 Novo paradigma emergente</b>	<b>15</b>
<b>1.2 De onde nasce a pesquisa: as vias da alfabetização</b>	<b>18</b>
<b>1.3 Punição ou reeducação?</b>	<b>21</b>
<b>1.4 Transcendência como possíveis necessários à educação como ato político e humano</b>	<b>25</b>
<b>1.5. Porque o cotidiano do cárcere?</b>	<b>28</b>
<b>1.6. O solo fundante de um percurso educativo</b>	<b>31</b>
<b>1.7 O fracasso da prisão</b>	<b>34</b>
<b>1.8 Histórico do cárcere</b>	<b>36</b>
<b>1.9 A inserção no chão do Presídio do Roger</b>	<b>42</b>
<b>1.10 Da violência do sistema penitenciário</b>	<b>45</b>
<b>II SEGUNDA PARTE: O PERCURSO METODOLÓGICO</b>	<b>51</b>
<b>2.1 PROBLEMA DE PESQUISA</b>	<b>51</b>
<b>2.2 OBJETIVOS DA INVESTIGAÇÃO</b>	<b>51</b>
2.2.1 Objetivo Geral	51
2.2.2 Objetivos Específicos	51
<b>2.3 DESIGN DA INVESTIGAÇÃO</b>	<b>52</b>
2.3.1 Dos eixos metodológicos da pesquisa a suas trilhas	52
2.3.2 Área de abrangência	56
2.3.3 População-amostra	56

2.3.4 Instrumentos de coleta dos dados	57
2.3.4.1 - Primeiro momento	58
2.3.4.2 – Segundo momento	58
2.3.4.3 – Terceiro momento	58
2.3.5 Tratamento dos dados	59
<b>III TERCEIRA PARTE: APRESENTAÇÃO DA TEIA DE SIGNIFICACÕES E ANÁLISE DAS FALAS</b>	<b>62</b>
<b>3.1 Conferir sentidos aos saberes da vida: construindo a teia de significações das vozes amordaçadas.</b>	<b>62</b>
<b>3.2 Cenário I - Visita íntima: os fios que constroem as representações da teia</b>	<b>68</b>
<b>3.3 Cenário II - O pátio: tecendo a teia das falas</b>	<b>78</b>
<b>3.4 Cenário III - A cela: fios de linguagem</b>	<b>89</b>
<b>3.5 Cenário IV - O corredor: os não ditos da teia</b>	<b>92</b>
<b>3.6 Cenário V - O refeitório: comer vigiado</b>	<b>95</b>
<b>3.7 Cenário VI – O isolado: espaço de punição e de extremo sofrimento</b>	<b>98</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>105</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>110</b>
<b>APENDICE</b>	<b>117</b>



**LISTA DE SIGLAS**

CEBS	-	Comunidades Eclesiais de Base
CONEJA	-	Comissão Nacional de Jovens e Adultos
COSIPE	-	Coordenação do Sistema Prisional
EJA	-	Educação de Jovens e Adultos
FUNDEF	-	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento de Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
LDB	-	Lei de Diretrizes de Base
LEP	-	Lei de Execução Penal
RS		Representação Social

**INDICE DE FIGURAS**

FIGURA I	- Cenário I – Visita Intima. Roger-João Pessoa-PB (2006)	68
FIGURA II	- Cenário II – O Pátio – Área onde os presos jogam futebol. Roger - João Pessoa - PB (2006)	78
FIGURA III	- Cenário III - – A Cela – Cela de um dos presos do pavilhão 3. Roger-João Pessoa – PB (2006)	89
FIGURA IV	- Cenário IV O Corredor – Espaço do corredor no pavilhão 2 na hora da distribuição da comida. Roger - João Pessoa – PB (2006)	92
FIGURA V	Cenário V – O Refeitório – Lugar onde serve a comida aos presos que estão na sua hora de banho de sol. Roger - João Pessoa – PB (2006)	95
FIGURA VI	- Cenário VI – O Isolado – Celas do isolamento-Roger. João Pessoa – PB (2006)	98

## O CONDENADO

"Folga a Justiça e Geme a Natureza"

Bocage

*Alma feita somente de granito,  
Condenada a sofrer cruel tortura  
Pela rua sombria de amargura  
- Ei-lo que passa - réprobo maldito.*

*Olhar ao chão cravado e sempre fito,  
Parece contemplar a sepultura  
Das suas ilusões que a desventura  
Desfez em pó no hórrido delito.*

*E, à cruz da expiação subindo mudo,  
A vida a lhe fugir já sente prestes  
Quando ao golpe do algoz, calou-se tudo.*

*O mundo é um sepulcro de tristeza.  
Ali, por entre matas de ciprestes,  
Folga a justiça e geme a natureza.*

*(Augusto dos Anjos)*

## INTRODUÇÃO

### **Da busca pessoal à construção do objeto de investigação**

Na nossa experiência como professora, desde os quatorze anos de idade, no meio popular, sempre nos intrigou como a cultura e os saberes das populações das classes subalternas eram silenciados no cotidiano educacional. Trabalhando inicialmente com crianças de uma escola municipal, da periferia de Campina Grande, no bairro de Bodocongó, observávamos como era alijado do contexto escolar os fazeres e saberes que constituíam e fertilizavam a rica cultura popular.

Colaborando com a luta da Pastoral da Terra e do Movimento dos Sem Terra, da Paraíba, na ocupação da Ramadinha – invasão que se dava no ano de 1987 – observávamos como a dimensão política que se explicitava nos movimentos sociais, em grande medida se calava no contexto das práticas escolares.

Mais adiante, continuando no trabalho com os movimentos sociais, atuamos nas CEBS (Comunidades Eclesiais de Base) como assessora de trabalhos com juventude e projetos de capacitação de lideranças do meio popular. Pensando na formação humana desde essa época, percebíamos a necessidade de situarmos a dimensão política e humana nos contextos objetivos e nos duros limites da luta popular.

Então nós nos perguntávamos: por que abolíamos, muitas vezes, os sentidos que os sujeitos estavam dando às suas experiências, em nome de um saber que se dizia ser técnico-prático, mas que calava as vozes dos educandos/as e, conseqüentemente, os seus saberes? Como situa Pastor (2002, p. 36), ao falar na construção de saberes e da cidadania: “os procedimentos de construção de saber mudam radicalmente o status daquele que aprende: ele passa da posição de espectador, consumidor, no máximo, de ator, para a de autor ou co-autor de seus saberes”.

Como devolver o sentido de autoria aos sujeitos que viviam os processos educativos, nas ações populares em que nós atuávamos? O educador Paulo Freire considerava ser fundamental a transformação dos seres humanos, que podiam passar de objetos e se tornarem sujeitos do conhecimento produzido nas práticas educacionais. Educar seria proporcionar aos aprendizes condições de desvelar sua própria realidade, mediante o processo de ação cultural que se daria em situações dialógicas (FREIRE, 1983).

O sentido de participação, nessa perspectiva, deveria ser trabalhado nos processos de conhecer, de modo que os aprendizes pudessem criar condições de situarem-se como capazes de transformar contextos opressivos e questionar as relações sociais reificadas, vistas, portanto, como não passíveis de mudança e que resultam por tratarem o outro como “coisa”, destituindo-o como sujeito.

O protagonismo humano no contexto das transformações sociais, na visão freireana, passa a ser visto como elemento central de uma pedagogia que, partindo de relações sociais horizontais no processo educador, conduz os que se educam – educador/a e educando/a – a desvelarem criticamente as realidades, situando-se como sujeitos históricos.

Parece-nos que hoje temos mais clareza que os procedimentos utilizados na nossa ação buscavam considerar a capacidade do ser humano de ser sujeito, bem como a sua história pessoal e coletiva. E percebíamos também que o modo como se compreende que horizonte de sociedade se tem em vista, quem é o sujeito de nossas práticas educativas, o que é conhecimento e o modo como se conhece, determinam os lugares de prática, as relações sociais, os conteúdos e as formas de se trabalhar nos percursos educacionais.

Transformar essa “linguagem da crítica” em “linguagem da possibilidade” de ações concretas do ser no mundo, conforme afirma Paulo Freire, seria uma das heranças fundamentais do que foi produzido pela reflexão crítica na área dos estudos de educação de adultos, uma vez que os processos sociais estão eivados não só de reprodução, mas, também, de resistência (GIROUX, 1986) e, acrescentaríamos, esperança utópica. Ou seja, embora se tenha reproduzido os mecanismos de acumulação do capital, se tem desafiado essa tentativa de perpetuação das estruturas de dominação do capitalismo. Seria importante, pois, que nossos estudos tentassem desvelar as possibilidades de resistência e como elas se constroem nos sujeitos.

No trabalho com a formação de juventude no meio popular, lidávamos com a construção da leitura de mundo e com a maneira como ela se constituía um caminho de elaboração em que o sujeito ia deixando seu lugar de passividade, para partear a autoria de suas significações e responder desafios da realidade. Em última análise, parecíamos desde então, estar a tatear junto à idéia do educando ser o protagonista da reflexão-ação sobre sua história pessoal e coletiva.

Esse caminho que deveria levar a pessoa a se perceber como sujeito nos conduzia a outra relação com o saber e a outro tipo de postura na interação entre educador/a e educando/a. Além do aspecto político da educação, também observávamos que seria preciso considerar o/a educando/a como um sujeito complexo, multidimensional, cuja subjetividade

costuma ser deixada de lado nas situações educacionais. O aspecto do compartilhar a luta pela vida, no qual as pessoas aprendem com a experiência coletiva e sobre ela se debruçam para modificá-la estava visceralmente vinculado às virtudes que compõem o potencial dialógico do encontro entre as pessoas.

Muitos foram os percursos educativos e as reflexões que deles derivaram, até se constituírem uma espécie de senso de direção capaz de fornecer as balizas do caminho que hoje percorremos. Nessa construção, esses múltiplos olhares foram se integrando até configurarem o objeto de estudo sobre o qual nos debruçamos hoje.

Como educadora da alfabetização de jovens e adultos no ambiente carcerário, aproveitando nossas idas à Penitenciária Modelo Desembargador Flóscolo da Nóbrega<sup>1</sup>, objetivamos realizar uma pergunta sobre nossa experiência, tendo como foco as significações que os alfabetizados estão construindo sobre suas experiências na situação do cárcere. Pensamos que nosso relato de experiência se inscreve no tecido contraditório onde medram as práticas que envolvem a ação alfabetizadora de jovens e adultos no país – com a agravante de que o ambiente do cárcere, alvo desta pesquisa, agudiza a tessitura dessas vozes em conflito. A contribuição desta pesquisa está no desocultamento das falas – aqui tomadas como representações sociais – dos presidiários: as significações que estão dando em seus tateamentos expressivos, as suas experiências educacionais no período em que estão no cárcere.

O objeto de nossa pesquisa, no entanto, focalizam as vozes dos educandos – presidiários, que se expressam na forma de representações sociais sobre suas experiências educacionais, no período em que estão no cárcere. Dar espaço à escuta dessas vozes plurais, em seu anseio articulador de sentido no contexto da experiência carcerária é nosso intento.

---

<sup>1</sup> A partir daqui passaremos a utilizar o termo Presido Roger, como é popularmente chamada essa Instituição.

## I PRIMEIRA PARTE: CORPO TEÓRICO

*A Justiça continuou e continua a morrer todos os dias. Agora mesmo, neste instante em que vos falo, longe ou aqui ao lado, à porta da nossa casa, alguém a está matando. De cada vez que morre, é como se afinal nunca tivesse existido para aqueles que nela tinham confiado, para aqueles que dela esperavam o que da Justiça todos temos o direito de esperar: justiça, simplesmente justiça. Não a que se envolve em túnicas de teatro e nos confunde com flores de vã retórica judicialista, não a que permitiu que lhe vendassem os olhos e viciassem os pesos da balança, não a da espada que sempre corta mais para um lado que para o outro, mas uma justiça pedestre, uma justiça companheira quotidiana dos homens, uma justiça para quem o justo seria o mais exacto e rigoroso sinônimo do ético, uma justiça que chegasse a ser tão indispensável à felicidade do espírito como indispensável à vida é o alimento do corpo. Uma justiça exercida pelos tribunais, sem dúvida, sempre que a isso os determinasse a lei, mas também, e sobretudo, uma justiça que fosse a emanção espontânea da própria sociedade em ação, uma justiça em que se manifestasse, como um iniludível imperativo moral, o respeito pelo direito a ser que a cada ser humano assiste. (José Saramago)*

### 1.1 Novo paradigma

Vivemos em uma época onde a ciência, em grande medida, passou a funcionar como um braço para domínio; o ordenamento jurídico e social é desacreditado e o mercado capitalista se erige com suas leis e mecanismos de acumulação de renda e bens, em benefício das classes dominantes. As referências fundantes das ciências se encontram em crise e o paradigma dominante abre suas fendas. As esferas da economia e da política passam a funcionar como normatizadoras da reprodução do capital, do modo como ele se organiza.

É total a predominância da lógica do capital e do mercado, da loucura privatista, à qual estão sujeitos os círculos e as camadas dominantes que querem resolver, com a privatização, todos os problemas originalmente coletivos. [...]. Via de regra, a política fala a língua do Estado. Este, por sua vez, fala a linguagem das leis e da administração (NEGT; KLUGE, 1999, p. 11).

A preocupação de refletir sobre horizontes que norteiam a constituição de novos elementos paradigmáticos se tornou, pois, essencial no processo de uma investigação científica mais humanizadora. Tendo isso em vista, enfocamos a dimensão educativa nas práticas do cárcere, articulando o conhecimento científico que trazemos com o saber popular

advindo das visões dos sujeitos da pesquisa, pois em ciências antropológicas o objeto de estudo é um sujeito que fala – aspecto que na teoria-método das Representações Sociais tem seu lugar.

Por considerar, então, o saber do senso comum, se toma como importante a perspectiva de Paulo Freire (2001, p. 43) sobre o “saber de experiência feito como base, para chegar a um conhecimento resultante de procedimentos mais rigorosos de aproximação aos objetos cognoscíveis”. Daí a importância da fala e das práticas dos sujeitos sociais do cárcere, bem como de suas leituras sobre o percurso vivido no que deveria ser um processo de educação no cárcere.

Paulo Freire nos diz que é no diálogo entre saberes de sujeitos que se educam que se constrói conhecimento capaz de transformar contextos opressivos, a partir do rompimento da alienação; ao dar um papel de sujeito ao Outro estamos a negar a sua coisificação e apostar na sua autoralidade, vista como a capacidade dos humanos de produzir sentido e texto.

A importância da *práxis* - da vinculação dialética entre teoria e prática – no percurso reflexivo de sujeitos que se educam (FREIRE, 1989) deve ter seu lugar. Portanto, o saber de experiência feita, que é conhecimento formado na ação cotidiana, *práxis*, bem como o diálogo de saberes entre os que se educam são referências fundantes do percurso da pesquisa em curso, o que nos possibilita um olhar, ao sujeito pesquisado, diverso do que tradicionalmente se tem em ciência.

Na verdade, este trabalho dissertativo, também pode ser visto como uma tentativa de contribuir para a superação do que Freire denomina de crise de paradigmas e de compreensão, em relação aos modos de se olhar às práticas de educação popular. Temos reduzido a potência do saber do Outro ao que se pode olhar com nossos instrumentais; pouco se tem considerado e buscado compreender o modo como a perspectiva popular resiste, por isso se tem coisificado os sujeitos e silenciado suas vozes. Ao dar um papel de “coisa” aos sujeitos encarcerados, não estaríamos nós também reforçando seu assujeitamento no cárcere e sua destituição do papel de sujeito?

Também estamos a unir o que se tem separado tradicionalmente, quando se tem delimitado o que é político e isolado-o da política da vida. O que é da ordem do psíquico imbrica-se com o que estamos a considerar da ordem do social e histórico-cultural. As representações sociais são lugares, portanto, onde se dá a confluência do que é social e do que é singular nos indivíduos. Moscovici (1978) afirma que o objeto das representações sociais se inscreve em um contexto dinâmico e ativo, concebido pela pessoa ou coletividade como extensão de sua conduta. As Representações Sociais, assim, reconstituem experiências,



remodelam o vivido, preparam o agir social e instituem um sentido para a ação – não são umas meras reproduções do real no plano subjetivo. Outrossim, as Representações Sociais são uma reorganização significativa que pode se dar na base de onde se estrutura o novo pensar e a ação do homem (MOSCOVICI, 2004; SÁ, 1996).

Assim é que, atualmente, diante de uma população aviltada pela experiência do cárcere, mediada por um percurso educativo, nos perguntávamos como dar um lugar de sujeito aos presidiários e como constituir uma espécie de *pedagogia da voz*, dando vez aos que devem ser protagonistas da busca de sentidos para sua luta e sua vida.

Nesse sentido, nossa escolha metodológica para o trabalho investigativo utilizará a teoria que é também método das Representações Sociais, que são marcados pela especificidade de “dar lugar ao pensamento do Outro” na pesquisa. As histórias de vida nos auxiliarão a municiar nosso olhar e, por meio delas e de outras narrativas, as representações sociais serão ordenados de modo à “fazerem falar o silêncio” das vozes amordaçadas, como aprofunda tão bem o estudioso português Boaventura Santos, ao nos apresentar a *sociologia das ausências*, que tem como objetivo “transformar objectivos impossíveis em possíveis, objectivos ausentes em presentes” (2005, p. 21).

Há, pois, que se fazer um enfrentamento para ultrapassar o que se delineia como verdade produzida pelos mecanismos de repressão estatais e que, nas prisões e no aparato penal, resulta por fazer calar o pensamento dos sujeitos, deixando-os coisificados. Como buscar possibilidades concretas no movimento das ciências modernas, que nos permitam dar voz a esses sujeitos do cárcere? –nós nos perguntávamos, ao ver as duras facetas da educação no cárcere, que em toda a sua complexidade nós partilhávamos, por estar atuando como professora neste estabelecimento; é desse modo que nós íamos nos apercebemos da necessidade de rever os princípios paradigmáticos que nos vinham servindo costumeiramente de lentes.

As representações sociais são constitutivas do dia-a-dia das pessoas; a existência do cotidiano está dotada por significados, que são relevantes para as pessoas que os vivenciam. O entrelaçamento dos vínculos entre as várias representações sociais possibilitará, pois, que a atribuição de significação complexa aos processos psicossociais, que em nosso caso são os vividos pelos sujeitos do cárcere, possa ser capturada e compreendida, segundo a teoria-método das representações sociais.

## 1.2 De onde nasce a pesquisa: as vias da Alfabetização

Como professora de alfabetização no Presídio do Roger, fomos construindo nosso olhar para a problemática do cárcere. De que forma nós poderia dar voz àqueles detentos que me falavam e repartiam comigo trechos de momentos vividos em meio a uma realidade tão dura? Nós nos perguntávamos isso em meio ao contexto que nos aproximava: a alfabetização de jovens e adultos na situação concreta do cárcere. Algumas palavras sobre a alfabetização de jovens e adultos no Brasil situam o cenário discursivo que me interpelava.

Historicamente, a alfabetização de jovens e adultos, no Brasil, se confunde com a própria trajetória da educação popular, enquanto ponto de vista de luta das classes populares pelos seus direitos e trajetória da construção da cidadania.

No cenário mundial, a primeira Conferência Internacional de Educação de Jovens e Adultos, realizada em Elsinor, Dinamarca, de 16 a 25 de junho de 1949, teve como tônica do conclave os problemas do setor nos países desenvolvidos, com o pessimismo do pós-guerra. Já na Segunda Conferência Internacional de Educação de Jovens e Adultos, realizada em Montreal, Canadá, a perspectiva dominante enfatizou a necessidade de se pensar a educação continuada, como revelam as pesquisas do Instituto Paulo Freire, em São Paulo (ROMÃO, 1999).

Entre a segunda e a terceira conferência internacional, porém, foi realizado, de 8 a 19 de setembro de 1965, o Congresso Mundial de Ministros de Educação, em Teerã (Irã), voltado para a “erradicação do analfabetismo”. A dominância temática do congresso girou em torno da problemática dos países empobrecidos pela exploração das grandes potências e trouxe como grande avanço a idéia de que a educação de jovens e adultos pode ser considerada “como parte integrante do sistema de ensino e incluída nos planos de desenvolvimento de cada estado-membro” (DI ROCCO, 1979, p.92).

Na Terceira Conferência Internacional de Educação de Jovens e Adultos, realizada em Tóquio, Japão, de 25 de julho a 7 de agosto de 1972, enfatizou-se o não paralelismo à educação de crianças (da educação de jovens e adultos) e consolidou-se a visão de educação permanente como complemento e algo que se estende para toda a vida.

Progressivamente às lutas de cada país, no cenário mundial, a quarta Conferência Internacional de Educação de Jovens e Adultos, realizada em Paris, em 1985, refletiu sobre as questões anteriores e trouxe a discussão sobre o analfabetismo da mulher como uma questão de gênero – uma construção social do sexo. Deu-se prioridade à educação da mulher e foi

ponto fundamental, nesta conferência, a necessária aliança entre governo e população organizada, no combate ao analfabetismo. Considerou-se, também, o estabelecimento de vínculo entre a educação formal e a não formal, a necessidade de criatividade e inovação na educação de jovens e adultos e analisou-se o impacto dos *mass media* na socialização de informações invasivas do mundo jovem e adulto, trazendo seu contributo de alienação.

Dadas às dimensões do desafio da universalização da educação básica, o Projeto Brasil Alfabetizado, ao qual nos vinculamos, carrega em seu bojo as malhas das contradições em que se debate historicamente a educação de jovens e adultos no nosso país e que, no ambiente do presídio, apresenta severos dilemas.

A sociedade civil organizada tem pressionado os vários âmbitos de ação governamental no sentido de ver atendidas as suas demandas educacionais na área. Os projetos como o Brasil Alfabetizado se situam nesse território conflituoso, marcado pela divisão social do trabalho e pela diversidade cultural dos contextos onde se desenvolvem as ações, pela dificuldade de se conectar ao sistema de ensino e ultrapassar seu caráter de suplência e semicultura.

Dessa forma é que, constituída como uma categoria especial, a Educação de Jovens e Adultos, inserida no texto constitucional, resente-se da dificuldade de efetivar-se como direito do cidadão e prática social concreta.

Veja-se que as contradições entre o que orienta o texto constitucional e o que se consegue efetivar como prática social, se explicita no silenciamento a que foi submetida à Comissão Nacional de Educação de Jovens e Adultos (CONEJA), não convocada desde 1996. Inclusive, pela lei 9.424 de dezembro de 1996 (período de gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso) são excluídos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), no cálculo para ações intergovernamentais e verbas, não só as matrículas nas salas de alfabetização de jovens e adultos, como também as do ensino supletivo quando mescla atividades de educação à distância com atividades educacionais presenciais, pois estas não são contabilizadas.

Assumindo essas dificuldades, recai sobre a esfera estadual o compromisso de assumir a EJA (Educação de Jovens e Adultos), porquanto esta se inclui como competência obrigatória na oferta do ensino fundamental e médio para jovens e adulto, como orienta a lei de diretrizes e bases (LDB) em vigor atualmente no Brasil.

Na realidade, teríamos de tornar significativas às aprendizagens alfabetizadoras, despindo-as dos rituais vazios com que elas tradicionalmente se vestem. A alfabetização não pode ser vista mais como domínio mecânico de um código. Para Ferreiro (1996), como

sistema de representação da linguagem, a alfabetização medra em um contexto sócio-cultural e lida com um sujeito multidimensional que produz permanentemente sentidos para suas experiências. Sentidos que são negociados constantemente, em um território dinâmico, eivado de embates.

Todo saber, todo sentido deve ser objeto de uma “convenção” entre os homens. A palavra “convenção” deve ser tomada em seu sentido dinâmico: não se refere àquilo que, por tradição, é feito ou pensado em uma sociedade (“as convenções sociais”, o consenso sem espírito crítico), mas ao contrato fruto de uma negociação que implica rigor e espírito crítico. A “convenção” é um consenso em construção, provisório na maioria das vezes, nunca terminado. As práticas de construção dos saberes aplicadas pela Educação Nova constituem um campo de atividade no qual é construído esse hábito da negociação do sentido; é preciso levar em conta diferenças de pontos de vista e de experiências, fazer com que sirvam para o avanço do saber, fazer da contradição o motor social da construção dos saberes (PASTOR, 2002, p. 36-37).

Partimos da idéia de que o mundo vivido pode ser compreendido como um texto que explicita os significados que damos às nossas experiências. É nele, no mundo compreendido também como um texto, que se dão negociações e lutas, em contextos de sofrimento social intenso como o dos apenados. Com base nesse ponto de partida perguntamos: como se manifesta “o texto” do mundo vivido pelos encarcerados?

Pode-se falar, inclusive, hoje, em termos de uma construção da identidade própria da educação de adultos, uma vez que esta modalidade de ensino parece exigir não só sua integração no sistema de ensino do país, mas do ponto de vista pedagógico, que ela seja considerada em suas especificidades.

A grande dimensão tomada pela EJA em nosso país, no entanto, parece que requer em sua concretude a intervenção federal no seu enfrentamento, pois existe a dificuldade da gestão de recursos para esse fim, da parte de governos estaduais e municipais. É assim que os programas no setor resultam por serem tímidos e marcados pelo regime da provisoriedade e insuficiência no ataque à problemática da educação de jovens e adultos. Segundo Haddad em texto onde se refere à Conferência Mundial de Educação, ocorrida no Senegal em 2000, a superação do analfabetismo exige várias frentes de luta: “a redução dos índices de pobreza, a universalização do ensino básico com uma educação de qualidade e uma política de educação de jovens e adultos com verbas específicas para este fim” (HADDAD, 1994, p. 215).

É nessa gama de contradições entre uma conquista popular que se efetiva no contexto das políticas públicas e sua consecução no plano concreto, que se inscreve a nossa experiência como professora, matriz da nossa eleição da problemática do cárcere.

O objeto da nossa pesquisa, no entanto, focaliza as vozes dos educandos – presidiários, que se expressam na forma de representações sociais sobre suas experiências, no período em que estão no cárcere, estabelecimento penal que possui função educativa em sua missão social. Dar espaço a essas vozes plurais, em seu anseio articulador de sentido no contexto da experiência carcerária é nosso intento.

### **1.3 Punição ou reeducação?**

Como uma teia de disciplinamento dos corpos e supliciamiento da alma, os estabelecimentos penais, que deveriam ser construídos para serem instâncias educativas, resultam por funcionarem como um conjunto de mecanismos que se apoderam dos sujeitos negando-lhes autonomia, fabricando outras “verdades” além do estrito código criminal, enfim, realizando uma insistente reinserção também nos outros sistemas que não os jurídicos (como o dos hospitais, o dos equipamentos manicomialis; os conventos, conselhos penitenciários, abrigo de crianças e adolescentes, etc.).

Apesar das diferenças dos estabelecimentos penais irem se dando gradativamente do século XVIII para cá, permanece o que Foucault (2004) nomeia como um “suplicante fundo” nos modernos mecanismos da justiça criminal, fundo envolvido, cada vez mais amplamente, por uma penalidade incorporal. Na verdade, a privação de liberdade tem funcionado no presídio do Roger, com seus complementos punitivos tradicionais referentes ao corpo: redução alimentar, expiação física, isolamentos periódicos em celas especiais, como punição de infrações no local (antigamente chamado “masmorras”), relativa privação sexual, ociosidade maciça e coação moral pelo modo como se dá o disciplinamento coletivo (2004).

Fabricando sistemas institucionais que atuam controlando os corpos e disciplinando os sujeitos dentro dos parâmetros de produção do capitalismo moderno, essa teia de mecanismos de controle resulta por fabricar também um “saber” que sustém o próprio sistema de coação e o modo de se tratar ou delinquir em parâmetros de punição e não reeducação.

Sobre o assunto, Foucault se refere nos termos seguintes:

Desde que funciona um novo sistema penal – definido pelos grandes códigos dos séculos XVIII e XIX – um processo global levou os juízes a julgar coisa bem diversa do que crimes: foram levados em suas sentenças a fazer coisa diferente de julgar; e o poder de julgar foi, em parte, transferido a instâncias que não são as dos juízes da infração. A operação penal inteira carregou-se de elementos e personagens extrajurídicos [...] Mas uma coisa é singular na justiça criminal moderna: se ela se carrega de tantos elementos extrajurídicos, não é para poder qualificá-los juridicamente e integrá-los pouco a pouco no estrito poder de punir; é, ao contrário, para poder fazê-los funcionar no interior da operação penal como elementos não jurídicos; é para evitar que essa operação seja pura e simplesmente uma punição legal; é para escusar o juiz de ser pura e simplesmente aquele que castiga[...]. A justiça criminal hoje em dia só funciona e só se justifica por essa perpétua referência à outra coisa que não é ela mesma, por essa incessante reinscrição nos sistemas não jurídicos. Ela está votada a essa requalificação pelo saber. (FOUCAULT, 2004, p. 22-23)

O atual sistema do controle da criminalidade já dá mostras de não conseguir ser tão amplamente legitimado; inclusive no seio da opinião pública ele é desacreditado e tido como inoperante. Pode-se pensar hoje na “construção da delinquência” como processo vinculado à “construção social da exclusão” e perguntaríamos, então, se não poderia existir um sistema de educação que não reforçasse essa “condenação” construída desde antes das prisões se executarem. Assim é que a exclusão social - que no cárcere vive seu sintoma também como privação de liberdade -, nas prisões estaria provocando uma atitude de rejeição e de resistência por parte do próprio condenado, da sua família e da sua rede de relações, que mais agudiza a problemática. Pergunta-se, ainda, em que e por que a privação da liberdade levaria a uma transformação do condenado: qual é a relação entre a pena e o resultado esperado?

Ao tentar construir um olhar de pesquisadora da nossa própria experiência, observávamos como os presidiários chamavam a si pelos artigos de suas infrações. Pareciam assumir, de alguma maneira que nós julgávamos catastrófica, o que o exercício do poder na prisão nomeava sobre si. Então, nos perguntávamos como as identidades de pais, irmãos, maridos, amantes, trabalhadores, entre outras, estariam a submergir a esses disciplinamentos e ao que chamo de “negação do sujeito”.

Certamente que essa negação do sujeito não é absoluta – é justamente a reação a ela que nós víamos também, quando nossos alunos deixavam-se levar pela amorosidade que íamos propondo no espaço interativo e de produção de um outro saber, que estávamos a

construir. A assiduidade, a cooperação entre nós, a delicadeza com que nos tratavam, às professoras, e o modo como respondiam às propostas pedagógicas que nós trazíamos, nos levavam a aprofundar a necessidade de compreensão de como se articulam as esperanças em meio a situações de aviltamento tão extremas.

Em meio a esse intrincado traçado, passamos a tentar tecer no cotidiano da experiência alfabetizadora a escuta de suas vozes e outras identidades que estavam como que amordaçadas nesses sujeitos. É justamente esse aflorar da voz da experiência educacional dos sujeitos que cumprem pena no cárcere que, a partir de minha inserção por meio desse percurso alfabetizador, passamos a desvelar, em suas significações e possibilidades, já então como problema de pesquisa.

É importante assinalar que temos a concepção de educação como permanente e como envolvendo não apenas escolarização, mas as construções dos saberes que devem ser erigidos para a vivência da cidadania. Também temos claro que dentro do espaço carcerário deveria ser tentada a tarefa educadora desses sujeitos, uma vez que as instituições penais têm como missão formular e fazer executar a (re) educação e não a punição dos apenados.

A partir de descrições dos cenários de vida no cárcere, do modo como o compreendem os presidiários, tencionamos perceber que significações estão dando a essas situações de seu cotidiano. Que relações descobrem sobre o que se passa no tempo do cárcere; como trazem sonhos, outras cenas vividas antes e, mesmo, quais esperanças são nutridas nos atos diários, onde imanência e transcendência compõem os sujeitos como seres de linguagens.

A situação carcerária se situa no cenário das acentuadas desigualdades sociais que vigoram no Brasil. É no âmbito de contradições sociais imensas, que medra a “naturalização” do que é histórico e, portanto, mutante, banalizando-se o que é injusto e deve ser mudado. É no cárcere que nós víamos se explicitar a afirmação de que a violência acompanha os passos da humanidade; não menos certo é que nós também víamos que os caminhos da desumanização também se deparam com os da humanização, ainda que ela não pareça vicejar.

As questões do cenário do cárcere me levam a não limitar a compreensão dos fenômenos educacionais a determinações estritamente políticas e econômicas, nem tampouco enveredarmos em uma desconsideração destes componentes, mas considero que os símbolos da linguagem humana são constituídos pelas dimensões indissociáveis da realidade: a subjetividade e o meio, os limites sociais e sua transcendência.

Rauter nos auxilia na configuração da problemática exposta:

Cabe aqui uma reflexão sobre a questão política que permeia a questão cultural. É certo que existem diferenças culturais entre os vários segmentos na sociedade, entretanto a idéia de diferença deve ser acoplada à idéia de contradição. É verdade também que "as idéias dominantes de uma época são as idéias da classe dominante", assim, a cultura da classe dominante é efetivamente hegemônica em relação às demais classes. Por outro lado, os segmentos "dominados" da sociedade não sofrem apenas passivamente a dominação (RAUTER; 2003, p. 97)

Moscovici (1978), ao trabalhar a idéia de representação social, assevera-nos que os sujeitos, de um certo modo, desejam poder integrar o que pensam em um quadro coerente do real – desejam preencher “divisórias vazias” ou adotar uma linguagem que permita falar daquilo que todo o mundo fala. O autor desenvolve a idéia de que as representações sociais funcionariam como um jogo – quando se ensaiam e experimentam os fenômenos materiais e coletivos, antes de se verificar a sua existência real e de pô-los em prática para valer, aceitar-se-ia o risco de fazer esboços e rascunhos.

O processo da comunicação e da percepção, um penetrando no outro, transformaria as substâncias concretas comuns dos dizeres, deixando um resíduo, que iria compor certa abstração das materialidades do que é dito. Na verdade, junto a essas “constelações intelectuais” que permanentemente se acrescentam, haveria um dinamismo na passagem pelo interior do psiquismo individual e social.

Sendo tida como uma forma de conhecimento, socialmente elaborado e partilhado, as representações sociais explicitam uma visão prática da vida e da realidade comum a um conjunto social contraditório. Assim, é como forma de conhecimento prático, que as representações sociais não deixam de ter seu componente de elaboração e valoração dos sujeitos sociais a respeito de objetos e eventos sociais comuns.

No contexto do cárcere, no entanto, o que se vê nos laudos oculta esse aspecto de construção social dos movimentos de significação, tão enfatizados pelos teóricos da R.S social (JODELET, 1984; SÁ, 1996; MOSCOVICI, 2004).



O discurso das classes dominantes reduz os possíveis dos encarcerados a uma patologia ou desvio, negando o direito à palavra. Segundo Rauter:

[...] discurso que permeia os laudos examinados localiza acertadamente a existência de diferenças culturais, mas entende-as como desvio relativamente a um padrão básico, que é a cultura das elites. Não há enfrentamentos, não há luta, não se vê qualquer caráter positivo na diferença cultural, segundo esses discursos. A violência entre as classes, inequivocamente expressa em muitos crimes, vem escamoteada ou aparece desqualificada apenas como produto patológico, negativo (RAUTER; 2003, p. 97).

É na contra-mão desse amordaçamento que buscaremos ouvir os que sofrem pena no presídio do Roger; as significações que estão elaborando sobre as experiências educacionais que vivem, podendo desocultar essa serialização que torna tudo patologia e desvio e não pergunta pela história destes atores sociais e pelos contextos que construíram suas vidas.

#### **1.4 Transcendência como possíveis necessários à educação como ato político e humano**

*O tempo é a tardança daquilo que se espera. E transcendência é talvez o desafio mais secreto do ser humano – não aceitamos a realidade na qual estamos mergulhados. Por detrás, do outro lado da realidade, existe a experiência humana como experiência de um ser histórico, que está se fazendo continuamente. Estamos sendo projetados para fora, construindo nosso ser permanentemente. Transcendência e imanência são então dimensões do humano. (Leonardo Boff)*

Aprendemos com Leonardo Boff que a transcendência é essa faculdade humana de ultrapassar os limites do que lhe aprisiona no presente. Seria o exercício de um devir que se refaz a cada instante. Determinado enquanto história e livre enquanto sentido – essa é a possibilidade da transcendência. Desbordamos todos os esquemas – não há repressão mais dogmática que possa enquadrar por completo o ser humano, continua ensinando Leonardo Boff. Por mais aprisionado que ele esteja, ele transborda, algo sobra: o ser humano transcende-se (BOFF, 2000).

Arendt (2001) coloca a modernidade como um tempo em que ocorre a vitória do *animal laborans*, do trabalhador que passa a ser “fabricado” também enquanto subjetividade.

Essa vitória do *homo faber*, advinda com a secularização da vida (em uma reação ao dogmatismo medieval), todavia, nunca se absolutiza, havendo sempre um resto, um potencial de resistência que se poderia nomear, conforme o denominado por Boff como sendo a transcendência.

O enraizamento do homem e da mulher no seu contexto histórico, que Boff nomeia de dimensão da imanência, não exclui os possíveis ou as resistências às formas de controle dos corpos e da alma, na sociedade disciplinar capitalista. Mesmo privado de liberdade, o homem é livre enquanto produtor de sentidos e enquanto possibilidade viva de transformação das condições de sua opressão; possui também os possíveis que a visão do humano como sujeito que possui o modelo crístico como ideal evolutivo proporciona.

Foi perseguindo essa idéia de devolver ao sujeito sua transcendência, sua liberdade de lidar com os possíveis da vida, que penso na alfabetização como uma espécie de experiência que nomeamos de subjetificação, onde se toma o homem como sujeito que resiste, que possui uma subjetividade que se presentifica nos seus textos orais e escritos – produções de significações que estão elaborando, mesmo em meio à dura realidade de controle dos corpos e da alma efetivada pelo sistema carcerário.

A grande estratégia disciplinar do Instituto Penal - no qual trabalho como professora da educação de jovens e adultos -, como toda estratégia disciplinar moderna, não quer disciplinar o ato infrator somente, mas o conjunto da vida dos sujeitos, de modo que sejam corpos dóceis a uma forma de funcionamento social do trabalho. Como diz Foucault, para que a maquinaria das prisões funcionasse como parte dessa teia de mecanismos punitivos, foi necessário que se erigisse um sistema penitenciário que funcionou de forma suplente ao sistema jurídico. Nos termos de Foucault:

[...] o aparelho carcerário recorreu a três grandes esquemas: o esquema político-moral do isolamento individual e da hierarquia; o modelo econômico da força aplicada a um trabalho obrigatório; o modelo técnico-médico da cura e da normatização. A cela, a oficina, o hospital. A margem pela qual a prisão excede a detenção é preenchida de fato por técnicas de tipo disciplinar. E esse suplemento disciplinar em relação ao jurídico é a isso, em suma que se chama o penitenciário. (FOUCAULT, 2004, p. 208)

Para que esse poder disciplinar possa se fazer além do repúdio a um ato infrator, ele deve vazar para toda a vida e todo o tempo-espço das prisões e fora dela. As prisões, então, passam a ser local de observação por completo da vida dos indivíduos. Tudo passa a

funcionar dentro de um grande mecanismo de vigilância, onde o controle de cada detento é exercido. O sistema penitenciário revela-se, então, como uma indução do estado social e um lugar que fabrica não os corretivos de um ato condenável, mas o “personagem” que Foucault nomeia de delinqüente, já que o “delinqüente se distingue do infrator pelo fato de não ser tanto seu ato quanto sua vida o que mais o caracteriza” (2004, p. 211).

Que contradições e como se corporifica essa sujeição de fundo suplicante, essa fabricação artificial de um sujeito delinqüente, na prisão do Roger? – nós nos perguntávamos. E inquiria se havia reações; é que nós pensamos que a crítica do Foucault não seria absoluta, mas que haveria lugar para a resistência e a transcendência. O que nós poderíamos fazer em um percurso educacional alfabetizador, que pudesse proporcionar aos presidiários a potência de se dizerem e de se escutarem como sujeitos produtores de sentido para suas vidas? –nós víamos nos perguntando. A partir daí para a pesquisa em questão foi um passo. Como dar voz aos encarcerados, escutando e refletindo sobre as significações que estão a construir no tempo do cárcere?

Nosso intento seria esquadrihar as representações sociais tecidas pelos detentos no contexto das suas *vivências de lugares, tempos e cenas do presídio*. A vivência dos lugares, tempos e cenas do presídio, reiteramos, ao ser tomada como *lugar de fala*, também pode puxar ou evocar outras cenas e ir permitindo reconstruções que mostrem sujeitos mais inteiros, que alicie outras identidades capazes de devolver a esses sujeitos sua pujança como sujeitos de saber.

Poderíamos dizer que a linguagem seria como um universo e a fala do sujeito um modo de dar um significado às experiências. Como temos um sujeito cindido, pelas formas aviltadas das divisões sociais, podemos supor que, como afirma Linhares (1999, p. 88), “há pedaços de linguagem que não têm tanto valor para o sujeito e são feitas de material emprestado”.

É que estamos a considerar haver “falas como materiais emprestados”, que tiranizam e aviltam o estatuto humano do ser encarcerado e, ainda, uma outra fala que se ergue frente a essa tentativa de negação do sujeito. No momento em que buscamos “saberes da experiência” como esse acervo que o sujeito traz e vive, para a partir dele retomar seu desenvolvimento ou ressignificá-lo (em parte), estamos a conferir, à ação educativa, o solo fundante da subjetificação, no percurso alfabetizador e, agora, da pesquisa. Subjetificação que entendemos ser a idéia de considerar, em ciência, a subjetividade dos sujeitos, sua transcendência e, portanto, sua dignidade e sua consideração como sujeitos históricos.

### 1.5 Por que o cotidiano do cárcere?

Pensamento cotidiano e não cotidiano dizem respeito à totalidade do ser humano, a toda a sua experiência, no concreto da sua existência. O pensamento cotidiano envolve um permanente movimento entre as esferas do consciente e do inconsciente, uma vez que uma parte do que pensa e sente o sujeito vai ser recalcada, mas continua operando nele e, outra, vai constituir a base reflexiva de seu agir.

Agnes Heller, em seus estudos sobre cotidiano e história, ressalta que, graças ao pensamento cotidiano, não há necessidade de reflexão sistemática antes de se fazer qualquer gesto, pois o hábito nos oportuniza essa estrutura de certo modo automática. Para chegar à reflexão crítica, todavia, precisamos de um pensamento não-cotidiano, que se vai tecer sob formas complexas.

Heller (2000) nos dá uma grande contribuição com o conceito de saber cotidiano. O conceito de saber cotidiano é uma das formas do pensamento cotidiano e inclui: os conhecimentos aprendidos, transmitidos de modo não formal e que são necessários para que os homens e as mulheres possam se movimentar na vida prática. O saber que serve para soluções de problemas imediatos surge, em geral, no cotidiano.

O saber cotidiano é mais pragmático, não é um pensamento refletido e desalienado, uma vez que se apresenta ideologizado, eivado de contradições; ele serve inclusive para que o indivíduo tenha confiança ou segurança na verdade de algum fato ou situação e, assim, possa movimentar-se no seu dia-a-dia. Este saber, no entanto, para Heller, pode elevar-se em objetivações genéricas para-si, se passar por uma reflexão crítica mais apurada. Segundo Duarte (1996), este para-si é a relação consciente que o indivíduo mantém com sua individualidade e com sua atividade; assim, certos conhecimentos do saber cotidiano podem se tornar mais sólidos, quando passam por um trabalho de reflexão.

No cárcere também se produz saber, sedimentado no novo cotidiano. Os encarcerados tentam construir relacionamentos dentro do presídio e isso é uma necessidade que vão suprir de algum modo. Os laços familiares dos encarcerados são desestabilizados, reconstituídos, partidos, continuados e cabe a cada um dizer a sua palavra, colaborando com a busca de sentido do que se está tecendo sobre “o dentro e o fora” dos presídios.

Percebe-se que esses saberes, que vão sendo construídos nas rotinas diárias, tornam um caráter de validade psicológica à medida que resolvem problemas e vão dando sentidos a algumas situações que se encontram dentro do cárcere. São saberes cotidianos que

se tornam sólidos e cristalizados na convivência. Passam a fazer parte da rotina e, em grande medida, deixam de ser conscientes. É certo, mesmo, que podem acabar sem o controle da racionalidade; podem ficar repetitivos e não permitir certo poder de movimento.

Na pesquisa, ao escutarmos os apenados se pode ter o prisma dessas experiências cotidianas. Heller (2000) diz que a cristalização do pensar cotidiano leva ao pensamento alienado. Nem tudo, porém, é alienação na voz dos encarcerados, conforme vamos ver, uma vez que será no tecido do cotidiano que os encarcerados constroem seu saber no tempo do cárcere.

Outro teórico que podemos fazer dialogar conosco, pois trabalha a cotidianidade é Machado Pais. Ele tem um olhar bem aguçado para a sociologia do cotidiano. Ele pergunta-se, ainda: o que seria cotidiano? E se inscreve na resposta - cotidiano é tudo o que acontece na vida de cada dia: gestos, fatos, atitudes às quais a gente nem presta atenção, mas que fazem a vida real. Tudo o que acontece quando ninguém olha, ninguém pergunta, ninguém procura entender, ninguém vem com perguntas previamente feitas, simplesmente cotidiano é o que é vivido (PAIS, 2003).

Por que olhar para isso? Por que as sociologias fazem perguntas, partem de conceitos incluídos nas suas perguntas e no final da investigação remetem ao que já tinham colocado na pergunta, o que se relacionava com seus conceitos? Os sociólogos projetam na vida social as suas categorias e encontram um mundo construído pela ciência? E o saber do senso comum?

Os sociólogos do cotidiano querem compreender o que acontece quando não se faz inquérito de sociologia, quando não se seleciona um aspecto da vida deixando de lado a totalidade? A sociologia do cotidiano não procura explicar, mostrar as causas daquilo que os seres humanos fazem, assegura Machado Pais. Procura observar o conjunto do movimento da vida comum (seria isso possível?), buscando compreender aspectos sem fragmentá-los.

Trata-se de desvelar o comum, olhando as coisas de cada dia vividas por pessoas ordinárias, pessoas que possuem um saber construído e sedimentado? Nessa perspectiva, há muito que compreender daquilo que é a vida humana. Mas não se pode ter a pretensão de compreender a totalidade, muito menos ilusão de construir um sistema que pretenderia reconstruir o que é a vida humana. Pensar em termos de cotidiano ou no contexto do cotidiano seria simplesmente ver o que se passa quando não se passa nada considerado pelas pessoas comuns como extraordinário? – parece dizer Pais.

Machado Pais faz uma crítica ao que estão fazendo nossos professores/as nas Universidades. Constroem sistemas rígidos que se transformam em dogmas de fé. Os alunos e

alunas devem ter a fé. O mundo universitário pareceria, a ele, funcionar como uma religião ou uma maçonaria que controla a fé dos seus discípulos; todos devem venerar os dogmas da ciência, observar os ritos da vida universitária, praticar as cerimônias religiosas que são os congressos, os simpósios, os seminários. O método do cotidiano tentaria sair de tudo isso para olhar o que realmente acontece no inconsciente ou no mundo da vida de cada dia, propõe Machado Pais. Ali muito se pode aprender sobre os seres humano. Para descobrir o comum, porém, se precisaria praticar um ato de vagabundagem, diz o autor Pais: observar o que ninguém observa.

Não se pode esquecer, acrescentamos, que para olhar assim o que é cotidiano, se precisa da perspectiva da ciência: os olhares não críticos, alienados, não se apercebem e automatizam o vivido. Certo, no entanto, é que a ciência tem alijado a religião da relação com a ciência e excluído as perguntas sobre totalidade que a espiritualidade faz. Assim, cai a ciência no dogmatismo, de um modo mais totalizador do que a religião um dia o fez.

Foi buscando trilhar o caminho do cotidiano de um sujeito multidimensional, que possui inclusive sua transcendência, e foi também na tentativa de observar o que ninguém vê que penetramos no universo carcerário eivado de crenças, de representações e de relações sociais que os encarcerados vão construindo no decorrer da experiência e tempo do cárcere.

Sabe-se, porém, que o sujeito assimila a cotidianidade da época em que está inserido, juntamente com o passado da humanidade, mesmo que esta assimilação não seja realizada conscientemente. Nesse sentido, o sujeito carrega uma história; esse sujeito que é simultaneamente ser singular, único, e ser genérico, parte do gênero humano. O genérico faz parte de todo indivíduo e se manifesta em toda a sua atividade de caráter social, mesmo que os motivos sejam particulares. O ser humano genérico é expressão de suas relações sociais, é herdeiro e preservador do desenvolvimento humano, por isso é um ser histórico.

Como ser histórico ele é também ser social: a história só pode existir se existir a vida humana, mas não uma vida isolada e, sim, em conjunto com seus pares; a vida humana só se desenvolve em conjunto. Assim, as relações sociais e a história são fundamentais para que o indivíduo se desenvolva e se constitua enquanto ser singular e ser genérico. Perceber o que foi construído enquanto sistema de idéias sobre o sistema penal, então, se fez fundamental para a construção de um olhar sobre o cotidiano do cárcere e uma escuta à voz desses que estão sendo silenciados.

## 1.6 O solo fundante de um percurso educativo

As referências básicas que guiaram nosso trabalho e que certamente trarão outras, para iluminar a pesquisa à qual nos propusemos, tem em Foucault seu solo crítico. É dele que tomamos a complexa visão dos micro-poderes e de como se erige a “sociedade disciplinar”, que submete os corpos para a opressão no trabalho social, no modelo do capitalismo.

Para os objetivos do trabalho com as representações sociais, a descritividade que caracteriza a pesquisa qualitativa em educação e seu ambiente naturalístico são preciosos limos para a terra da autoralidade que se vai buscar, mediante histórias de vida e textos possíveis, orais e escritos dos sujeitos do cárcere.

Para dar sustentação ao nosso olhar, utilizaremos a reflexão de Foucault sobre o que ele nomeia de “fundo supliciante” das prisões. A partir do pensamento *foucaultiano* devemos observar, na Penitenciária do Roger, como tem se dado o suplício dos corpos como da alma e a resistência dos sujeitos apenados a essas devastações. Também se inscreve nesse concerto teórico que marca nosso quadro conceitual, a idéia de Foucault, que Rauter desenvolve, da reinserção do código criminal nos outros sistemas não jurídicos, formando uma teia de “verdades” produzidas nos mecanismos institucionais disciplinares, que se explicitam em particular na vida do cárcere.

Devemos esquadrihar os mecanismos de controle nas formas disciplinares do presídio, tendo como campo dialógico o que Foucault nos informa sobre o bio-poder e as formas de produção de subjetividades no capitalismo moderno. Nesse contexto crítico, temos a referência sobre o modo como se *fabrica o personagem delinqüente* no capitalismo moderno.

O eixo discursivo básico que Foucault nos oferta possibilita o desenvolvimento e o desvelamento da tensão entre punição ou reeducação como constitutivo de nosso olhar de pesquisadora, no contexto do Presídio do Roger.


Alain Pastor baliza nosso olhar para a vinculação necessária entre cidadania, como processo de luta coletiva e a construção dos saberes em educação. Conceitua o campo da interatividade entre os sujeitos produtores de linguagem como lugar de negociação de sentidos.

Emília Ferreiro nos oferta a moldura das discussões sobre a aquisição da lecto-escrita como processo que medra em um contexto sócio-cultural. Suas referências sobre a escrita como sistema de representação da linguagem, como também sua negação da idéia de

*tábula rasa*, com a conseqüente afirmação dos saberes que os sujeitos já trazem como base do processo alfabetizador, formam sementeira preciosa.

Haddad nos possibilita coordenadas temporais e históricas imprescindíveis, ao situar-nos junto aos índices de analfabetismo e sua conexão com os índices de pobreza, assinalando que a superação do analfabetismo deve passar necessariamente por uma superação da pobreza. Junto a essa conexão há a outra: a da educação e da cultura, e Bruner nos assegura que essa vinculação deve ser considerada com vigor. É a partir daí que iremos nos deter na *cultura institucional carcerária* como lugar de produção simbólica singular.

**Boaventura (2003)** nos oferece a reflexão sobre a crise paradigmática refletida e, dela, pinça a dicotomia entre objetividade e subjetividade presentes nos cânones científicos, como também a superação da dicotomia entre ciências naturais e ciências sociais; superar essas dicotomias será nosso intento.

Paulo Freire vincula a assunção da história da pessoa como requisito da assunção da cidadania, vista como construção coletiva. É dele a ampla reflexão sobre autonomia e saber, bem como sobre  caráter dialogal que constitui a relação entre educadores e educandos. Ainda, as reflexões sobre linguagem tomarão suas coordenadas de Ângela Linhares, que estuda narratividade em grupos humanos que viveram perdas severas e que recriam suas vidas mesmo diante de embates difíceis. Resistência e criação, memória e sujeição, segundo a autora, formam “tensões constitutivas nesse lugar de falas com materiais emprestados”, mas também nesse lugar de falas que se erguem e se dizem como resistência e esperança, em reação à sua negação como sujeito. Assinala a autora a necessidade de se pensar em uma espécie de pedagogia da voz, que comportaria o sentir, o pensar, a percepção e a intuição nos processos de conhecer. O aspecto da crítica da cultura aqui é sublinhado e, também, a idéia de que trabalhamos com sujeitos multidimensionais, que possuem, inclusive, a dimensão da transcendência a interpelar o sentido de totalidade dado às experiências da vida (LINHARES, 1999).

Nosso estudo, no aspecto metodológico, se situa na esteira das pesquisas qualitativas em educação. Por isso, o presente estudo tem o ambiente naturalístico como seu lugar. O trabalho intenso de campo será pleno de dados descritivos, embora não descure da análise do material colhido. As palavras, os gestos e as cenas são elementos dessa descrição de tipo naturalístico, onde a preocupação com o processo é muito maior que com o produto. Na pesquisa qualitativa em educação, como diz Ludke e André (1986, p. 12) “o interesse do pesquisador ao estudar um determinado problema é verificar como ele se manifesta nas atividades, nos procedimentos, nas interações cotidianas”.



O núcleo do nosso trabalho é descrever como os detentos estão dando significado às suas experiências no tempo do cárcere. Pensamos que essas experiências podem constituir o solo fundante de um percurso educativo que considere suas vozes.

Nossa experiência como professora da alfabetização de jovens e adultos do Presídio do Roger deu-nos o estímulo necessário a essa investigação, uma vez que nós percebíamos a necessidade de escutar os que estavam a serem silenciados em muitas instâncias.

Estamos convencidas de que enfrentamos um grande desafio quando falamos de luta contra a exclusão e nos vinculamos às reflexões que propõem cidadania para todos. Seria desafiador para nós, educadores, inventar práticas pedagógicas, culturais e sociais em que os sujeitos excluídos fossem capazes de viver sua humanidade.

De acordo com Etiennette Vellas, reconhecer seria importante que nossa humanidade nos pudesse fazer partícipes de uma solidariedade fundadora, apesar de todas as nossas diferenças.

Pensamos que, quando desde essa experiência do cárcere, os apenados poderiam viver sua particularidade e a sua diferença, que poderia ir sendo expressa voluntariamente de uma maneira cada vez mais rica e “portadora de sentido” (MEIRIEU, 2002).

Sobre as possibilidades de reconstrução dos sujeitos no atual sistema penitenciário, podemos considerar os estudos de Cristina Rauter, especialista em criminologia. Ela confia pouco nos argumentos tradicionais que afirmam o valor dessa metodologia que reitera punições, e descarta o valor dos “remédios” inseridos no sistema atual como corretivos.

Os defensores do sistema destacam o valor do trabalho dos presos, como algo que seria defensável nos presídios. Nem sequer sob esse aspecto Rauter acata a defesa das metodologias que estão sendo executadas em nome da educação destes sujeitos apenados.

Eis o que ela pensa do trabalho na prisão:

Assim, o fato de um preso trabalhar no cárcere diz pouco sobre suas possibilidades de reinserção social e muito sobre sua situação no jogo de poder institucional. Não trabalhar pode significar, por outro lado, apenas não ter tido acesso a este privilégio. Novamente neste ponto manifesta-se o compromisso dos técnicos do "sistema" com a criação de uma imagem "de fachada" da prisão, quando consideram que quem trabalha está dando mostras de recuperação, por exemplo (RAUTER, 2003, p.104).

Desenvolvendo a idéia de que longe de ser um “remédio”, a prisão parece tornar o preso pior do que antes, Rauter assevera que a experiência dos presos depois de cumprir a pena é reveladora. Poucos se recuperam e conseguem uma nova inserção na sociedade. Assim, afirma a autora supracitada:

A crença na eficácia do chamado tratamento penitenciário é algo que dificilmente poderá ser compartilhado por teóricos ou mesmo autoridades na área. Tem sido exaustivamente demonstrado que a prisão, ao contrário de qualquer efeito recuperador sobre o delinqüente, parece ter sempre como subproduto indesejável: a reincidência e a preparação para uma carreira de criminoso crônico da qual é quase impossível escapar (RAUTER, 2003, p. 104).

Com estas referências teórico-práticas como balizas, pretendemos tecer uma configuração consistente da base teórica de nosso estudo.

## **1.7 O fracasso da prisão**

Desde o início do século XX, as críticas sobre a decadência dos sistemas carcerários multiplicaram-se. Na prática, o número dos presos aumentou sem cessar e as prisões não têm condições para dar um tratamento humano aos presos. Constroem-se novas prisões, e, apenas construídas, já se revelam insuficientes. De certo modo isto já é um sinal de fracasso. Entre os presos, há sempre um grande número de recidivistas. Todos eles são uma prova viva do fracasso do tratamento penitenciário. Ainda segundo Rauter:

A prisão é freqüentemente descrita como o lugar aonde vai se operar uma transformação na personalidade do preso. Assim, ela teria como virtude possibilitar a reflexão, a introspecção, o arrependimento. Pela disciplina ela possibilitaria a internalização da lei, a aquisição de valores morais, substituindo um estado de incultura ou uma subcultura por uma cultura caracterizada pelo respeito à lei e à ordem. A pena-prisão, segundo opiniões expressas nos laudos, é, enfim, regeneradora. (RAUTER; 2003, p. 102)

O pior de tudo é que, no contexto concreto das prisões, em grande medida se agrava o mal do condenado – declara Rauter nos seus estudos. O encarcerado se torna mais revoltado, mais levado a percorrer a mesma ordem de experiências e recidivas do que antes. A prisão inaugurou um estilo de disciplinamento, e julgou-se com uma nova modalidade de punição dita mais humana. É que as prisões sucederam aos suplicios sumários em praça pública. E, ao produzir um saber sobre a delinquência diverso em certa medida dos suplicios em praça pública, como historicamente se viu, não refez a crítica à sua produção de subjetividades, à sua reprodução da violência.

Na verdade, é bem certo que a prisão também produz a delinquência; no sentido de que se está a formar um “sujeito delinqüente” e de que esse funcionamento parece estar sendo obscurecido. Dizer que a prisão produz o delinqüente, nessa visada, é dizer que cumpre contraditoriamente seu papel enquanto dispositivo de controle social.

A prisão parece gerar, pois, uma formação social; põe em comunicação constante pessoas humanas que vão tecendo laços sociais de um modo ou de outro e vão construindo suas significações em meio à tentativa institucional de desconstrução de suas identidades e à homogeneização da figura do delinqüente.

É inegável que as pessoas comunicam mutuamente as suas experiências de vida. Ora, cada um aprende que ao lado dos seus delitos pretéritos há muitas outras possibilidades de cometer atos delituosos. Poucas vezes os presos têm a oportunidade de ouvir experiências de renovação de vida, de inserção na rede normal de relações sociais; ou quase nunca são escutados em grupos operativos; muito pouco são escutados ou estimulados a refletir sobre os contextos que gestaram os delitos; vivem em um ócio quase maciço. Este tipo de relacionamento com a socialidade não facilita uma transformação de mentalidade. Segundo Rauter

[...] freqüentemente a prisão constrói uma micro-sociedade no interior da sociedade. Sob condições de extrema privação, ela faz. conviver todo tipo de infrator das leis, proveniente das camadas mais pobres da população, e produz um tipo de comunidade onde prolifera uma estranha espécie de seres violentos, viciosos, inimigos de qualquer ordem social. É a própria prisão que constrói meticulosamente este tipo de violência que se manifesta de forma incoercível e desligada de qualquer contexto”. (RAUTER; 2003, p. 119).

A nossa experiência confirma o que Rauter e outros tantos autores já disseram a partir de observações feitas em diversos lugares do mundo. Fica patente, segundo veremos, o modo como os desvios do sistema atingiram um clímax nas estratégias de sobrevivência do cárcere. É um terreno em que os fenômenos descritos alcançam um nível de expressão superior ao que se pode observar em outras regiões ou em outras situações educativas. Este é o contexto em que se move nosso trabalho e, nas entrelinhas das falas e representações sociais, buscamos então algumas linhas reflexivas, potentes para gerarem novas práticas e criticizarem a violência (também simbólica) no Presídio de João Pessoa (PB).

### **1.8 Histórico do cárcere**

Para entender melhor o que está acontecendo nos presídios no Brasil, é bom considerar a história do sistema carcerário. No Ocidente, os delinquentes sempre foram historicamente massacrados com as penas corporais, através dos suplícios em praças públicas e diante de toda a sociedade, que assistia à punição imposta a eles. A escravidão, no Brasil, vai dar cores locais ao assunto, tornando ainda mais sórdidas as situações de penalização que atingiam classes populares.

Quando nasceu o sistema penitenciário, afirmava-se o intuito de recuperar indivíduos para a sociedade, pois anteriormente o sujeito era punido com as penas corporais (enforcamentos, suplícios em praças públicas, etc.). O Estado tenta ter, então, mediante o sistema penitenciário, o controle da vida total do apenado, construindo umas esferas administrativas especiais, contíguas ao disciplinamento que era produzido no corpo social como um todo.

Foucault situa a prisão nesse contexto crítico amplo: coloca a prisão como uma das instituições de disciplinamento dos corpos que se constituíram em modelo no século XIX em vários setores da vida social. Mostra como a prisão foi rapidamente bem aceita pela opinião pública, justamente porque se inscrevia em um conjunto de instituições parecidas. O autor entende que:

A obviedade da prisão se fundamenta em seu papel, suposto ou exigido, de aparelho para transformar os indivíduos. Como não seria a prisão imediatamente aceita, pois se só o que ela faz, ao encarcerar, ao retrainar, ao tornar dócil, é reproduzir, podendo sempre acentuá-los um pouco, todos os mecanismos que encontramos no corpo social? A prisão: um quartel um pouco mais estrito, uma escola sem indulgência, uma oficina sombria, mas, levando ao fundo, nada de qualitativamente diferente. Esse duplo fundamento – jurídico-econômico por um lado, técnico disciplinar por outro – fez a prisão aparecer como a forma mais imediata e mais civilizada de todas as penas. E foi esse duplo funcionamento que lhe deu imediata solidez”. (FOUCAULT, 2004, p.196)

Como as outras instituições citadas, a prisão tinha por tarefa a transformação do indivíduo por meio de técnicas corporais, sobretudo técnicas de disciplinamento. Com efeito, na sua concepção original a prisão se dizia pretender o refazimento do indivíduo, ao modificar-lhe a consciência e as condutas. No entanto, duzentos anos de experiência contrária não conseguiram convencer os povos da sua ineficácia.

O sistema penal anterior era suplício. No decorrer do século XVIII houve uma grande campanha contra os suplícios e, finalmente, essa campanha teve êxito - no início do século XIX, todos os Estados ocidentais aboliram os suplícios, substituindo-os por outros sistemas e, finalmente, pela prisão. A prisão como dispositivo de um sistema penal, portanto, não é uma instituição tão antiga, já que ela vem do início do século XIX, quando vai intentar substituir todas as outras formas de castigo no Ocidente. Foucault estuda, portanto, a prisão, a partir do seu nascimento histórico como sistema, na sociedade disciplinar e capitalista.

No século XIX, a prisão é então estabelecida como sistema universal de pena. Acolhida em todos os países como um grande progresso no sentido de dar às penas mais humanidade, a prisão se mantém até hoje como coração do sistema penal, apesar de que a experiência mostra a sua total ineficácia, nos moldes punitivos que têm pautado sua existência. Mesmo em meio à sua ineficácia, as prisões continuam sendo óbvias para a opinião pública, em geral, em praticamente todos os países onde vige.

A idéia dominante era que a privação de liberdade no contexto punitivo do cárcere tinha de realizar transformações no indivíduo. Para isso o sistema carcerário tinha três esquemas: o isolamento individual e da hierarquia; o trabalho obrigatório; e o modelo técnico-medicalizado de cura e normalização. A cela, a oficina, o hospital como parâmetros.

Foucault destaca o grande fracasso da prisão como meio da justiça penal: as prisões não diminuem a taxa de criminalidade, constata o estudioso. A detenção provoca a reincidência. A prisão *fabrica* o sujeito delinqüente; constitui um meio de delinqüentes antigos ensinarem os “novatos” mais sobre as margens em que vivem (2004).

Por isso, Foucault chega a uma das conclusões mais interessantes dos seus estudos. O problema central da prisão não é a privação de liberdade. O problema é sistêmico: um sistema de disciplina, técnico, científico, supostamente racional que constitui uma coerção permanente. Porque se mantém esse sistema apesar dos fracassos, dos protestos durante séculos acumulados e de tantas revoltas dentro das prisões?

O código penal não tem por finalidade eliminar os delitos, mas manter uma separação entre duas classes. Os presos tornam-se delinquentes e são vigiados como tais durante a vida toda. O sistema de prisão cria uma classe que sempre está exposta a reincidir nos seus delitos, de tal modo que aparece publicamente como a classe dos delinquentes. E, o que é mais grave que tudo: os aprisionados se recrutam sempre na mesma classe social dominada (2004).

A instituição de uma *classe* de delinquentes apresenta certas vantagens para o grupo hegemônico da sociedade disciplinar. O autor enumera algumas vantagens. Observa, por exemplo, que uma classe nova de funcionários surgiu do regime das prisões: os carcereiros e todo um corpo de serviços de disciplinamentos. Eles são dedicados ao adestramento dos presos que acompanham no dia inteiro; são formadores de corpos disciplinados; são os especialistas das técnicas penitenciárias e outras que se correlacionam no sistema maior.

O que se tem produzido sobre prisões, como pesquisa e produção científica, em geral afirma que a prisão está muito longe da possibilidade da correção por meio da coação punitiva que se faz com a privação de liberdade. As prisões resultam por produzir em seu seio todo um sistema de coerção de diversas maneiras, destinado a atingir uma classe de delinquentes sobre os quais exerce seu poder. Essa ineficácia interessada se ramifica também pelos “currículos ocultos” dos que exercem o poder de disciplinar. Com Foucault:

As noções de instituição de repressão, de eliminação, de exclusão, de marginalização, não são adequadas para descrever, no próprio centro da cidade carcerária, a formação das atenuações insidiosas, das maldades pouco confessáveis, das pequenas espertezas, dos procedimentos calculados, "das técnicas, das "ciências" enfim que permitem a fabricação do indivíduo disciplinar (FOUCAULT, 2004, p.254).

A descrição que faz do sistema penitenciário e a interpretação foucaultiana oferecem um quadro bastante radical (no sentido de raiz), mas espantoso. Os especialistas e os educadores que penetram nesse mundo do cárcere, com essas lentes podem mirar o complexo

do universo do cárcere de algum ponto e, dentro dele, confirmam a exposição de Foucault e transformam seu espanto em indignação.

As referências e comparações feitas com outras instituições sociais de disciplinamento levam a pensar; elas são provocativas, mas afinal nos incitam a pensar de modos novos. Por isso a obra de Foucault teve um êxito e uma difusão extraordinária, além de poder explicativo evidente. Poucas obras filosóficas foram tão lidas e comentadas como a obra de Foucault.

Um dos primeiros aspectos a considerar, ao adentrarmos com Foucault no cárcere, é o de que a prisão não é pura detenção. Há uma teia disciplinar que produz o sujeito que ali adentra. A prisão é, nesse contexto de disciplinamento, um local de observação permanente. Graças a isso, é também um local em que tudo é registrado, com vistas aos mecanismos punitivos se reafirmarem.

O sistema carcerário inventou a categoria de “delinqüente”. Este não é um simples infrator. É um indivíduo cuja vida está determinada totalmente pela infração. Por isso a pena não trata de castigar a infração, somente. Ela quer dominar e disciplinar a personalidade inteira, considerada como totalmente viciada e punível. Isto se realiza mediante uma série de meios de pressão e disciplina, violência simbólica e mecanismos punitivos.

As técnicas corporais da prática penitenciária não consistem, pois, simplesmente na vigilância do cumprimento da pena; atingem a pessoa do delinqüente por muitas coações e mecanismos (dispositivos, segundo Foucault) que atingem o encarcerado durante o tempo todo.

A prisão, segundo vai-se percebendo, portanto, é muito mais do que uma pena de privação de liberdade. É entrar em um mundo diferente, em que o infrator é tratado sempre como delinqüente e, dentro dessa perspectiva, como alguém punível, nunca (re) educável. Uma “pedagogia” aí se legitima.

Os problemas nas prisões brasileiras, hoje, encontram-se agravados. Historicamente, na verdade, evoluiu-se na forma da apenação, saindo da pena corporal para a pena restritiva de liberdade. Por outro lado, porém, o sistema não acompanhou a demanda educativa exigível para a população carcerária, bem como os espaços dos presídios quedaram-se insuficientes, sua pedagogia ainda trazendo como conseqüência à não recuperação do preso e a reincidência.

A lei fala em ressocialização e nos preâmbulos dela, no entanto, a cadeia parece funcionar para isolar e adulterar mais ainda o que se encontrava problemático. Não encontramos, no Brasil, inovações diversas no sentido da institucionalização de modelos

políticos e organizacionais de recuperação. O que a sociedade quer é que se diminua a facção dos que estão a delinquir ou só isolar o preso? Segundo Frei Betto<sup>2</sup>, a ressocialização negada consolidaria a pedagogia da exclusão revivida no cárcere:

É grande a dificuldade que o prisioneiro sente em adaptar-se novamente ao convívio social. Geralmente nos últimos dias de sua pena ele forma uma imagem ilusória de como será recebido aí fora. Imagina que, como uma espécie de recompensa de seu sofrimento, todos serão compreensivos e gentis com ele. Mas a realidade é outra. Os outros o recebem com curiosidade (querem saber como foi o crime, o julgamento, os dias de prisão) ou agressividade (evitam o ex-presidiário, olham-no com censura, desconfiam dele ou lhe fazem sermões e advertências sobre a nova vida que deve levar). O ex-presidiário fica atordoado, não entende os novos costumes sociais, os hábitos da família ou vice-versa e vem a frustração, a dificuldade de encontrar a sonhada felicidade, de viver a plena liberdade. Nasce a agressividade contra o meio social que não absorve um homem marcado. Logo ele está de volta à cadeia, acusado de novo crime (1978, p. 130-1).

Hoje, os presos, no Brasil, compõem o segmento social das classes desfavorecidas; tratando-os de forma contrária ao nosso preceito jurídico, que é o de ressocializar o indivíduo, através da pena, os presídios resultam por legitimar a exclusão e torná-la mais feroz. No texto constitucional, todavia, apregoa-se que cabe ao judiciário aplicar a pena e ao executivo fazê-la cumprir, de forma que o encarcerado possa ser entregue ao meio social como gente capaz de produzir para si e para a nação. É que cabe ao poder Executivo e ao poder Judiciário, juntos, pensarem a dura e cruel realidade em que vivem estes seres humanos que se encontram trancafiados pelo poder público com o objetivo de serem ressocializados.

Sabemos que o Judiciário necessita da atuação do Poder Executivo, que deve construir pedagogia para a ação educativa que se assume quando do recebimento daqueles que se encontram na criminalidade. Sabe-se, também, que ao Estado não cabe apenas a aplicação da pena da privação de liberdade, mas também fornecer as condições para que ela seja aplicada corretamente ao indivíduo, a fim de ressocializá-lo, reintegrando-o à sociedade em que delinqüiu.

---

<sup>2</sup> Frei Betto é da Ordem Dominicana, foi preso e condenado a quatro anos de prisão pelo governo militar, por crime de natureza política. Seu livro 'cartas da prisão' é um verdadeiro documento de autenticidade humana e de beleza literária



Segundo Rauter, porém, na prisão se está a produzir subjetividades, não se está apenas reeducando o ato infrator:

Dentre as instituições disciplinares, a prisão é a que leva a efeito com maior intensidade a utilização da maquinaria disciplinar. A privação da liberdade é apenas uma das estratégias: com aperfeiçoamento das técnicas de observação e registro de dados sobre as movimentações do condenado, que tendem a substituir as formas de coerção violenta, constrói-se, nos arquivos das prisões, a figura de um novo personagem: o delinqüente (RAULTER, 2003, p. 119)

Ao observarmos o preso no cárcere, verificamos que uma teia de ações diárias, cotidianas vai produzindo identidades. O que se observa dentro do cárcere, de início, é um amontoado de criaturas que esperam tão somente o fim do cumprimento das apenações para então voltarem ao convívio social de onde, em virtude dos seus atos de transgressão, foram afastados. O poder da instituição que seria educativa e que se diria ressocializador se realiza ao contrário: é substituído pelo “poder da delinqüência” que se fornece ao encarcerado (FOUCAULT, 2004).

O Estado da Paraíba gastou anualmente, em 2003, R\$ 4.261,83<sup>3</sup> com cada preso detido nas prisões do sistema Penitenciário, segundo dados de relatórios de gastos rotineiros, expedidos aos jornais de grande circulação na Paraíba; ora, se este mesmo Estado não dispõe de recursos e meios suficientes para fazer um tratamento especializado em um detento, por exemplo, que é viciado em entorpecentes, é evidente que o detento voltará várias vezes ao presídio, tornando muito mais caro ao Estado mantê-lo. A estimativa do índice de reincidência criminal na Paraíba é de 90% segundo estudos interdisciplinares citado pelo Jornal Correio da Paraíba do dia dezoito de junho do ano de dois mil e cinco.

Nesse sentido quanto mais se dificulta o tratamento do detento mais se interfere na reintegração do sujeito. No depoimento de um preso à pesquisa que fizemos (utilizaremos sempre nomes de árvores, para guardar a ética do anonimato), se vê condensadas as situações mencionadas:

---

<sup>3</sup> Dados fornecidos pelo sindicato dos trabalhadores do sistema penitenciário ao Jornal Correio da Paraíba.

Fui preso várias vezes, pois sou viciado em crack; a última vez que fui preso, cumpri quatro anos e um mês; fui solto, fiquei cento e vinte dias na rua, estou preso outra vez; queria fazer um tratamento e na cadeia não se oferece condição. Aqui dentro consumi mais drogas do que na rua e sei que meu destino é a morte na cadeia. (CAMBURÁ).

### **1.9 A inserção no chão do Presídio do Roger**

O presídio do Roger foi construído como um presídio modelo, com capacidade para trezentos e quarenta presos, embora hoje exista uma população que gira em torno de mais de mil presos. Sua área é de quatro mil e quinhentos metros quadrados de área construída. É composta por um conjunto de seis pavilhões, que estão disponibilizados para o alojamento dos presos.

O primeiro pavilhão é destinado aos trabalhadores da cadeia, aos idosos e às pessoas que podem ser objetos de represálias por parte de outros presos, como é o caso dos estupradores. É um pavilhão que acolhe mais os presos com tuberculose (*os TBs*) como são conhecidos por eles. Próximo desse pavilhão está a enfermaria, o refeitório dos presos (que não funciona no momento), a cozinha dos presos e um espaço minúsculo para a lavagem de louças.

O segundo Pavilhão é conhecido como *Favela*; os presos falam que este pavilhão é conhecido assim por ser um pavilhão que tem celas muito pequenas e que tem presos que *topam tudo por dinheiro*. Na Favela estão também os presos que têm problemas de comportamento e alguns presos comuns, que são considerados ordeiros, pela própria administração. Percebe-se que muitos desses presos são mais pobres, mais fracos ou menos influentes. Alguns dos que têm mais dinheiro procuram viver nestas celas em busca de condições mais propícias, que lhes parecem vantajosas.

No terceiro e no quarto pavilhão estão os presos comuns; eles procuram construir regras de convivência que lhes ajudem a ter bom comportamento. Estão também neste local os réus primários que cometeram um delito pela primeira vez.

Segundo a fala do preso:

*“Olha, o 2º, 3º e 4º pavilhão é quem lidera a cadeia. Toda a organização das rebeliões é pensada por esses pavilhões. É conhecido como os pavilhões do convívio” (JACARANDÁ)*

O 5º e o 6º pavilhão, segundo os detentos, são pavilhões problemáticos, onde moram os chamados por eles de *bronqueiros*; gente que têm inimizades entre eles e que por não respeitarem as regras do convívio foram transferidos para esses pavilhões especiais a fim de preservarem suas vidas. A administração parece assumir esse tipo de fala e ação seletiva também.

O sexto pavilhão é considerado pelos presos *“pior ainda do que o 5º”*. Ali estão aqueles que são conhecidos como perigosos demais e por isso não são liberados para o banho de sol no mesmo dia que os demais. Esse sexto pavilhão é conhecido popularmente como de *segurança*. Na aparência é uma ala bem isolada e que fica no final da cadeia, ao lado de 5º pavilhão.

No presídio do Roger novos presos chegam diariamente. Quando chegam, no primeiro dia passam pelo setor de arquivo para registrar sua situação processual. Depois são encaminhados para o “reconhecimento”. Nas primeiras noites em que são detidos, dormem no chão da cela do reconhecimento; podem ficar de cinco a quinze dias nesta cela, sem visita nem banho de sol, para depois serem distribuídos nos pavilhões pelos agentes penitenciários. O discurso inicial dos agentes ressalta as regras básicas de funcionamento da cadeia, assim como as punições decorrentes do não cumprimento dessas regras.

Já a *cela do isolado* é uma área reservada para os castigos mais graves. É um lugar escuro, ao modo de um buraco e muito sombrio. As declarações sobre maus tratos graves advêm de pronunciamentos dos presos sobre esse lugar.

Na entrada do presídio há uma área de primeiro andar destinada à parte administrativa, que inclui a sala em que as psicólogas e as assistentes sociais trabalham juntas; também há outra sala para a direção; há a sala da educação; a sala de outros setores de disciplina; a do almoxarifado; a cozinha do setor administrativo; a sala de revista e a sala de arquivo e, além disso, alguns dormitórios para os policiais. Há também uma área coberta na entrada do portão central.

Enquanto pesquisadora, o contato inicial nesse chão carcerário foi difícil, embora nós fossemos professora desse estabelecimento e mantivesse, pois, alguma possibilidade de inserção sem maiores requisitos. Formalizamos, todavia, nossa entrada como pesquisadora,

junto à juíza da sétima vara criminal, que concedeu a permissão para a pesquisa. Voltamos ao presídio no intuito de convencer o diretor da importância da pesquisa e, concomitantemente, entregamos-lhes a ordem judicial. Ele autorizou a nossa entrada para a pesquisa todas às quintas-feiras, com o grupo da Pastoral Carcerária da Diocese, ao qual nos vinculamos.

No Presídio do Roger, atualmente, os presos passam a maior parte do dia trancados em suas celas - os detentos dispõem de uma hora de recreação e banho de sol ao ar livre por dia. Este presídio parece mal arquitetado; suas construções são escuras, sombrias, há pouca ventilação e suas dependências possuem partes de difícil acesso e, logo, fiscalização. As instalações hidráulicas e elétricas são muito precárias, os esgotos transbordam de fezes e se vê comumente os ratos e baratas circulando pelas celas; para os que dormem no chão das celas se torna um ambiente mais gravemente desumano.

O nível educacional dos presos é geralmente baixo, segundo os dados apresentados pelo jornal Correio da Paraíba: noventa por cento dos detentos (90%) possuem baixa escolaridade, são pobres e apresentam, em seus históricos, situações familiares de miséria social. A experiência de Frei Betto já revelava o indicador de classe social junto ao da exclusão do direito à educação.

A maioria dos presos é semi-analfabeto, havendo alguns com curso primário completo, raros tendo tirado o ginásio e nenhum universitário, pelo menos aqui. Isso de maneira alguma significa que quanto maior o grau de instrução menor o índice de criminalidade. É que entre gente mais instruída a prática do crime é mais requintada. O criminoso analfabeto tem menos recursos que criminoso universitário ou diretor de empresa. Este não precisa forçar portas ou assaltar à mão armada; age com inteligência e esmero: sonega o físico, adultera notas fiscais, cobra preços exorbitantes pelo produto que vende, rouba no salário de empregados, vence concorrências por suborno, corrompe funcionários administrativos, faz negociações, promove o aborto, incentiva o lenocínio, explora do trabalho etc. Este não vem para cadeia (1978, p.112-3)

Programas educacionais poderiam ser um caminho importante, incluindo o trabalho como princípio educativo, para preparar os detentos para um retorno bem-sucedido à sociedade? – pode-se depreender da reflexão de Frei Betto. Reconhecendo essa possibilidade, a Lei das Execuções Penais (LEP) determina que os detentos recebam oportunidades de estudo, garantindo-lhes, em especial, educação básica. E o trabalho como princípio educativo? A lei também promete aos detentos treinamento vocacional e profissional. Como isso tem operado de fato nas prisões? – nós nos perguntávamos. Haveria um outro currículo oculto operando junto aos presos?

## 1.10 Da violência do sistema penitenciário

O tratamento para com os presidiários por parte da administração e agentes carcerários parece produzir e reproduzir a desumanização – foi o que vimos logo nas primeiras anotações de pesquisa, quando estava a reconhecer os locais das celas, dos pavilhões. Nós já havíamos ouvido, nas aulas que ministrara no presídio, como também havia lido nos jornais da Paraíba, os abusos de espécie vária cometidos contra presos; estava a par das violências físicas e simbólicas que são uma das formas mais sérias e crônicas de violações dos direitos humanos no Brasil. Os estudos mais circunstanciados em locais de prisões pareciam reportar-se a uma espécie de “punição a uma classe social.” Para Pequeno (2002, p. 125-6): *“a pobreza, a miséria e a desigualdade social podem ser fatores condicionantes de algumas formas de criminalidade, mas não todas. Tudo depende do contexto, do horizonte cultural, das relações intersubjetivas, dos fatores psicossociais, dentre outros”*.

No presídio, logo no momento inicial da pesquisa, ao deter-nos na problemática nós víamos os presos amontoados, superlotando as casas prisionais e, em algumas delas, sem espaço até para dormir (faziam rodízio para deitarem-se uns de cada vez). Uma grande maioria, nós observávamos que dormia no chão, sem colchão e sem lençol. Nas celas de isolamento a situação era ainda pior, porque aí eram obrigados a ficarem sem roupas, sem visitas e com outros tipos de sanção punitiva que se acresciam. O quadro que nós víamos de início, não se revelou diferente, com o aprofundar da pesquisa, muito pelo contrário: a fala dos apenados nos desvelava um mundo submerso complexo. Veja o que diz um encarcerado, ao referir-se ao presídio como “um balde sujo”:

*“A polícia e os agentes não sabem lidar com a criminalidade. Eles só trabalham em cima da tortura e o que sabem fazer bem é juntar os presos num balde sujo, que é a prisão. Querem ver a gente cair no vale da sombra e perder o direito a viver. Para eles tanto faz a gente matar ou morrer”*. (BAMBU)

Quem educa o educador dos presídios? – nós nos perguntávamos. Os agentes penitenciários não possuíam formação específica para lidar com esse tipo de estabelecimento educacional. Os presos aludiam ao uso, da parte dos agentes penitenciários, de estratégias de tortura. A cela do isolamento parecia coroar e fazer comportar uma variabilidade imensa de sanções, que cada agente compreendia a seu modo - segundo a voz dos presidiários.

Em visitas realizadas nessa pesquisa, alguns presos revelaram que ainda hoje são torturados pelos agentes penitenciários e pela polícia que, por qualquer motivo, não hesita em lhes bater. O que desde então nós nos apercebíamos era que, como os presos, também nós não conseguíamos ver, no cotidiano, como funcionava a contenção dos possíveis abusos de poder feitos por parte dos funcionários encarregados da disciplina. Haveria grupos de estudo sobre o que acontecia no estabelecimento? Como eram supervisionados os agentes penitenciários em seu ofício de disciplinar? Que referências educacionais balizavam seus atos? Que processo formador era pensado para o funcionalismo das prisões e do sistema como um todo?

Isso nós nos perguntávamos, ao encontrar um preso muito machucado no isolado, cuspidando sangue. Perguntamos o que houve; o apenado respondeu: *“Pegamos um deles e por isso me torturam tanto assim”*.

A Pastoral Carcerária tem, ao longo dos anos, denunciado maus tratos e torturas, mas às vezes quando se flagra o ato de tortura e se exige que se faça um exame do corpo de delito, o preso é obrigado a negar para proteger sua própria vida, como aconteceu com um preso durante a pesquisa. Segundo Emilio Santoro: “A polícia de encarceramento e repressão penal é mais para responder ao desenvolvimento da criminalidade, que permaneceu mais ou menos constante no período em que se afirmaram as novas polícias penais” (2002, p. 59).

Segundo a Coordenação do Sistema Prisional (COSIPE) da Secretaria de Cidadania e Justiça, o Estado possui setenta e dois estabelecimentos prisionais com capacidade para quatro mil e setenta e seis vagas.

Algumas palavras podem ser ditas sobre essa população encarcerada.

A população carcerária do Brasil está distribuída em vários estabelecimentos de diferentes categorias; são esses: penitenciárias, presídios, cadeias públicas, cadeiões, casas de detenção, quartéis, distritos ou delegacias. A Lei de Execução Penal (LEP) estabelece várias categorias de estabelecimentos com características específicas que servem a tipos específicos de presos.

Nesta última década, a população carcerária da Paraíba aumentou em 40%. Na avaliação do promotor da Vara de Execução Penal, Nilo Siqueira Filho, o aumento da população carcerária na Paraíba se deve ao crescimento da criminalidade, um problema estrutural, causado pelo desemprego e pela falta de oportunidades<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> Dados publicados no Jornal Correio da Paraíba, edição do dia 19 de junho de 2005, Caderno Cidades, p. B3.

Segundo dados do Departamento Penitenciário Nacional, do Ministério da Justiça, o Brasil tem 361.402 presos (no sistema carcerário e na polícia), para 215. 910 vagas. Por volta de 80% são analfabetos ou fizeram no máximo até o ensino fundamental<sup>5</sup>.

Michel Misse, Professor de Sociologia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e Coordenador do Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana, defende que o problema que se vê hoje na Justiça brasileira tem uma origem mais antiga, ligada à herança colonial, à tradição hierárquica, não igualitária, nas relações de poder. Isso acabou sendo transferido também para o Direito. O Código Penal, por exemplo, de 1940, já garantia prisão especial para quem possuía diploma<sup>6</sup>.

A conexão entre classe social e detenção por criminalidade é sempre ressaltada por estudiosos do assunto, como Josinaldo Malaquias<sup>7</sup>. Para o autor, a questão do crescente número de presos reflete a exclusão e a falta de justiça social que existe em todo o Estado. Ele defende que as prisões são anacrônicas e não possibilitam a reintegração do preso ao convívio social.<sup>8</sup>

Atualmente, no sistema prisional de regime fechado da Paraíba, de acordo com os dados oficiais do ano 2005, haveria um *déficit* de duas mil, quatrocentas e setenta e quatro vagas no Estado da Paraíba, carecendo de mais vagas nos sistemas prisionais; na realidade, possui-se uma relação de quase seis presos para cada funcionário no presídio do Roger, local do estudo que fizemos.

A coordenadoria da COSIPE informa que nestes estabelecimentos prisionais atuam mil e duzentos funcionários e, dentre eles, apenas quatrocentos são agentes penitenciários. Muitos têm contrato temporário e é então que se tem como tácita a falta de qualificação para o trabalho<sup>9</sup>.

Por falta de agentes efetivos, o Sr. Secretário de Justiça e Cidadania da Paraíba remanejou vários servidores de outras secretarias e criou uma categoria para a contratação de serviços prestados, chamada *pro-tempore*. Alguns servidores de Prefeituras estão sendo designados para exercerem a função de agentes presidiários sem que tenham nenhum preparo para isto<sup>10</sup>. São essas pessoas que se dizem '*educadores de presos*'; recebem um salário mínimo e são indicados geralmente por critério político - vereadores, prefeitos e deputados. Os funcionários de contrato temporário (que não são tão temporários assim), são pessoas que

---

<sup>5</sup> Dados publicados na Revista Carta Capital, nº 402, p. 18, edição do dia 19.07.2006.

<sup>6</sup> Dados publicados na Revista Carta Capital, 402, p. 21, edição do dia 19.07.2006.

<sup>7</sup> Jornalista e Professor da Universidade Federal da Paraíba está fazendo seu doutoramento sobre o presos.

<sup>8</sup> Dados publicados no Jornal Correio da Paraíba, edição do dia 19.06.2005, Caderno Cidades, p. B8.

<sup>9</sup> Dados publicados no Jornal Correio da Paraíba, edição do dia 19.06.2005, Caderno Cidades, p. B3.

<sup>10</sup> Relatório da CPI do Narcotráfico e do Crime Organizado, Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba.

têm muita força no sistema penitenciário. Segundo as visões dos apenados e de alguns agentes penitenciários que entrevistamos, seria maior o poder dos que têm contrato temporário, pois são vinculados ao grupo político hegemônico.

É o que se explicita com clareza na fala de um agente penitenciário:

*“...os agentes penitenciários com contrato temporário ameaçam e perseguem até alguns servidores efetivos, pois têm” pistolões” (relacionamento com “gente graúda”, segundo os presos), como também conseguem a transferência destes servidores para outras repartições; são pessoas de muita confiança do Secretário de Justiça e muitas vezes parecem influenciar mesmo aos diretores dos presídios. Os agentes penitenciários que não cumprem as ordens desses prestadores de serviços passam a ser perseguidos muitas vezes. Os agentes de contrato temporário cometem vários atos de corrupção, que vão desde a facilitação de fugas, recebimento de propinas e até a entrada de drogas, entrada de feiras e outros objetos, armas e bebidas nos presídios; eles “têm costas largas”; há o apoio político dos que o indicaram, que acaba por fazer sua ousadia ficar maior.”(CANAFÍSTULA)*

Segundo Maria Emilia G. Ferreira<sup>11</sup>, que fez sua pesquisa na Casa de Detenção de São Paulo em 1996, ela diz que nessa época já havia uma ausência de políticas públicas penitenciárias e um silenciamento quanto ao direito dos presos:

O Brasil apresenta uma imagem das mais negativas no mundo, em termos de tratamento prisional, colhendo, em contrapartida, a reação agressiva, revoltada e violenta por parte dos que a ela, por designação do Estado, devem guardar e reestruturar. Conste-se, além do absoluto descaso dos direitos aos presos, a ausência de políticas penitenciárias que visem a reeducação dos infratores e o resgate da humanidade desestruturada ou destruída (FERREIRA, 1996, p. 70)

Em julho de 1997, durante um motim no Presídio do Roger, oito apenados foram sumariamente executados por policiais militares, agentes penitenciários e presos a serviço da direção. O fato foi noticiado amplamente nos jornais locais. Na perspectiva de um preso que

---

<sup>11</sup> Maria Emilia é religiosa das Cônegas de Santo Agostinho e psicóloga. Atuou no Carandiru como psicóloga desde 1986 e desenvolveu sua pesquisa a nível dissertativo em 1996, transformada em livro com o título A produção da esperança, trazendo a luz o potencial de humanidade que existe e está por trás das algemas, grades e muralhas das prisões.



está na cadeia há mais de quinze anos, se escuta a seguinte narrativa:

*“Esse dia foi uma correria muito sangue e houve muita crueldade. A Polícia Militar, Civil e Penitenciária, munida com armamento pesado e coletes à prova de bala invadiram a cela, em seguida ouviram-se gritos e tiros. E os reféns foram libertados, alguns com pequenos ferimentos, provocados por estiletos e pequenos objetos cortantes que estavam em posse dos amotinados”.* (INGAZEIRA)

Várias rebeliões têm ocorrido no presídio do Roger da Paraíba, ainda que em poucas se tenha produzido reféns. O saldo dessas rebeliões é sempre a morte de apenados. Os motivos das rebeliões são sempre os mesmos: lentidão da justiça em julgar e em conceder os benefícios previstos na Lei, superlotação, maus tratos a presos e familiares. Constata-se a afirmação de Frei Betto: *“A criminalidade tem sua origem nos problemas sociais, como a miséria, a ignorância, o desemprego, a desigualdade entre os homens”* (1978, p.121)

Outro aspecto da violência que agora levanta seus véus refere-se ao tratamento dado à família e, em especial, à “mulher de preso”. A revista íntima é percebida, por eles, presos, e suas famílias, como uma forma de violência. Uma das mulheres de um preso conta:

*“Eu estava totalmente nua em cima de um colchão também descoberto, sem nenhum lençol me protegendo, podendo pegar doenças feias (transmissíveis), pois uma senhora de branco com uma luva em uma mão e um pedaço de papel higiênico em outra, ela abria minha vagina e olhava se tinha droga só porque meu marido foi pego com 50 gramas de maconha, ela dizia para outra essa é suspeita”.*(ALCACHOFRA)

Existe uma lei estadual<sup>12</sup> que regulamenta a revista dos visitantes – esta lei é questionada e repudiada por órgãos de direitos humanos do Estado. Escutar como vivenciam essa revista seria importante para a pesquisa, afinal, tratava-se de dar voz ao ponto de vista dos apenados. Iremos nos deter nesses aspectos de como presos e suas mulheres conferem significado à visita íntima, mais adiante.

Por hora, assinalamos que várias entidades da sociedade civil paraibana se reuniram e publicaram nota de repúdio ao modo como se dava a prática da visita íntima. Na verdade, não se ouve a voz dos apenados a esse respeito; por sua vez, as mulheres apontam

---

<sup>12</sup> Lei 6.081 de 18/04/2000.

ser humilhante julgarem-se “suspeitas”, como narram; mas nas reportagens e em tantos textos sobre prisões são silenciadas suas vozes.

O conceito de violência é diverso para cada segmento social e depende de que lugar se fala. Segundo Pequeno:

A palavra violência suscita inúmeras significações. Precisamos, para bem compreendê-la, encontrar as condições de possibilidade e adequação de sua própria definição. De posse desse mapeamento teórico, poderemos evidenciar os diversos tipos de violência e, por conseguinte, identificar suas inúmeras manifestações. Etimologicamente, violência vem do latim *violencia*, que significa não somente ação abrupta, mas, também, vigor, força. Violência designa, da mesma forma, uma ação contrária à ordem ou à disposição da natureza. Todavia, hoje essa noção ampliou-se, passando a significar também uma ação contrária à ordem moral, jurídica ou policial que causa danos a pessoas, coisas e lugares. A violência também se expressa como uma maneira de alguém impor a outro a sua vontade mediante ameaças, intimidações, pressões psicológicas, comportamentos agressivos, dentre outros (2002, p. 121)

## **II SEGUNDA PARTE: O PERCURSO METODOLÓGICO**

### **2.1 PROBLEMA DE PESQUISA**

- Quais são as significações construídas pelos presidiários em suas experiências educacionais, e expressas nas vivências dos lugares, tempos e cenas do Instituto Penal do Roger, situado no município de João Pessoa - Paraíba

### **2.2 OBJETIVOS DA INVESTIGAÇÃO**

#### 2.2.1 Objetivo Geral:

- Desvelar as significações construídas pelos presidiários sobre suas experiências educacionais, na situação do cárcere, no relato de experiências educacionais constituído pela nossa atuação como professora de jovens e adultos, na Penitenciária Modelo Desembargador Flóscolo da Nóbrega, situado no município de João Pessoa - Paraíba.

#### 2.2.2 Objetivos Específicos

- a) Refletir sobre o tempo do cárcere como tempo de transcendência (os possíveis da educação) - período em que o sujeito, mesmo privado de liberdade, é livre enquanto produtor de significações para suas experiências;
- b) Desvelar as contradições de um regime disciplinar punitivo que se pretende ser reeducativo, na narratividade dos textos orais e nos ensaios de escrita vividos no percurso alfabetizador;

- c) Devolver ao sujeito encarcerado sua potência enquanto sujeito autor de textos e produtor de significações, a partir de uma escuta sensível, onde a subjetividade é considerada uma dimensão fundamental no percurso educativo.

## 2.3 DESIGN DE INVESTIGAÇÃO

### 2.3.1 Dos eixos metodológicos da pesquisa

O caminho da investigação científica exige que o pesquisador siga passos, a fim de que o seu trabalho se revista de um caráter científico. Um bom *design* de investigação possibilita a compreensão do caminho a ser seguido. A escolha do método deve amparar-se em uma visão mais ampla do objeto de estudo, o que supõe um nível de abstração mais elevado dos fenômenos naturais e sociais (LUDKE, 1986; BOGDAN e BIKLEN, 1994; CHIZZOTTI, 1998; LAVILLE e DIONNE, 1999; MOSCOVICI, 2004).

Considerando os objetivos que perseguimos e os aportes teórico-metodológicos que fundamentam o trabalho, passamos a situar as trilhas da nossa pesquisa. A R.S aparece como teoria e método que nos ajuda a perceber e refletir sobre o objeto de investigação. Nesta direção, considerando a realidade a investigar e as pretensões do estudo de dar voz aos que vivem e dão significado às suas experiências no cárcere, recorreremos à abordagem qualitativa de pesquisa.

Dentro da pesquisa qualitativa optamos pela teoria–método das representações sociais. Daremos especial atenção à história de vida, como procedimento investigativo. Segundo Laville e Dionne, a **história de vida** pode ser configurada como uma narração autobiográfica “uma vez que é a própria personagem que a constrói e a produz, estimulada, influenciada ou orientada pelo pesquisador, que deve se mostrar discreto” (1999 p. 158).

Nesse sentido, tentamos construir um grupo com nossos alfabetizandos e para isso nós deveríamos como que “acordar” a singularidade de cada um como sujeito e situá-lo no desejo de pertencimento coletivo que nós estávamos a instaurar ao apostar na grupalização e na cidadania dos educandos. Como diz Paulo Freire (2001, p. 129) “a cidadania está referida diretamente à história das pessoas e tem que ver com uma outra coisa muito mais exigente, que é a assunção da história da pessoa”.

Também quando nos propomos a buscar as significações que os educandos estão construindo, como tecido onde se inscreve nossa ação alfabetizadora, temos de estar nos guiando por uma visão de linguagem e de alfabetização. Ao propor que as visões de mundo dos educandos sejam explicitadas, estamos a supor que todos os falantes possuem o que os lingüistas conceituam como *competência lingüística* – trazem, pois, um acervo de saberes anteriores que seria preciso devolver-lhes, oportunizar nova apropriação deles e, mesmo, nova ressignificação. Pensar como professores, em termos freireanos, também implicava fazer essa escuta, utilizando o tecido da experiência individual que, ali no grupo que se instaurava, ganhava contornos de experiência coletiva. Nós já ensaiávamos, portanto, nossa perspectiva investigativa, em pesquisa, com as referências que Paulo Freire dava à nossa prática educadora.

Voltando à explicitação da metodologia, decidimos que, dos recursos apontados pela abordagem qualitativa, utilizaremos a **observação de cenários do convívio social no cárcere** e a **entrevista semi-estruturada com os detentos, individualmente e em grupo**, cujo objeto será, precipuamente, a história de vida. A observação, segundo Chizzotti é um meio direto que deve procurar a maior aproximação possível do sujeito de pesquisa para poder apreender como ele percebe a realidade e as ações que realiza no contexto em que se situa (1998). Entretanto, cada ação deve ser acompanhada pela procura de seu sentido e significado para as pessoas envolvidas. Parece-nos fundamental, pois, os **registros no diário de campo**.

Em uma primeira fase exploratória, descrevemos o ambiente carcerário, anoto no diário de campo o percurso da minha inserção no lugar e, a seguir, começamos a trabalhar o que acabamos de chamar de **Vivências de Lugares, Tempos e Cenas do Presídio do Roger**, que irão evocar a memória e o devir dos sujeitos do cárcere, na perspectiva deles.

Lembremos que a fase exploratória consiste em “descobrir o campo de pesquisa, os interessados e suas expectativas e estabelecer um primeiro levantamento (ou “diagnostico”) da situação, dos problemas prioritários e de eventuais ações.” (THIOLLENT, 2000, p. 48).

Optamos, para colher as representações sociais, por utilizar a técnica de entrevista semi-estruturada (além das histórias de vida, que já mencionamos), orientada por Chizzotti (1998) e Laville e Dionne (1999). A técnica de entrevista é um meio de colher informações baseadas no discurso livre. Dessa forma é que quanto mais livre se sentir o investigado, quanto mais confiar no pesquisador, mais irá emergir o conteúdo da fala com bastante riqueza.

Entre as técnicas de pesquisa qualitativa utilizadas, pois, destacamos as entrevistas semi-estruturadas, com indivíduos e em grupo; as histórias de vida dos presidiários e as observações participantes: com estes procedimentos de investigação passamos a desvelar o contexto do cárcere, na perspectiva dos detentos.

Trabalhando com a teoria das representações sociais temos de lidar com a relação entre texto e contexto; temos de considerar o entrelaçamento da esfera subjetiva com a objetiva e atentarmos para a assunção do novo e do que é memória das gentes.

Dentro da teoria e método das representações sociais organizaremos o tecido das significações dentro das vivências de lugares, tempos e cenas do presídio. Assim, utilizaremos como fio do nosso trabalho, as significações que os presidiários estão dando às suas experiências.

Mediante o tecido das representações sociais a ser construído, vinculado às vivências espaciais e temporais do presídio, na perspectiva dos apenados, pensamos ir desvelando as falas e realizando a permanente “leitura da experiência do cárcere”.

A R.S social se inscreve no universo de significados onde o indivíduo é visto como um sujeito histórico e tomado no contexto de uma situação social e culturalmente definida, situando-se (as representações) tanto no universo da cognição quanto no tecido da cultura (JODELET, 1984). Pretendemos, ainda, ver as representações sociais no contexto da cultura carcerária, do ponto de vista dos apenados, organizando núcleos de significação.

Desse modo, tentaremos detectar como as representações sociais circulam na comunicação cotidiana e como se diferenciam de acordo com as suas teias significantes e os conjuntos de sujeitos que as elaboram. Devemos observar e conectar as representações sociais às situações em que os sujeitos as elaboram e as utilizam, uma vez que elas se inscrevem em uma cultura específica.

O aspecto prescritivo (embora não determinístico, uma vez que comporta o novo e sua emergência), bem como o aspecto estrutural das representações sociais é frisado por Moscovici, nos seguintes termos:

[...] representações são prescritivas, isto é, elas se impõem sobre nós com uma força irresistível. Essa força é uma combinação de uma estrutura que está presente antes mesmo que nós comecemos a pensar e de uma tradição que decreta o que deve ser pensado (MOSCOVICI, 2004, p. 36).

As representações sociais são formas de conhecimento prático voltado para a compreensão da realidade, do mundo circundante e da própria comunicação entre as pessoas. Por serem assentadas no cotidiano de sujeitos históricos, envolve aspectos da memória e também se abre à percepção das forças criativas da subjetividade.

Prosseguindo além do trabalho individual do psiquismo, uma vez que emergem como um fenômeno das redes de interação sociais, não se centralizam apenas no sujeito individual, mas apontam para as construções particulares da realidade onde se situam.

Por serem fruto de experiências transmitidas por tradição, educação e comunicação social, as representações sociais tendem a se tornarem óbvias, o que dificulta seu desvelamento, como Moscovici já observava ao falar que, na observação do que nos é familiar, “nós não estamos conscientes de algumas coisas bastante óbvias”; nós, então, “não conseguimos ver o que está diante de nossos olhos” (MOSCOVICI, 2004, p. 30).

**Reflexionar** sobre as representações sociais é considerar, também, o conhecimento que se tem nomeado de “senso comum” e dar-lhes estatuto científico. Como assevera Moscovici:



A ciência era antes baseada no senso comum e fazia o senso comum menos comum; mas agora senso comum é a ciência tornada comum. Sem dúvida, cada fato, cada lugar comum esconde dentro de sua própria banalidade um mundo de conhecimento, determinada dose de cultura e um mistério que o fazem ao mesmo tempo compulsivo e fascinante. (MOSCOVICI, 2004, p. 60)

Sabemos que, segundo os estudos sobre representações sociais encetados por Moscovici, os sujeitos sociais dão significado às suas experiências do cotidiano em um específico contexto relacional. Os significados que conferem ao vivido, pois, são relevantes para os grupos sociais que se relacionam, vivem, agem e pensam em determinado contexto cultural. Tais significados compõem teias que, como um tecido de significados (MINAYO; 1998) instituídos pelas ações humanas, são passíveis de serem captados e reflexionados.

### 2.3.2 Área de abrangência

A pesquisa contempla a Penitenciária Modelo Desembargador Flósculo da Nóbrega, popularmente chamada “Presídio do Roger”, nome do bairro em que está situado. Este Presídio está situado no Norte da cidade de João Pessoa. É de média segurança. Tem em torno de mil e sessenta (1060) presos. Foi construído como penitenciária modelo para trezentas (300) pessoas. Durante os primeiros anos, havia várias oficinas (marcenaria, pintura, artesanato, música etc.), segundo contam os detentos. Tudo isso desapareceu pouco a pouco.

Têm crescido muito as rebeliões nos últimos anos, conforme observam os detentos. Também aumentou a violência entre eles, chegando até a acontecer alguns homicídios e suicídios. A última rebelião durou de novembro de 2004 até final março de 2005, e provocou o recrudescimento do terror no disciplinamento coletivo, bem como resultou em três mortes, além de alguns feridos.

O nível sócio-econômico dos presos é considerado dos mais baixos, mesmo pelos funcionários da administração e agentes penitenciários. Os presos procedem de todo o Estado da Paraíba, tendo alguns de outros Estados do Brasil. Percebemos um número muito grande de jovens.

A escola em funcionamento dentro do Presídio do Roger foi construída há vinte e dois anos, graças à luta dos órgãos vinculados aos direitos humanos, como contam os apenados e atualmente é ligada ao governo do Estado da Paraíba.

### 2.3.3 População-amostra

A população eleita sobre a qual se debruça a pesquisa qualitativa é composta por doze (12) presos que participaram do processo de alfabetização, com idade entre vinte (20) a quarenta e sete anos (47) anos. A escolha foi intencional: nós pretendíamos aproveitar o laço de confiança que estabelecera como professora, para adentrar-nos na pesquisa das significações que estavam produzindo sobre suas experiências no cárcere. Não desconhecia a gravidade das delações, das problemáticas de violências e coações que envolviam a todos do ambiente carcerário: elas possuíam sua rede dentro e fora do Presídio, em meio à tessitura do que era ou não permitido oficialmente.



Também em virtude da administração rotativa do sistema presidiário, que tem sua realidade diária mediada pela entrada e saída de presos por fugas ou outras questões, julgamos que essa amostra poderia ser-lhes compreensiva e evitaria interdições à pesquisa.

Além dessa atenção à dinâmica organizativa do cárcere, a abordagem qualitativa e o método escolhido, também, levou-nos a ver que seria importante o singular dos casos e sua descritividade; também, inviável trabalhar com um número maior de sujeitos. Em vista dessas coordenadas, acrescentamos alguns outros critérios para a escolha da população escolhida: disponibilidade dos presos, interesse acentuado pelo processo alfabetizador e pela relação que nós estabelecêramos com eles (o que seria um indicador importante para os relatos acontecerem) e presença em atividades de convívio social, uma vez que isso oportunizaria um alimento continuado, durante o período da pesquisa, com a socialidade que ali se tecia. Reiteramos: a pesquisa sobre a qual nos debruçamos, tem sua amostra escolhida no contexto populacional dos que cumprem pena no Presídio do Roger.

Para perceber que significados os detentos conferem às suas experiências, teceremos uma espécie de teia de representações sociais, que comporá um tecido; nele, se remete a espacialidade e à temporalidade do presídio. Aproveitaremos os contatos com muitos outros presidiários que nos fornecem o contexto das experiências dos escolhidos.

O momento analítico, posterior a uma fase primeira de inserção, caracterizada por observações participantes, oportunizou maiores registros do convívio que tive com os presidiários, em diversas situações da cotidianidade do lugar. Além de uma fase primeira que durou três meses, portanto, aprofundamos a análise e a inserção no presídio por mais quatro meses, sendo que cada sessão de pesquisa durava quatro horas, uma vez por semana.

#### 2.3.4 Instrumentos de coleta dos dados

Os momentos que aí se sucedem podem deixar traços de seus fazeres uns nos outros; o que tento anotar, com essa forma de explicitação, não é o recorte historiográfico do vivido, mas a dominância de alguns aspectos no decorrer da pesquisa.

#### 2.3.4.1 Primeiro momento

O primeiro momento está inspirado na idéia, cara às representações sociais, de que as significações não se dão no vazio, mas em contextos concretos, inclusive institucionais. Precisamos explorar o ambiente carcerário, a vivência cotidiana, o relacionamento dos presos entre si e com os funcionários, bem como seus canais de comunicação com o mundo “de fora da prisão”.

Esse movimento cognoscitivo produziu uma série de **registros no diário de campo**, vinculados ao espaço-tempo da vida no presídio. Lugar, tempo e cenas do cotidiano foram os cenários onde anotamos a pluralidade de vozes dos presos, em seus tateamentos expressivos.

Nós flagrávamos as vozes dos apenados também por meio de **observações participantes**. Era quando nós convivíamos nos contextos sobre os quais me debruçaria (essa a dominância desta etapa da pesquisa) que nos tecíamos o solo do aprofundamento da pergunta: **“como e o quê viviam naqueles lugares e tempos”, os presidiários; buscando, então, capturar as significações que davam às suas experiências.**

#### 2.3.4.2 Segundo momento

Em um momento subsequente ao anterior, demos **ênfase às entrevistas semi-estruturadas, com os selecionados individualmente**. O objeto da entrevista é a história de vida. **No contexto da história de vida e dos relatos das cenas vividas nos tempos e lugares do cárcere, nós retirávamos as representações sociais** que os detentos estavam conferindo às suas experiências.

#### 2.3.4.3 Terceiro momento

No terceiro momento enfatizamos as **reuniões de grupos, comentando determinados temas relacionados com a suas vidas; foi o momento em que surgiram os**

**enfrentamentos das visões e em que o aspecto relacional ficou posto em relevo.** A dimensão da linguagem, desvelando o “saber-do-viver” e o “saber ser”, em suas várias faces, vincava as representações sociais com a “cultura” carcerária, em seu movimento de reprodução (amordaçamento) e de resistência (criação de possíveis).

### 2.3.5 Tratamento dos dados

Compreender e desvelar as representações sociais (mediante falas) e identificar as condições em que se situam os sujeitos ao emitirem-nas, seria partir do *dito e* desvelar o *não dito*. Na análise, a escolha de categorias é fundamental, pois elas estão a dar forma concreta às escolhas teóricas e metodológicas do processo de investigação. Como diz Moscovici, as Representações Sociais são uma maneira particular de conhecimento presente no senso comum, tendo como função à orientação para a ação, no cotidiano, ao mesmo tempo em que é diretriz na interação entre os indivíduos (1978).

No mundo do cárcere, em especial, o “mundo aprendido”, o que é dito pelas instituições sobre o presidiário, não se conecta necessariamente ao mundo do saber de experiência feita, e ao “mundo do fazer” e do “sentir” que vive o sujeito. A esse mundo posposto ao sujeito, chamaríamos de *saberes colados*, que são conhecimentos superficiais, sobrepostos a-criticamente, desenraizados do caminho percebido e trilhado pelos sujeitos encarcerados; essa *categoria* que é diversa da categoria dos *saberes vividos*, que são plenos de sentido, estabelecidos pela experiência própria dos detentos. Estas duas categorias, que surgiram dentro do ambiente de análise, na nossa pesquisa, aglutinarão as representações que levantaremos ao longo deste estudo.

Antes do primeiro momento, procedemos à análise de toda a documentação recolhida, desde a fase exploratória, sobre presídios e sobre o sistema penitenciário. Pus em relevo, nessa fase, informações que situavam o ambiente carcerário, *lócus* do nosso estudo, como uma problemática de investigação e conectamos esse quadro a autores e referências teórico-metodológicas.

Em segundo lugar, procedemos a decupagem (registro e detalhamento) e comparação dos vários depoimentos, textos, sonhos, lembranças, falas, conversas cotidianas, poemas, diálogos orais e escritos, projetos futuros, composições musicais, idéias expressando revoltas e interditos, silenciamentos e falas sobre experiências feitas, na perspectiva de

descobrir que *núcleo de significações se pode apreender* do que os presidiários estavam produzindo sobre suas vivências.

Observamos os núcleos de significação mais comuns aos sujeitos e tentamos perceber que tecido se delineava no complexo universo que ali se erigia mediante a teia de significações esboçada. Observamos os cenários da vida cotidiana e como a eles se vincularam os núcleos de significações (vida/pensamento), conferidos pelo nosso grupo de alunos, nas situações ligadas ao percurso da pesquisa.

Em terceiro lugar, pareceu-nos já possível procurar um relacionamento entre os diversos depoimentos e as circunstâncias de vida de cada sujeito, no sentido de desvelar a malha do pensamento-vida-linguagem dos textos do cotidiano: aqui procedemos de modo mais consistente e profundo à elaboração de uma espécie de *teia de significações*, que eram conjuntos de falas que compunham certo núcleo semântico.

Tudo isso se vinculava ao já partilhado com os presidiários nas mais diversas situações (lugares-tempos-cenas).

Em quarto lugar, pensamos que deveria dar atenção aos momentos grupais, para que se pudesse perceber o movimento das representações na cultura carcerária, uma vez que elas tinham aspecto prático muito vincado: dever-se-ia ver como eram utilizadas as representações no fluxo da comunicação e interação cotidianas.

Estas categorias se inseriam no que nós aprendêramos sobre o movimento de ancoragem (classificação etc.) e de objetivação (transposição para o mundo figural). A ancoragem, por ser um modo de classificação e denominação de coisas estranhas e “ameaçadoras” aos sujeitos, tinha por finalidade: ser instrumento de detecção de saberes; ser designação de sentido e servir como enraizamento no sistema de pensamento, visando a ocasionar mudanças neste sistema ou não.

Dessa maneira, a ancoragem, por envolver a nomeação e a classificação do que não se sabia ou não tinha nome era fundamentalmente pedagógica: um sistema de classificação, denotação, como também alocação de categorias e nomes (MOSCOVICI, 2004), que valorava o saber do senso comum.

Já a objetivação, por consistir em uma operação imaginante e estruturante, pela qual se dá forma ou figura específica ao conhecimento acerca do mundo, como que se inscrevendo no contexto figural, materializando o pensado, transformava em objeto o que era representado de modo mais abstrato.

A objetivação consiste em três fases: seleção e descontextualização (triagem de informações e generalização em certo nível etc); formação de um núcleo figurativo (estrutura

de imagens, que reproduz de uma forma figurativa uma estrutura conceitual; uma esquematização que organiza dados percebidos etc) e naturalização, quando o esquema figurativo passa a fazer parte do senso comum, tornando-se natural à medida que penetra no meio social.

Por fim, sintetizamos todo o caminho percorrido, explicitando os núcleos semânticos do já flagrado no cotidiano dos encontros oportunizado pela pesquisa e expusemos como *teia* de significações, no sentido que lhe dá Figueiredo (2000).

### III TERCEIRA PARTE: APRESENTAÇÃO DA TEIA DE SIGNIFICACÕES E ANÁLISE DAS FALAS

*Toda a nossa história demonstra que é perfeitamente possível instituir as maiores injustiças num regime de superficial legalidade. Quando homens são condenados e abandonados em celas superlotadas, sofrendo misérias, torturas e degradações, com o aval de grande parte da sociedade, é porque os componentes dessa parcela da sociedade se considera inatingível pela Justiça. Sabem que a prisão não é para eles, mas sim depósito de indivíduos marginalizados. A criminalidade tem suas raízes na confluência de uma série de fatos históricos. As cadeias estão cheias de "mulas", "gerentes de bocas" e desempregados-delinqüentes que cometeram pequenos delitos - meros dejetos de uma ordem estabelecida - e não de "bandidos perigosos" como é alardeado pela mídia, a serviço desse status quo no sistema penitenciário brasileiro. (Fábio Konder Comparato)*

#### 3.1 Conferir sentidos aos saberes da vida: construindo a teia de significações das vozes amordaçadas.

*O ser humano aprende a ser humano apreendendo as significações que os outros humanos dão à vida, à terra, ao amor, à opressão e à libertação (Paulo Freire).*

Tentaremos descortinar uma possível compreensão das representações sociais que os presidiários conferem sobre sua experiência no cárcere. Descrevemos e tentamos compreender que significados os sujeitos encarcerados conferem à experiência do cárcere, a partir de esquadriharmos a dimensão espacial, temporal e cênica das situações vividas no estabelecimento penal ao tempo da reclusão.

Paulo Freire, ao referir-se à história como possibilidade do humano, em sua realização coletiva, ressalta o papel da subjetividade como problema filosófico, histórico, epistemológico, político e pedagógico. Para Freire, seria importante abandonarmos uma compreensão mecanicista da história, onde o futuro passa a ser tomado como inexorável e, portanto, como “não problemático”. Por outro lado, em muitas das reflexões da ciência se põe a questão da subjetividade alijada dos contextos que a produzem. É na tentativa de superar essa dicotomia que retomo a posição freireana, que situa a história como problemática e

problematizável, conferindo aos sujeitos que se educam a possibilidade de transformá-la, assumindo nesse desiderato sua subjetividade:

Como problema filosófico, histórico, epistemológico, político, pedagógico, que tanto diz respeito à física moderna quanto à prática educativa, à teoria do conhecimento quanto à democracia, este fim de século repõe a questão da importância do papel da subjetividade. [...] É na história como possibilidade, que a subjetividade, em relação dialético-contraditória com a objetividade, assume o papel do sujeito e não só de objeto das transformações (FREIRE; 2001, p. 50-1).

No contexto do cárcere, ao buscar as vozes do sujeitos encarcerados, trazemos para a cena a questão da subjetividade, sem desconectá-la dos contextos onde ela medra. Pensamos que as representações sociais podem trazer essa subjetividade, sem que se vá apartá-la das condições concretas de sua educação e produção.

Como a experiência educacional do cárcere está sendo significada pelos sujeitos que a vivem? – perguntamos. Os presidiários trazem consigo um acervo de saberes, que os orientam e servem de guia para sua ação e reflexão. Buscar as possibilidades de significações presentes no cotidiano do contexto educacional do cárcere, visto como campo dos possíveis, seria conectar sua subjetividade com as situações aí vividas.

Mundo objetivo e subjetivo ali se entrelaçavam: flagrar o que estavam tecendo como significado os que viviam a problemática do cárcere, como presos, foi a perspectiva adotada neste estudo. Buscar compreender o ponto de vista do preso sobre sua experiência no estabelecimento educacional, onde cumpria sua pena, fora o lugar que nós escolhêramos para circunscrever o olhar da pesquisa.

Todavia, um primeiro cuidado: nós teríamos de, ao “dar voz” a estes sujeitos, atentar para o fato de que a eleição do ponto de vista do presidiário se expressava em escolhas metodológicas, evidentemente.

Na verdade, pensávamos em buscar aprender sobre educação, no contexto das escolhas e percursos que fazíamos ao tentar descrever os significados que os presidiários produziam. Para chegarmos a compreender o olhar do preso, tentaríamos superar os impactos existentes na complexidade do ambiente carcerário, que tornava particularmente difícil o lugar do pesquisador.

Assim é que, no espaço carcerário, procuramos compreender as representações dos presidiários, movendo-nos junto a silêncios, gestos, olhares, gritos, palavras e agressões.

Neste lugar concreto, escutando os encarcerados tecerem suas vozes sobre o vivido, procuramos trazer entender as suas significações. Claro que essa escuta se fez a partir de tempos, lugares e cenas específicas, que davam circunstancialidade ao dito. Como diz Leonardo Boff:

[...] a cabeça pensa a partir de onde os pés pisam. Para compreender, é essencial conhecer o lugar social de quem olha. Vale dizer: como alguém vive, com quem convive, que experiência tem, em que trabalha, que desejos alimenta, como assume os dramas da vida e da morte e que esperanças o animam. Isso faz da compreensão sempre uma interpretação (BOFF, 1998, p. 9).

Chegamos cheias de sonhos, expectativas e desejos de partilha de conhecimentos, quando fomos, como professora, ministrar aulas de alfabetização no Presídio do Roger. Como selecionar um problema de pesquisa em meio ao universo contraditório, pulsante, intrigante do cárcere? Nós percebíamos que a linguagem simbólica das representações sociais poderia ajudar-nos a compreender esse mundo submerso do cotidiano dos encarcerados.

A situação de ser professora no presídio pôde nos favorecer, dando o suporte de confiança para essa escuta difícil. Difícil porque nós sabíamos que ao contar-se, ao narrar suas histórias, cenas e sentimentos, vivências e leituras dos contextos vividos, os presos estariam a reencenar os significados de suas experiências. Foi flagrante ver como diferiam as histórias contadas por eles, das que se ouvia nos noticiários e mídia; traziam visões e detalhes diferentes daqueles que nós ouvíamos no cotidiano sobre o assunto da violência.

Uma espécie de hipertexto se tecia quando nós convivíamos com a diversidade das falas dos presidiários, que se diziam por meio da música, da poesia, da paródia, das confissões, dos sonhos, das orações, enquanto formas de dizer que apresentavam a possibilidade de significar; essa diversidade parecia permitir a eles a reconstrução de múltiplos saberes que traziam sobre si e o vivido. Que contexto teórico-metodológico poderia *suportar* essa produção de conhecimento?

Enquanto mediadora no diálogo dos presidiários com o mundo, nós sabíamos ser preciso criar condições para que os detentos expusessem a dinâmica e o movimento proveniente de produção ou construção das significações que teciam. Nós deveríamos viver a aventura de acreditar na capacidade destes sujeitos se dizerem e confiarem em nós.

Aos poucos fomos criando condições de leituras que nos aproximávamos de certa compreensão do mundo do cárcere, sem descolar da reflexão mais filosófica da essência



humana e sua dignidade, que nós víamos aflorar nos gestos e falas vincados ao convívio humano que nós passávamos a estabelecer, ao ir ao estabelecimento penal.

Como professora de um presídio, buscávamos uma pedagogia da sensibilidade, capaz de nos oportunizar a construção do conhecimento que se sabia relacional, como nos assegurava Paulo Freire (2001). Como pesquisadora nós precisávamos agora, além de sensibilidade, alcançar a complexidade de nosso objeto de estudo.

Não tínhamos uma compreensão profunda do mundo vivido na cadeia; antes da pesquisa; fomos desvelando essa realidade concreta do cárcere, a partir da construção do vínculo que tecia passo a passo na escuta aos presidiários. O cotidiano alfabetizador como professora, nos propiciara o solo da entrada no universo carcerário; como pesquisadora, todavia, agora nós deveríamos estar munidas de um consistente quadro teórico-metodológico, capaz de dar suporte às perguntas da pesquisa.

Pesquisa é também travessia para o campo expressivo do Outro. Ali nós aprendíamos a lidar com a saudade, com a frustração, o medo, a revolta, a partilha da dor. Isso não era nada fácil. Nosso olhar, também como pesquisadora, se forjava na experiência da escuta, no alvoroço da alma, na contradição dos sentimentos. Nós perguntávamos aos presidiários sobre seus mundos, seu chão, sua gente, seus próprios julgamentos, sua cultura — no entanto, ao estudar e analisar o que nos via, perguntávamos também por nosso próprio sentimento.

Se toda pesquisa não é neutra; a nossa exigia uma argúcia inegável. Também nós trazemos na memória muitas tramas de vida, histórias e saberes que iam desaguar no corpo da pesquisa e no mundo concreto da instituição carcerária; ali também nós colocávamos nossa própria dor e a de vê-los desvendando situações de uma ferocidade que nós não teríamos como apaziguar.

Desnudar fatos é desnudar dores que encobrem o ser. Seria desafio constante para os encarcerados irem desvelando suas experiências; isso os ajudaria de algum modo a se manterem vivos, a tentarem descortinar possibilidades de superação da sua própria dor?

Suas falas apresentavam, muitas vezes, um tom de sentença contra si próprios; o cárcere parecia-lhes uma experiência definitiva, que lhes dava um olhar sobre si difícil de apagar. Vejamos como um presidiário colocava isso:

*“Acho difícil mudar, a gente acha aqui difícil da gente mudar; porque uns têm medo; outro, não tem ninguém que olhe para eles... E consertar pessoas não é como consertar carros: a gente precisa de cuidado, de quem olhe sempre pra gente”.*

Construir saber é apossar-se de chaves; havia os contextos e os textos implícitos que seria preciso abrir. As significações que descreveria e que se constituíam em representações sobre suas experiências no tempo do cárcere, deveriam se ancorar no universo concreto da vida dali. Segundo Arruda (2000, p. 72):

Se o objetivo é apreender um objeto vivo, em movimento, sua construção em relação com os múltiplos parceiros, como ele se move na realidade que o contém e move esta realidade, compreendê-la torna-se incontrolável. A contextualização torna-se fundamental para este tipo de estudo. É preciso perceber o terreno e as raízes a partir de onde germinam as representações.

Assim é que intentamos buscar a Teia de Representações Sociais constituídas pelo universo partilhado das significações que os detentos conferiam às suas experiências educacionais vividas no estabelecimento onde cumpriam pena.

Na teia de representações sociais faremos abaixo, a descrição do vivido (à qual daremos uma espécie de recorte dramático), detectando e tentando um movimento de compreensão sobre os lugares, tempos e cenas do cotidiano carcerário, segundo a fala deles próprios.

Das situações vividas pelos detentos iremos flagrar a dimensão espacial, a dimensão temporal e a dimensão da cena vivida por estes sujeitos. É esta teia de significados partilhados que constituem as representações sociais, que descreve as significações que os detentos estão dando às suas experiências educacionais no cárcere.

É importante ressaltar que Himmelweit (apud Wolfgang; 1990, p. 19) enfatiza que o pensamento e a ação não podem ser separados, em termos de representação. Isso quer dizer que o pensamento não pode ser visto como principal e o que os sujeitos dizem das suas ações vistos como secundários na teia de representações sociais.

Para Duveen (apud MOSCOVICI, 2003) e Wagner (apud MOREIRA, 1998), a ação é parte de uma representação; ela medra em um conjunto de referências grupais, embora possa romper com sua serialização. O comportamento verbal – os dados empíricos dos pesquisadores, como por exemplo, os auferidos de uma entrevista, como também o comportamento aberto – os dados empíricos dos pesquisadores sobre uma ação – são epistemologicamente equivalentes.

Lembremo-nos de que “não existe separação entre o universo externo e o universo interno do indivíduo ou do grupo” (MOSCOVICI; 2004, p.9). Toda **R.S** é essencialmente uma

forma dos sujeitos darem sentido às suas experiências no mundo e pautarem-se nestes sentidos para orientarem suas ações.

No mundo complexo do cárcere sempre está presente um conteúdo sobre violência, droga, briga, rebelião e fuga. Acolher afetos e histórias dos presidiários, suas reflexões e ações foi uma via para buscar as teias - “textos” que expressavam significações dadas ao vivido e que mostravam a compreensão que teriam de suas experiências no tempo do cárcere.

O conhecimento, como experiência, pronunciado no discurso dos presidiários nos fazem olhar os limites das teorias e métodos que aprendemos até hoje; o cárcere leva a outra realidade, a um mundo que exige desvendamento, de um modo visceral.

Uma inquietude surgia em nós e nós nos perguntávamos, então: como colher seus sonhos, as músicas de que mais gostavam, toda forma de texto que pudesse deixar ver as significações que estavam a construir em momento tão dramático de suas vidas: o da experiência do cárcere?

Quando nós atuávamos com eles como professora, percebíamos que os alunos presidiários sentiam gosto em vir à sala de aula. Inicialmente nós trabalhávamos as identidades, seus amores, fazendo a ligação do que traziam da memória com o campo dos saberes urdidos no tempo do cárcere.

Resgatando sua memória no terreno dos afetos e a sua experiência no mundo do trabalho, aos poucos íamos produzindo textos que prosseguiam em um certo desvendamento dos laços que travavam consigo.

O essencial era que os alunos aprendessem a ter também esperança; e por isso nós nos propuséramos buscar um método capaz de suscitar estímulos, envolvendo-os nas atividades pedagógicas. O amor pela educação nascia de um desejo intenso de querer bem, acreditar na justiça e em Deus, como motor da vida no universo. Como dizia Freire (2001, p. 171), ao falar de seu amor simultâneo pelo cristianismo e pelo marxismo. “[...] sem esperança não há como sequer começar a pensar em educação. Inclusive, as matrizes da esperança são matrizes da própria educabilidade de ser, do ser humano”.

Freire também falava em ler a leitura anterior do mundo; no cárcere isso seria vital, fundamental mesmo. Segundo Freire haveria diferentes níveis de saber-o-mundo. Para ele, seria preciso desvelar a própria ideologia que fora internalizada. Quais são os saberes que a leitura internalizada de mundo deixara? Como isso seria pensado no tempo do cárcere?

Os encarcerados eram impactados pela solidão e pelo abandono das famílias e esta solidão ia se intensificando mediante os agravos vividos pela forma de educação do sistema

penal. Apesar disso, de repente nós víamos, no cárcere, como as pessoas – os alunos detentos - amorosamente nos colocavam a partilhar suas vidas, suas crenças, seus amores, suas experiências. Juntar esses feixes esparsos: função da pesquisa?

Podemos dizer que a educação do cárcere, por ser feita em uma instituição total envolve todo o concerto da vida coletiva. Dessa maneira, tomamos por experiência educacional todo o recorte existencial que configura o momento da detenção no presídio, criado como estabelecimento educacional. Todo o movimento de compreensão que o presidiário realiza neste estabelecimento, pois, pode ser considerado *lugar* de educação. Dentro desse tempo-espaço-cena configuramos a compreensão que estão construindo sobre o vivido, por meio da busca da teia de significação que estão dando a suas experiências. Assim, descrevemos:

### 3.2 CENÁRIO I - Visita íntima: os fios que constroem as representações da teia



Figura I - Cella do Pavilhão 02, onde os presos vivenciam suas intimidades.

O primeiro contato da pessoa que entra para a visita íntima se faz por meio de muito respeito; é tácito que o companheiro encarcerado jamais deve lançar um olhar desejante para a mulher do companheiro; pelo contrário, ele deve se curvar em sinal de respeito.

Criou-se um pacto entre os presos sobre o respeito à pessoa que afetivamente está ligada a outro preso e o essencial é que o acordo seja mantido - de tal forma que esse arranjo cuidadoso constitua em si mesmo um laço firmado para que a convivência não seja prejudicada nesse lugar. Segundo Varella (1999, p. 60):

São nebulosas as origens das visitas íntimas. Contam que começaram nos anos 80, insidiosamente, com alguns presos que improvisavam barracas nos pátios dos pavilhões nos dias de visita. {Na época, as autoridades fizeram vista grossa, convencidas de que aqueles momentos de privacidade acalmavam a violência da semana. Quando surgiram as primeiras queixas de menores engravidadas nesses encontros furtivos, ficou evidente que a situação escaparia do controle. Incapazes de acabar com o privilégio adquirido, decidiram, então, oficializar as visitas íntimas: as maiores de idade podiam subir ao xadrez do companheiro, desde que previamente registradas com identificação e foto. Desta forma, o sexo foi burocratizado na Casa de Detenção de São Paulo e o sistema espalhou-se pelo país.

A rotina é emocionante e, toda quarta feira, cada detento que tem algum relacionamento afetivo espera sua esposa, namorada ou amante no portão central que dá acesso ao pátio; eles ficam esperando como se esperassem na porta da igreja; estão bem arrumados, perfumados e, enquanto isso, as mulheres estão passando pela revista, o que para elas é muito humilhante, como vamos ouvi-las contar. Examina-se corporalmente tudo nelas (inclusive a vagina, para ver se não há papérolas de maconha ou outras drogas); deixam o documento de identidade na entrada e entram cabisbaixas.

A partir daquele momento, as mulheres seguem para as celas e só saem para buscar a comida; é raro ver um casal circulando pelo pátio em dia de visita íntima.

Debaixo de cobertores, celas apertadas, sem uma estrutura digna, os presos transam muitas vezes e todos ao mesmo tempo, expondo sua própria intimidade. O que divide sua cela são as cortinas desajeitadas e às vezes tão finas que parecem exigir mesmo que se cole folhas de revistas para ficar mais grossa.

Se na mesma cela houver várias pessoas com visitas, o tempo é repartido e determinado; muitas vezes o namoro é apressado porque o horário é dividido em partes iguais e os demais ficam ao relento, debaixo de sol ou chuva e jamais poderão entrar nas celas, sem autorização dos companheiros.

É interessante observar que nesse dia da visita íntima o jogo de futebol não acontece; toda a atenção é dedicada às visitas; segundo um encarcerado “a comida é melhor para causar boa impressão aos visitantes”.

A impressão inicial, segundo a fala dos presidiários, é de que os mais fortes burlariam o acordo de não desprezitar a mulher do outro e cobiçariam as mulheres bonitas que circulam no ambiente carcerário; esse termo fica no imaginário dos presos, como se vai ver. A norma, porém, é a de que é preciso saber proceder e jamais cometer um deslize. O clima é de muito respeito. Caso aconteça algum deslize, haverá motivo de conflito que pode até levar à morte do companheiro.

Hoje o drama da violência extrema nas prisões é tal que os presos podem ser obrigados a pagar dívidas corriqueiras, em questões de drogas, com a própria vida e fica no imaginário a possibilidade de chegarem a oferecer sua mulher ou irmã em caso de inadimplência.

Até recentemente, os presos evitavam cuidadosamente comprometer os seus familiares nas situações de rebelião. Hoje em dia isto mudou. Em setembro do ano de 2005, pela primeira vez na história das prisões na Paraíba, se fez uma rebelião combinada com familiares, e cem mulheres decidiram ficar nos presídios no momento combinado. As negociações com as autoridades foram muito lentas. Incluíram até personalidades de alto escalão, como o governador do Estado, o arcebispo da Diocese e diversas autoridades. As discussões duraram oito dias e, dentro do presídio, as famílias permaneceram os oito dias, apesar dos cortes da água e da luz, em um ambiente de terror, porque os guardas atiravam, insultavam e faziam ameaças. Quando foi resolvido o conflito, os presos ficaram dois meses e meio sem visitas íntimas.

Detenhamo-nos na busca e análise das significações, em sua objetividade material e contraditória, mutante e problemática.

Falas de preso:

**Como é a visita íntima para você? Perguntamos:**


*“É a parte boa da vida aqui, mas é uma parte também que dói, como tudo aqui. Porque mulher de preso é como bagana de cigarro: não vale nada aqui dentro. Os agentes ficam fazendo piada com elas, cantando a mulher da gente na nossa frente. Eles sabem que homem não agüenta isso e continuam desfazendo de tudo da gente. Um verdadeiro martírio”.*

(CARVALHO)

*“Uma vez uma mulher minha disse que o agente ficou ligando pra ela e ameaçando se ela não ficasse com ele. E ainda dizia assim: toda mulher de preso é puta. Uma humilhação. Era mulher minha, de papel passado e tudo. Mas parece que aqui é a lei do cão, o que é coisa de preso não vale nada, nem a vida da gente.” (JUÁ)*

*“Nós mulheres de presos nos sentimos muito humilhadas a partir da entrada no presídio, crianças no sol, idoso também. Tiramos as roupas e às vezes quando vamos saindo elas mandam tirar outra vez e até minha filhinha de vinte dias de nascida tirou toda roupa e tive que trocar sua fralda, isso é um constrangimento. Me sinto mais segura e melhor quando entro. (ACÁCIA)*

*“Meu marido teve que registrar nosso filho. Eu fiz tudo que eles pediram, quando foi na hora deles levarem meu marido eles rodopiaram entregando os policiais nas comarcas e de volta levaram ele para assinar e nem sequer tiraram as algemas. Ele assinou algemado e passou por um grande constrangimento na frente de todo mundo. (SAPUCAIA)*

Nas cadeias brasileiras, parece que não são somente os presos que sofrem punição. Suas famílias também passam pelo que um detento (que chamaremos CARVALHO) chama de “verdadeiro martírio”, que é como se referem à hora em que vão visitar os parentes detidos; Acácia, mulher de um detento, também se refere à humilhação da sta. Configuremos essa idéia de “martírio” a partir das significações construídas e que compõem o imaginário do lugar.

Ouçamos o significado da visita íntima para as mulheres do preso; certamente estas significações compõem o imaginário das prisões, do ponto de vista do encarcerado. Na teia de representações ou árvore de associações, elas funcionarão como associações secundárias.

Observemos, pois, os significados que as mulheres e parentes dão à visita íntima; como falam do que se lhes acontece quando vão ao presídio visitar seus parentes, em especial os maridos ou companheiros. A pergunta que fizemos foi: como é a visita íntima para você? As mulheres, então, detiveram-se especialmente na vivência da ‘revista’ – o momento em que são revistadas, antes de chegarem a contactar com o preso e que é feito por policiais ou agentes da administração do presídio. Referem-se a esse momento como uma espécie de “ritual de humilhação”. Vejamos:

"Colocam você e mais duas visitantes na sala, para revistar. Mandam tirar toda a roupa e agachar três vezes. Um encarcerado se queixou e falou que sua mulher é desrespeitada pela fiscal. Além de ter de mostrar partes íntimas para a fiscal, que fica tratando a gente de um jeito agressivo e desrespeitador, porque a gente é mulher de preso, elas falam baixinho, olhando as partes íntimas da gente: - Também carrega droga aí?". (MANGUEIRA)

"A revista é terrível porque eles acham que a pessoa esconde celular na vagina e droga no ânus. A situação é muito humilhante: mandam até jogar fora o absorvente" – relata uma irmã de um detento dessa Instituição carcerária na Paraíba". (CAJARANA)

"Se a mulher for revistada por um homem, sua dignidade fica ainda mais ferida. A gente espera que essa revista seja feita por uma pessoa do mesmo sexo e isso os presídios brasileiros têm feito. Mas não era preciso tanta humilhação. Não é só porque se examina 'as partes' da gente, é porque elas fazem isso dizendo piadas, humilhando, como se a gente fosse marginal porque é mulher de preso. Olha, até o nome 'mulher de preso' é um nome que elas usam pra falar da gente de um jeito superior; e o pior é que a gente pega e fica repetindo. Entra na pele" (JABUTICABEIRA)

Aqui chamaremos de *deslizamentos* à forma de se estender, nos atos do presídio, a desqualificação que é feita para com o preso, para toda a sua família, vínculos e companheiros. Repare-se que Jabuticabeira percebe que o cognome que ela adquire na revista - "mulher de preso"- lhe dá um lugar de desvalor que ela acaba por interiorizar.

Veja-se também o relato da irmã do preso, que se espanta por procurarem em si "drogas no ânus" e "celular na vagina", como mostra a fala de Cajarana. O modo como Mangueira vive a revista mostra que se sente humilhada e agredida, como ela diz: "desrespeitada pela fiscal".

Pode-se depreender do exposto, que as mulheres percebem como agressivo e humilhante o modo como são tratadas quando vão em visita íntima, desde o momento em que são revistadas. Poder-se-ia inferir também que elas percebem o olhar da administração de um modo que estende a si a maneira "terrível" (como dizem), com que são vistos os presos.

É que podemos ver por essas representações – que contam do cotidiano dos presídios, mostram como os presos vivem e dão significados a suas experiências –, que a prisão não é pura detenção. Os atos e práticas que no presídio acontecem situam o sujeito que comete o delito como alguém que é, todo ele, "delinqüente".



A prisão – pode-se ver desde a visita íntima, é também um local de observação permanente. Graças a isso, é também o local em que tudo é registrado. Todas as pessoas que ali entram parecem estar permanentemente “sob suspeita” – se são pessoas que se relacionam de alguma forma com o preso, como se parece depreender das falas.

O sistema carcerário inventou a categoria de “delinqüente”. Este não é um simples infrator. É um indivíduo cuja vida está determinada totalmente pela infração. Por isso a pena não trata de castigar a infração, somente. Ela quer dominar e disciplinar a personalidade inteira considerada como totalmente viciada. Como se não tivesse os âmbitos da afetividade na pessoa do preso. Isto se realiza mediante uma série de meios de pressão e disciplinamento, que Foucault nomeia de dispositivos disciplinares.

Assim é que as técnicas de vigilância da prática penitenciária não consistem simplesmente em levar o preso a cumprir a pena, mas “nomear” (estigmatizar?) a pessoa do delinqüente por muitas práticas que o atingem durante o tempo todo.

A prisão, desse modo, torna-se muito mais do que uma pena de privação de liberdade: trata-se de fazer o infrator aperceber-se que entrou em num mundo diferente, em que é tratado a todo o instante como delinqüente.

Vimos que há “deslizamentos” dessa visão que atingem até mesmo a pessoa que tem relação afetiva com o preso, que é considerada, no dizer da informante, “puta” ou “mulher de preso” – expressões desqualificadoras.

Os deslizamentos, que se estendem para toda a vida do preso, se realizam mediante uma série de meios de pressão e disciplina, como se vai percebendo na descrição e análise das representações sociais sobre o vivido. Vê-se que as técnicas de vigilância da prática penitenciária não consistem simplesmente em levar os detentos a cumprirem a sua pena ou se (re) educarem. Com Foucault (2004, p. 214):

A prisão é essa região mais sombria do aparelho de justiça, é o local onde o poder de punir que não ousa mais se exercer com o rosto descoberto, organiza silenciosamente um campo de objetividade em que o castigo poderá funcionar em plena luz como terapêutica e a sentença se inscreve entre os discursos do saber. Compreende-se que a justiça tenha adotado tão facilmente uma prisão que não fora, entretanto, filha de seus pensamentos.

Acrescentaria que a justiça talvez não soubesse tão conscientemente que também as prisões eram filhas, sim, de seus pensamentos – só que o aparelho estatal de punir não tinha consciência da extensão da barbárie de que ele próprio acabara por ser co-autor.

### **Os códigos de reafirmação do poder**

Ao referirem-se à visita íntima, os homens, se preocuparam mais com o tratamento dado a suas famílias, no sentido do desrespeito, sobretudo às suas mulheres.

É que, sobretudo as mulheres, eles narram que são tratadas como se fossem mulheres prostituídas, que recebem “cantadas” e ameaças se não cederem. Aparece, de modo recorrente, a palavra “humilhação” e sempre o tom qualificador que é conferido a “mulher de preso”.

Percebemos que há uma constante **reafirmação da desvalia do preso e uma ostentação do poder de quem representa o poder no cárcere**. Foucault observa a “maquinaria de poder” das prisões como um lugar de desarticulação, onde um domínio sobre o corpo do outro se exerce. No caso, vemos como os funcionários do cárcere (em especial os agentes, as agentes e os policiais) funcionam exercendo o poder “também sobre o que não seria da sua alçada”, que é assediar as mulheres de presos por serem “mulher de preso”. O código de desvalia do preso desliza para o das suas mulheres e famílias; também, as ameaças sofridas pelas mulheres mostram que agem no poder em um nível que não o jurídico ou o da jurisdição que é do cárcere. Foucault se expressava sobre o assunto da seguinte forma:

O corpo humano entra numa maquinaria de poder, que o esquadriha, o desarticula e o recompõe. Uma “anatomia política” que é também igual uma “mecânica do poder” está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas segundo a rapidez e a eficácia que a determina (FOUCAULT, 2004, p.119).

Os agentes penitenciários e policiais têm o poder e realizam o disciplinamento no presídio. São mandatários e exercem o poder disciplinar no cárcere, é certo, no entanto, é preciso atentar que eles criam dispositivos extrajurídicos para reafirmar o seu poder e que vai incidir na vida cotidiana dos presos - como é o caso deles desqualificarem a mulher do detento. Esse poderio gera uma tensão muito grande no cárcere

Vejamos as falas:

*“Aqui a mulher da gente, principalmente se for bonita, recebe todo tipo de cantada dos agentes e policiais. Como é mulher de preso, não é nada, é qualquer coisa, daí eles cantam e fazem o que querem. Os agentes e os policiais são o poder. A gente não é nada, é preso, e a mulher da gente vai ser tratada do mesmo jeito. A gente fica morto vivo com isso. Ameaças, também. Eles dizem assim pra elas: se contar a seu marido, eles vão matar a gente e não deixam nem rastro.” (PEREIRO)*

*“Tem preso que fica longe de casa, a família é de outro lugar. Quando vem, assim de longe, passa as mais tristes privações. Quando a família do cara mora na mesma cidade, tem a vergonha dos filhos, tem a família da mulher que proíbe ela de chegar aqui e viver as humilhações de mulher de preso. (BAMBU)*

*“Principalmente se for bonita, a mulher de preso aqui é perseguida pelos agentes e os policiais. Eles desrespeitam. O outro preso, não. Ele não vai fazer isso com o cara, isso de cantar a mulher do outro, essas coisas... que ele tem mulher também e não quer que venha a coisa também pra cima dele”. (JATOBÁ)*

*“Tem vez que a gente chega de noitinha, para aproveitar o tempo no outro dia. As filas são grandes, na hora da visita e o tempo é curto, então a gente dorme de qualquer jeito por aqui pra poder no outro dia não perder um tempo tão grande esperando na revista (CEREJEIRA)”*

*“Uma vez eu ia entrando no presídio e um agente falou, bandido já tem sorte, só arruma mulher bonita e se der atenção, eles vão adiante e se a gente volta e fala alguma coisa corremos o risco de levar suspensão, eles se sentem no poder só porque têm uma arma na mão e na hora da saída os agentes ficam com uma 12 na mão escalada como se fosse bandido que tivesse saindo; e o diretor às vezes está e fica gritando que quem manda lá é ele e ninguém pode conversar mais com ele, parece um louco, conta a mulher de um preso” (CAMBUCI)*

Vemos, então, o que os presos revelam ser muito comum: o assédio a suas mulheres, o desrespeito para com suas famílias. Assim é que suas mulheres, “principalmente

se forem bonitas” , como dizem, são procuradas pelos agentes e policiais para cederem ao sexo com eles, sob ameaça de represália aos seus maridos que estão presos.

Contam, então, os presos, que se as mulheres reagem e dizem que vão se queixar a eles, seus maridos, os agentes e policiais ameaçam e dizem que, “se contar a seu marido, a gente organiza lá dentro um grupo para matá-lo sem deixar rastro”.

Os presos reclamam que suas mulheres são maltratadas e humilhadas, como já se viu e é recorrente nas falas. Eles contam que, às vezes, elas vêm visitá-los escondendo-se de suas famílias, que proibiriam elas de viverem a “humilhação”, como dizem.

Com relação ao preconceito social contra o detido, os presos contam que as suas mulheres ou famílias lançam mão de mentiras: contam que eles estão viajando, para evitar mais discriminação rótulos. Reafirmam que por serem “mulher de preso” ostentam a idéia de serem “mulher sem valor”.

Os presos que têm filhos na escola pedem a seus filhos para não contarem que seu pai está preso, pois lá eles também são “maltratados” por isso.

Transitando por esse universo, escutamos os encarcerados contarem que é comum muitos cumprirem suas penas aprisionados em cárceres longe de seus domicílios e, com isso, nunca recebem a visita de seus familiares, porque encontram-se distantes. Quando os familiares conseguem vir visitar de longe, por muito pobres, ficam na cidade passando o que os presos chamam de “tristes privações”. Chegam às vezes a ficarem esse período vivendo na mendicância para ver os seus entes queridos, como contou um presidiário.

Ultimamente, já existe a prática das mulheres passarem a noite no presídio, esperando na fila o dia da visita do domingo, pois o serviço de atendimento por ser falho, humilhante e demorado faz com que elas utilizem esses expedientes para entrar logo e ficar mais tempo com seus maridos. “Isso é mais humilhação pra nós” - dizia uma mulher de um preso”.

Sem dúvida, percebe-se que essas situações criam embaraços, vergonhas e desvalorização do seu próprio ser. Essas mulheres começam a perceber as desigualdades sociais, a partir de suas próprias vidas. Como dizia a mulher do preso anteriormente, ao referir-se à vigilância do presídio: “elas se sentem no poder só porque têm uma arma na mão”. Neste sentido, suas representações nos sugerem uma reflexão na perspectiva de gênero, visto como espaço de relação de poder.

Pensar em ações que exerçam constantemente a recuperação de nossa consciência e nossos conhecimentos sobre o humano é fundamental para derrubar o isomorfismo hierárquico da sociedade, que se reproduz de modo hiperbólico, no cárcere.

É importante considerar que as formas de resistência e contestação, no agir cotidiano, no sentido de alterar o poder, também são constantes nas prisões. Essas considerações colocam limites ao poder nas prisões; por outro lado, supõem transformações contínuas, que podem ser regressivas ou revolucionárias. Se as sociedades são e serão sempre constituídas por sujeitos diferentes, que buscam ser politicamente iguais, suas múltiplas diferenças talvez possam ser motivos de trocas, negociações, solidariedades e disputas.

O corpo das mulheres é todo tempo banalizado no ambiente carcerário – o que nos faz pensar na escravidão feminina ainda presente e atuante de forma tão forte no cárcere. Estamos mencionando como importante à questão de gênero no plano social e cultural.

Segundo **Scott(1990)**, quando direcionamos nosso olhar para o gênero estamos a contactar com relações de desigualdades relacionadas a pessoas, instituições, estruturas, práticas quotidianas e também rituais. Estamos envolvendo tudo o que constitui o tecido das relações sociais. Neste sentido, é fundamental falar das relações de gênero, ao pensarmos nessas mulheres que sofrem uma dupla subordinação: por serem mulheres pobres e por serem mulheres de preso.

Perceber a problemática apresentada tanto do ponto de vista da vida cotidiana das mulheres de presos quanto do olhar feminista é fundamental na construção das relações sociais.

Assim é que se observa que se vulgariza e se naturaliza no cárcere o modo como os agentes mencionam piadas, ditos populares e palavrões que refletem a discriminação sofrida por essas mulheres, reforçam as relações desiguais e reencenam o abuso de poder. O estigma de “mulher de preso” vai reforçando essa dupla subordinação.

Ser mulher de preso parece que significa, para os presos e suas mulheres, ser banido socialmente. Essa exclusão apresenta-se como uma realidade multifacetada - o que não deve pulverizar nossa visão do caráter histórico do corpo. O corpo e a beleza física são atributos diferenciados, pois no padrão hegemônico de beleza, “as mulheres bonitas” - como dizia uma esposa de preso - são “mais assediados pelos agentes e policiais”.

Os estigmas conferidos à “mulher de preso” que lhes atribuem são sempre depreciativos. A dominação é legitimada no discurso e a linguagem corrente está impregnada por um morfismo cultural, que transforma o universo numa dualidade sexuada, hierarquizada, dicotômica que reforça uma ordem desfavorável à mulher. Pela via da “violência simbólica” (e toda violência também é simbólica) se vê todo o sofrimento das mulheres que sem o uso da força física são lesadas socialmente por essa forma de poder masculino que des-historiciza as relações sociais, ao dar-lhes uma moldura de permanência.

Uma história que é contada por um preso, marca bem o cárcere como um universo que possui um imaginário específico. A história tipifica o modo como as mulheres também acabam por serem vitimadas por todo esse mundo carcerário. Assim é que, uma delas, que perdeu seu companheiro ainda jovem, assassinado no presídio, foi em busca do local do cárcere, na intenção de encontrar ainda alguma referência humana que aplacasse a falta do marido. Então entrou na visita íntima para buscar o afeto de algum outro preso, como mulher que faz sexo. E, por um “descuido” da vigilância, ficou de quarta-feira a domingo nas celas, com os presos.

Podemos deprender dessa história, escolhida pelo preso para nos contar do que para ele era a visita íntima, que para os encarcerados, este momento da visita é um lugar muito particular de se vivenciar a experiência do humano, com suas faltas e com suas buscas de afeto.

### 3.3 CENÁRIO II – O Pátio – Tecendo a teia das falas



Figura II do Pátio, área onde os presos jogam futebol

O pátio é um lugar que ocupa mais espaço, com uma área livre com cerca de trezentos e cinquenta metros quadrados, onde os sujeitos circulam com mais dinamicidade. É o lugar do banho de sol, das tarefas e das conversas grupais, onde os presos vão firmando

relações de confiança e se criam relações de camaradagem entre novatos e antigos. É um lugar de bastante fluxo, onde sempre se realiza o ritual de entrada e saída de presos no presídio. É um lugar de efervescência das falas. Como diz um detento:

*“Aqui no pátio tem de tudo: brigas, choradeiras, futebol, revista dos ‘homens’, gritos, mortes, tiroteios, covardias, articulações, partilhas, rezas e também se dá uma rolé (se toma droga)”. (CARNAÚBA)<sup>13</sup>*

No ambiente do pátio, o clima muitas vezes nos parece paranóico, dominado por desconfiança e medo, não apenas da violência dos guardas, mas também da ação de quadrilhas formadas por presos para roubar, estuprar e matar seus próprios companheiros. Mata-se por rivalidades internas, por diferenças trazidas da rua, por dívidas ou por encomenda da própria polícia. Como eles dizem: *“o presídio é uma fábrica de medo”*.

Para não morrer, para resistir ao clima de barbárie dessa instituição carcerária, os detentos passam a centrar seus objetivos em uma idéia básica: sobreviver. Para isso, têm de contar com o silêncio que os protege. É por isso que alguns encarcerados dizem que poderiam *“revelar a verdade do cárcere e a real experiência quando estivessem fora dela”*. Nós nos perguntaríamos: como eles seriam escutados?

É emblemática a fala de um preso: *se eu saísse, eu revelaria a verdade da cadeia; aqui se nós não somos a lei, também eles não são*.

Mesmo nessa Instituição já existem grupos organizados de policiais como de presos que comandam a rotina *“a ferro”* da vida de muitos prisioneiros e a linguagem usada é a da força: *“a única que se fala aqui”* - segundo a opinião de um participante ativo de um desses grupos.

*“Falar é morrer”*, disse-nos um preso, em um dos encontros apressados que tivemos com ele no tempo e lugar do pátio. Já estava ao fim da hora do pátio e ele precisava se recolher; mesmo assim falava disfarçando, fazendo de conta que estava varrendo os corredores.

Parecia seguro das suas palavras, mas temia que o vissem. Era desse tipo que circula por todos os lados sem ser importunado; está no ambiente carcerário há treze anos, por sinal diz ser respeitado por todos. Ele nos fala assim, após a nossa pergunta: o que você tem aprendido aqui?

---

<sup>13</sup> Foi assassinado em uma boca de fumo quatro meses depois que foi solto.

## As “leis” feitas no cotidiano do cárcere (os favores e a violência como linguagem) e a ociosidade como proposta educativa?

*“Samba nas grades”. É uma tradição das prisões. Alguém canta o samba, os companheiros acompanham batendo palmas, fazendo “reco-reco” com colheres e canecas nas grades e nas celas. Às vezes para abafar o barulho de um crime, de uma construção de um túnel, para fulgar (fugir) ou para esconder em caso de um socorro de companheiros que estão morrendo”. (JACAÚNA)*

Segundo esse encarcerado, os guardas quando escutam qualquer barulho, logo aparecem e, sem entender os sinais, “entram atirando”. Percebe-se que os encarcerados tentam afastar de si o desconforto da lembrança de tantas cenas de violência e tristeza que acontecem no cotidiano da cadeia, mas não é fácil, “está cravado em mente”, como dizia um encarcerado. Veja-se:

*“O samba nas grades é desespero também. O que se vê aqui está cravado na mente”*  
(PALMEIRA)

*“Aprendi que não tenho amigos no meio da malandragem” (PAU-DARCO)*

No pátio se diz que os encarcerados não estão fechados e é nesse espaço de soltura relativa que eles lavam roupas, caminham, conversam, jogam futebol e ficam soltos ao vento para “não fazer nada”, embora esse tempo passe rápido, pois “nós só ficamos no pátio das oito às doze horas, isso se tudo estiver normal dentro do presídio”.

No pátio, eles dizem que estão sem algemas, com mais espaço. Para eles, é um lugar em que não se faz quase nada, e onde “o tempo passa ligeiro”. Parece ser evidente que o pátio é um lugar que “tira um pouco o sufoco”. No dia de visitas, as que são visitas familiares ficam mais no pátio.

No espaço do pátio havia também a “feira” da segunda, antes da entrada do novo diretor, o Capitão, como os presos dizem. Segundo eles, a feira “quebrou” depois da entrada desse “Capitão”, o diretor atual do presídio. Nessa feira acontecia a troca de diversos objetos que os presos passam a possuir, e que resultam por minimizar alguma necessidade de higienização e de comida, como também a troca desses objetos pela carteira de cigarros *derby*.



A feira era uma atividade que lhes dava prazer, mas “o Capitão tem outra visão da cadeia; acha que preso não quer nada e não necessita de outras atividades; preso é para ser tratado com dureza, disciplina”.

Com freqüência os presos nos paravam no pátio para expor seus problemas judiciários. Queixavam-se para nós dos advogados públicos, da lentidão da justiça. Solicitavam muito o extrato processual do tribunal de justiça, popularmente conhecido como TJ, sobretudo aos participantes da Pastoral Carcerária, quando visitam o local. E reclamavam muito da “cadeia vencida” – que é quando o seu tempo de pena se cumpria e o “alvará de soltura” não chegava (por falta de pessoal nessa área para dar conta do aspecto administrativo das solturas).

*“A lentidão da justiça não há quem possa. A gente fica com cadeia vencida anos e anos. A gente pede para o pessoal dá uma mãozinha, a pastoral, as visitas, quem puder...lá no pátio a gente vai falando, pra ver... a gente pede o TJ... O que é? Um papel que diz quanto é a pena, quanto tempo falta, como é que está nosso caso, essas coisas de advogado... Advogado é coisa de rico, aqui a justiça vem de cavalo... Com uma só vara para resolver todos os problemas carcerários, a justiça dificilmente pode cumprir o seu papel.”(MULUNGU)*

Não havia como evitar essas abordagens em que também nós ficávamos implicados e convocados a mudar as coisas que víamos. Afinal, no pátio nós circulávamos entre os presos; daí eles aproveitavam esse tempo para denunciar as barbarias que aconteciam. Acabávamos escutando os dramas individuais. No pátio.

*“A polícia chega sempre atirando, a qualquer hora se pode pegar uma bala perdida”, é como diziam.*

*“O que se torna mais grave é não haver assistência médica nenhuma dentro do presídio” – falava um preso que é do setor da suposta enfermaria; “aqui o preso morre a toa se não tiver família que traga um comprimido; não tem remédios, só para os Tbs.” (Os que estão com tuberculose são chamados de TBs.) Outro preso nos falou: “aqui há uma onda de Tb junto dos outros presos...” (URUCU)*

Circulando pelo pátio, escutamos presos falando mais:

Aqui é comum... dentro da cadeia... um dos presos mais velhos, com muito tempo de cadeia, assumir crimes de outros que podem sair antes, em troca de favores... Parece que os que fazem assim não estão vendo jeito pra isso daqui... Chega um ponto que acho que o sujeito morreu pra esperança de ver uma possibilidade... Na mente de um homem que não tem qualquer futuro, tanto faz ficar mais anos ou não na cadeia” (SUMAÚMA)

“Tem um preso que está aqui há vinte e sete anos; ele é muito bravo, mas não manda em nada; parece louco, come barata - sua lei é morta. O Estado é responsável por ele; ele já cumpriu sua pena faz uns oito anos, mas sua família não quer assumir o termo de responsabilidade para tirá-lo; outro pegou pena de 200 anos de cadeia, está condenado a morrer aqui dentro - pra ele a vida é um bagaço, nada importa”. (PAU- BRASIL)

“Amigos ajudam amigos e para os inimigos o melhor lugar é a geladeira – essa é uma lei aqui. (IMBUIA)

Percebe-se que na cadeia há uma territorialidade (com espaços marcados) e “leis” que regem a circulação de favores e violências. Realmente, há uma circulação de favores que corresponde ao convencimento feito pela violência; há hierarquias “fora da cadeia” que parecem poder valer a quem está dentro. E uma diferença entre “quem vem de fora”, geralmente pessoas mais cultas e que chegaram a ter recursos com o próprio movimento ilícito ao qual pertenciam e “quem é daqui”, da Paraíba mesmo - às vezes, pessoas que furtaram objetos sem maior valor, segundo eles dizem. Também se observa como a ociosidade maciça é destruturante para os sujeitos encarcerados.

“A cadeia deixa a gente paralisado e preguiçoso... É um lugar que falta o que fazer e sobra muito tempo para pensar ... E os pensamentos podem ser tronchos... Podres... Mas aqui a gente pensa... Aqui tem cara sacador... Os pensamentos... Depende da cabeça de cada um ou da base que teve na vida... Pois tem uns que levam o seu pensamento pra o pior e outros são mais resistentes e pensam no futuro e em uma saída inteligente pra sua vida”, assim dizia um encarcerado”. (UMBUZEIRO)

Tivemos a oportunidade de também escutar dos presos o modo como acabam por fazer “leis” de reação à violência institucional dos presídios, também muito violentas:

“Sou do crime organizado desde que me entendo por gente. Aqui não me rebelo porque o grupo é desorganizado. Vim pra Paraíba visitar uns familiares... Os “homens”, a polícia... me levou pra cadeia... “pior que foi a federal”. Sou do crime organizado e não nego. Aqui tenho alguns receios de dizer quem sou. O pior presídio que se ouve falar é mesmo o da Paraíba; tinha ouvido falar disso, mas não acreditava... agora que estou preso há oito meses posso ver.” (MARMELEIRO)

“A justiça pensa que pode controlar o tráfico de drogas na Paraíba ou no Brasil - isso é coisa de louco, pois o tráfico é um negócio que movimenta milhões de dólares e tem gente grande envolvido, e não são uns morta-fome que nem nós...E tem muitos países envolvido nisso... Não sou traficante que protege os pontos-de-venda de droga; sou do grupo da organização e ainda estou preso porque estou fora da minha área, vim de fora....”. (PITOMBEIRA)

“É uma bagunça, esse presídio... não oferece nenhum direito aos presos e seus benefícios sempre são negados. É uma fábrica de fazer medo. Só medo? Mais violência”. (MAMOEIRO)

“Não dilatar, não confiar em ninguém, respeitar a mulher e filho de preso, não usar tatuagem, andar sempre armado fora do presídio, não trazer consigo retratos ou endereços suspeitos, saber dirigir motos e automóveis. Lembrar que a polícia é organizada e a gente precisa enfrentá-los de forma organizada. Aqui na cadeia tem um grupo de palhaços que não é do crime e entra no jogo da polícia e se matam por nada; por qualquer aperto dos agentes “se cagam de medo”. (TAMARINEIRO)

“Um bom bandido não tem medo de nada e enfrenta os problemas da cadeia de cabeça em pé. Agora mesmo enfrentei a direção que meteu o dedo no meu nariz só porque eu fui exigir que um representante nosso acompanhasse a entrega dos alimentos junto com a equipe de reportagem e ele disse que não liberava. Aqui existe uma prática desde 2002 dos presos ficarem em jejum por um dia a cada mês ou cada dois meses e doar os alimentos para uma família ou comunidade que necessita mais que nós.” (ABACATEIRO)

A cadeia só serve para isolar o preso e responder alguma coisa para a sociedade (PAU-DARCO)

De fato, o sonho de humanização dos presídios parece não se sustentar e ameaça morrer a cada dia: de inanição. Uma violência sem fisionomia e sem vigilância acaba por ser instaurada pelos próprios policiais e agentes da administração. Pelo que se pode depreender das falas, há um abandono imenso, que faz com que os encarcerados, em seu desespero, façam “como se fosse a lei”.

Enquanto pesquisadora observávamos a cada dia a humanização que seria possível avançar se desfazia diante dos nossos olhos; cada vez mais o endurecimento aumentava e o disciplinamento parecia obedecer a uma mesma lógica de violência. Ocorriam os espancamentos físicos e pressões psicológicas eram impostas aos detentos, vigiados dia e noite no espaço da cadeia. Ouçamos Foucault sobre esse tipo de disciplinamento e a origem dessa vigilância.

O “Panóptico” de Bentham é uma construção em anel. No centro está uma torre que permite olhar constantemente todas as celas que estão na superfície. Todos os que estão nas celas são vistos, mas não podem ver quem os vê. Era a representação que Bentham se fazia de uma cidade tranqüila. Graças ao Panóptico uma pessoa pode impor a cada um os exercícios que lhe parecem mais convenientes para fazer de cada indivíduo um ente subordinado.

O “Panóptico é uma máquina de poder” graças a um saber total. O guarda sabe tudo de cada um. Foucault mostra como a aplicação generalizada do modelo de Bentham pode chegar a uma sociedade em que todos se submetem ao papel que lhes foi atribuído, de tal modo que essa sociedade possa crescer e funcionar perfeitamente (2004).

O instrumento necessário para uma sociedade panóptica é a formação de uma polícia centralizada e estatizada - o que aconteceu no século XVIII. Naquele tempo, os mais esclarecidos achavam que tal polícia era um sinal do absolutismo real e por isso devia ser suprimida. No entanto, essa supressão não aconteceu: o sistema desenvolveu-se e continua crescendo, adquirindo um conhecimento cada vez mais detalhado das atividades de todos os cidadãos.

Uma série de desenvolvimentos técnicos, econômicos, políticos permitiram que se criasse uma sociedade disciplinar em que todos os setores estão implicados num sistema que os coloca numa organização rígida. Todos estão integrados numa série de mecanismos que permitem que a sociedade funcione. Há um poder que permite vigiar, controlar e ordenar todas as atividades. Finalmente, houve uma convergência de todas as instituições formando uma sociedade global panóptica (FOUCAULT, 2004).

Uma lógica da violência que não se percebe à primeira vista, diversa da que se explicita nas leis e nos sistemas administrativos da justiça é mantida pelo próprio corpo da vigilância; a ela, os detentos resistem com a mesma fúria. Parece que um “saber” da violência é fabricado no “salve-se quem puder” dos presídios. Que educação é essa?

Fabricando sistemas institucionais que atuam controlando os corpos e disciplinando os sujeitos dentro dos parâmetros de produção do capitalismo moderno, essa teia de mecanismos de controle resulta por fabricar também um “saber” que a sustém. Sobre isso, Foucault (2004, p. 22-23) se refere nesses termos:

Desde que funciona um novo sistema penal – definido pelos grandes códigos dos séculos XVIII e XIX – um processo global levou os juizes a julgar coisa bem diversa do que crimes: forma levados em suas sentenças a fazer coisa diferente de julgar; e o poder de julgar foi, em parte, transferido a instâncias que não são as dos juizes da infração. A operação penal inteira carregou-se de elementos e personagens extra-jurídicos. Pode-se dizer que não há nisso nada de extraordinário, que do destino do direito absorver pouco a pouco elementos que lhe são estranhos. Mas uma coisa é singular na justiça criminal moderna: se ela se carrega de tantos elementos extra-jurídicos, não é para poder qualificá-los juridicamente e integrá-los pouco a pouco no estrito poder de punir; é, ao contrário, para poder fazê-los funcionar no interior da operação penal como elementos não jurídicos; é para evitar que essa operação seja pura e simplesmente uma punição legal; é para escusar o juiz de ser pura e simplesmente aquele que castiga.(...) A justiça criminal hoje em dia só funciona e só se justifica por essa perpétua referência à outra coisa que não é ela mesma, por essa incessante reinscrição nos sistemas não jurídicos. Ela está votada a essa requalificação pelo saber.

Continuemos com uma história narrada por eles, os presos, a nós, no momento do pátio. Era o dia 26 de janeiro de 2006. Estivemos entre eles e constatamos uma generosidade que se erguia e sobrevivia, mesmo ante os contextos difíceis do cárcere. Perguntamos o que faziam sem comida o dia todo e responderam que davam suas comidas para uma comunidade de desabrigados ou instituições de caridades que necessitavam e ainda dividia seus biscoitos nesse dia para os que mais sofriam dentro da cadeia que era os presos do *isolado* que nem água podiam beber. Uma espécie de resistência pacífica, solidária, feita pelos presos, relacionava-se aos que estavam nas celas do isolamento. Diante das brutalidades que acontecem no cárcere, existem também sinais de delicadezas e solidariedade.

Dentro do próprio contexto de violência onde os presos são vistos como “coisa”, se erige a dignidade, a noção de autonomia sem coação e o desejo de manter o que seria uma perspectiva de liberdade. Reduzidos a quase “coisas”, na relação de opressão em que estavam,

eles reagiam, buscando uma autonomia “do lado em que estavam”; os que ficavam “do lado de lá” faziam, segundo uma grande parte dos presos, “o jogo de quem não pensa”.

Manter-se sem delações era um indicador de luta, da parte dos presos. Um conjunto de ações legislava nos “territórios do cárcere”. Nele se tentava manter uma lógica que ajudaria a ultrapassar o estado de quase “coisas”?

*“Aqui tem muitos bandidinhos jovens que não pensam; sem experiência no mundo do crime, acham que tanto faz viver ou morrer; buscam a correria do mundo das drogas... O que tem de viciado aqui você não imagina. Caem aqui na cadeia por besteira e os X-9, os cachorrinhos, ou seja, os informantes dos agentes, garantem os aprisionamentos e toda a rede de sucesso de capturas nas cadeias. Esses mesmos presos caem aqui revoltados e continuam fazendo “merda” (ASSAIZEIRO)*

*“A cadeia vira lata de lixo e o resultado é o que se vê: mortes, reféns, brigas e condições miseráveis para os encarcerados dessa instituição penal”.* (CARVALHO)

*“Aqui não há direito. Nenhum direito. Quem foi grande esqueça-se disto, aqui é tudo igual. Os que têm protetores ficam lá fora e, se entram aqui, morrem”.* (JATOBÁ)

### **A redução do sujeito**

Podemos nos perguntar: e o Estado, o que faz para assegurar esses direitos humanos no cárcere? Será que não estaríamos, ao confundir a moral social e coletiva com uma moral de Estado, deixando perdidos os sujeitos que se achavam guerreando com o que conheciam da violência institucional do sistema capitalista?

Quando o presídio abdicava de uma construção educacional, que implicava, evidentemente, em uma construção afetivo-moral junto aos presos, o que passava a existir para os detentos não seria a própria expropriação da possibilidade de trabalharem para construir uma moralidade autônoma? Será que o que os presos estavam a construir como moral grupal (a generosidade para com os “isolados”; a não delação como regra, por exemplo) e que se fundava na cooperação, seria suficiente para tecer uma resistência como sujeito em sua dignidade?

O Estado não estaria se confundindo com a própria idéia de moral, ou de toda a moral possível, na visão dos encarcerados? E se aos olhos dos encarcerados essa moral vai falindo, o que se ergue aí como resistência no humano?

Se o poder administrador no cárcere aparecer como um instrumento de dominação social que não realiza uma proposta de lei e uma proposta de moral ou de educação, será que os presos vão realizar sozinhos sua construção moral? Será que o conteúdo educativo das situações de resistência entre os presos, no cárcere, seria suficiente para se falar em educação?

O Estado parece dizer que estão “falidas” as instituições penais. Falidas em que sentido? Elas parecem estar a cumprir o “suplicante fundo” para os excluídos que não “deram conta” de se situar junto aos contextos sociais sem transgredir? Sabe-se que, para Foucault as instituições da justiça e da segurança são criadas para garantir o modelo acumulador do capital e seu funcionamento excludente.

Daí a noção de desvio: aquilo que está “fora” da retidão proposta pelo modo de funcionar do sistema capitalista. Segundo Rauter (2003, p. 97), o discurso das classes dominantes reduz os possíveis dos encarcerados a uma patologia ou desvio, negando o direito à palavra, negada em nome do discurso do poder do Estado:

[...] discurso que permeia os laudos examinados e localiza acertadamente a existência de diferenças culturais, mas entende-as como desvio relativamente a um padrão básico, que é a cultura das elites. Não há enfrentamentos, não há luta, não se vê qualquer caráter positivo na diferença cultural, segundo esses discursos. A violência entre as classes, inequivocamente expressa em muitos crimes, vem escamoteada ou aparece desqualificada apenas como produto patológico, negativo.

Voltemos a historia de CAJUEIRO, que diz que entrou no mercado do tóxico ainda jovem. E afirma que “dinheiro é o passaporte no mundo do crime.” Ele compara o presídio com “uma favela que vive de favores e por isso se mantém em silêncio”. Aqui é assim: os presos vivem de favores, se aliam até aos agentes e policiais, têm medo de tudo.

*“Por isso que você vai colher poucas informações. Os presos precisam preservar sua vida. Esse lugar é sempre assustador e nós podemos morrer a qualquer momento com uma ‘bala perdida’... Os agentes sempre entram atirando e isso é contra a lei. A direção não dialoga, comemos o pão que o diabo amassou... está vendo aquele preso que está de óculos? Tomou um tiro de um coordenador de disciplina”.*(JACARANDÁ)

“Cadeia é silêncio” (JACAÚNA)

Jacaúna afirma que cadeia é silenciamento da voz do preso, quer dizer, silêncio forçado. Outro que estava em uma espécie de roda de conversa que ali fazíamos, nos falou que no presídio “se entra menino traquino e se sai menino perverso”: aqui se aprende de tudo. A cadeia vai ferver com essa direção e com esse grupo de agentes que só humilha a gente e nossa família e a linguagem deles é sempre peia .”

“Você junta todos os entendidos do crime num lugar sossegado como o pátio, onde se troca idéias à vontade e o resultado é o que se alimenta aqui: eficientes quadrilhas são formadas . A experiência criminal é passada para os outros. E depois, quando cumprem a pena, saem para agir. E assim aprendemos as magias do crime”. (JENIPAPO)

Bem... o proceder de malandro tem regra; aqui no “favela” ninguém mexe nos pertences de outro preso e se mexe tudo pode acontecer. Ate por causa de um cigarro de maconha pode morrer um. Porque aqui tem que saber proceder e ter educação. Também tem que saber proceder com os agentes; nada de “caguetagem” ... Perguntamos o que é “caguetagem”, ele nos respondeu: é preso que tem aproximação com os agentes e isso tá fora do proceder.” (BURITI).



### 3.4 CENÁRIO III –A cela – fios de linguagem



Figura III- Cela de um dos presos do Pavilhão 3

As paredes das celas estão sujas, marcadas pelas intermináveis infiltrações da chuva. Os corredores e as celas são úmidas. As grades cheias de ferrugem. Em muitos lugares ainda existem marcas das “balas de pistolas, de borracha e de oitão” (revolver 38) como dizia um encarcerado – como também existem marcas das incansáveis rebeliões e incêndios.

Esses presídios têm segredos que jamais serão revelados: mortes violentas, estupros, destratos, silêncios, medos. E com a superlotação, disputam a facadas uma carteira de “derby” (cigarro) ou um “coentro” (maconha). É preciso coragem para andar nesse espaço que, muitas vezes, se torna um ambiente de terror, na própria fala dos presos; e se configura como uma forma de utilização cega da violência institucional e da contra-violência dos presos.

Visitamos as celas do pavilhão três e quatro em um dia de domingo. Por medida de segurança, a administração só liberou nossa entrada com o grupo de Pastoral Carcerária da Diocese. Era um dia especial, pois era véspera de Natal e neste ano de 2005 a Pastoral havia organizado uma celebração eucarística.

A participação dos encarcerados na missa era pouquíssima; eles pouco se interessam por algo ligado à religião, havia muita gente circulando os espaços da cadeia e nesse intervalo de tempo percorremos todo o presídio.

Foi então que os detentos aproveitaram o momento para descrever o que aconteceu com a escola e afirmaram que o Capitão, atual diretor do Presídio, teria mandado derrubar o prédio no qual a escola funcionava.

Independente da veracidade ou não do que os presos diziam sobre a coordenação, nós observávamos que a ausência de diálogos, na estrutura de funcionamento do presídio como um todo, permitia que as representações sociais dos presos alimentassem um imaginário persecutório. E, de fato, não havia aula nem explicações para o fato.

Logo após a apresentação, na administração, fomos visitar as celas. Os corredores do pavilhão três, em dias de visitas são muito movimentados: circulam crianças e adolescentes filhos e filhas dos encarcerados, pais, mães, irmãos e irmãs, esposas, avós e outros familiares. O pavilhão é estreito e longo, escuro e sem vida, está dividido em várias celas. Em cada cela dormem de dezesseis (16) a trinta (30) encarcerados, embora só exista de onze (11) a quinze (15) camas de cimento; quem não tem cama, dorme no chão.

*“Às vezes se tem de que fazer rodízio para dormir; uma parte dorme, enquanto outra parte fica quietinha para os outros dormirem. Isso acontece quando colocam presos demais em uma cela. Às vezes, a gente decide a cama por trinta e cinco ou quarenta e cinco derby. E o outro só pode comprar uma cama, se tiver família que o ajude melhor e se não, é mais discriminado ainda.”* (LIMOEIRO)

Nas paredes nós observávamos “furos de balas”; os encarcerados disseram que era “bala perdida”; eram “os homens”, diziam - policiais, agentes - que “*entravam atirando a qualquer hora do dia ou da noite e eles tinham que se abaixar.*” Se não se abaixassem, morreriam.

*“A situação aqui dentro é insuportável; os conflitos são muitos e ninguém pode falar nada, se não, vai para o cacete ou para o isolado ficar trinta dias no mínimo”.* (EUCALIPTO)

Falaram os presos, neste dia, que durante o tempo em que estão presos nas celas, eles procuram ser amigos uns dos outros: os que têm uma televisão, deixam os outros assistirem; quem tem família, traz umas coisinhas melhores: biscoitos, bolos, café, remédios e então dividem com os outros que não têm.

*“Aqui procuramos ser unidos – os inimigos é só a policia”. (AROEIRA)*

Percebemos que existe toda uma organização de resistência, entre os presos, na cadeia. Com a lacuna educativa (porque havia a ação disciplinar que era também uma espécie de educação) a ser proposta pelo Estado, uma educação se improvisava?

Em algumas celas estava escrito, em uma folha de papel, o nome e a tarefa do dia. Disseram-nos, quando apontamos, perguntando, que ali se organizavam do jeito que podiam; todo dia, um varria e passava pano nas celas; no outro dia, era outro e assim iam passando a vida ali. Dividiam os “ganhos” das visitas, combinavam ações e reações ao modelo administrativo do cárcere, nas celas.

O presídio é uma instituição rotativa e quando saía um, chegavam outros novatos, trazidos pelos agentes, para a cela que tinha menos gente.

Disseram os detentos, que “a pessoa chega desorientada e não sabe o regime da cadeia”. É então que o “chefe” ou o líder do grupo coloca as regras da cela para o camarada e se ele não se agrada, “devolvem-no” no outro dia para os agentes – disseram.

Uma das orientações de chegada é: “você é obrigado a ver e escutar o que não quer ouvir e ver e ficar calado”.

*“Saí da cadeia jurando nunca mais voltar. Fiquei seis anos preso no meio de assaltante de banco, ladrão, estuprador, estelionatário... no meio de tudo, de toda espécie de gente que a sociedade diz que é ruim. E nós pensávamos o que ia fazer no mundo? Não sei fazer nada, não aprendi nada de profissão na cadeia. Eu só sei de uma coisa: o elemento que passa pela cadeia, fica ferrado na mente e no coração o resto da vida. Se a gente não tiver força de vontade, vai ter que ser um marginal pro resto da vida”. (FLAMBOIAN)*

### 3.5 CENÁRIO IV – O corredor: os não ditos da teia



Figura IV– Espaço do corredor no pavilhão 2 na hora da distribuição da comida

O espaço dos corredores de cada cela é um espaço sem luminosidade, estreito. Tem aspecto de prédio velho, pintado de cinza, com alguns furos de bala perdida e o teto coberto de fumaça. Frei Betto, preso político reconhecido pela sua luta junto aos direitos humanos, na época do golpe militar que instalou a ditadura no Brasil, já se pronunciava sobre essa sinistra arquitetura, senão vejamos:

Os corredores e galerias conduzem sempre ao ponto de partida. As portas trancam-se por fora e as janelas têm barras que quando bate o sol multiplicam-se nas sombras que projetam na parede. O que porém surpreende e questiona-me por inteiro são os habitantes desse estranho mundo onde a liberdade é tida como inacessível -privilégio. Vieram para cá como criminosos, condenados a dez, trinta ou cinquenta anos de prisão, repelidos do convívio social, atirados como um bagaço humano nessa caixa de cimento onde a sociedade joga tudo aquilo que ela produz e expele por não conseguir assimilar. Quem são esses homens? É impossível defini-los. Sei apenas que o contato permanente com eles propicia-me a oportunidade única de conhecer a fundo a miséria e grandeza humanas, as dimensões trágica e heróica da existência. Nossas dores, diante do que vejo aqui, são insignificantes e ridículas (Carta na Prisão p. 119 Frei Betto).

Na primeira visita que fizemos, encontramos uma vassoura de piaçaba deitada sobre o chão em cada cela, os presos a utilizam como instrumento de comunicação entre eles.

“A droga é colocada em um recipiente de desodorante e empurrada para a cela seguinte: assim funciona a transação comercial das drogas aqui; a gente se serve dela quando está nas celas. Também a gente passa outros objetos para outros colegas de celas vizinhas” - (CASTANHOLA)

Visualizamos a passagem de uma agulha, enquanto conversava nas celas, sobre o assunto da vida cotidiana no local. Outro meio de comunicação entre eles é o próprio “gato” (um animal vivo); amarra-se no pescoço do gato a encomenda e enviam para a cela seguinte. Chamam essas duas formas de comunicação de *fio*. “Passar o fio”, dizem. Como gritava um encarcerado: “passa um fio para cela 08”! Segundo os presos, nos corredores tem um ritual muito respeitado por todos nas celas:

“Se a mulher do preso vai passando, baixa-se à cabeça. E se alguém falta com respeito, gera muito conflito e pode levar até a briga e morte do companheiro.” (IMBURANA)

Na visão de alguns grupos que circulam no espaço do presídio, os corredores são lugares de maldades, covardias, violências. Para garantir a segurança no corredor da prisão, o Capitão anda às vezes armado junto com vários agentes e policiais, pelas galerias.

“É a única maneira que o Capitão encontra para perceber a trama dentro do presídio e colher informações: pelos gestos da gente nos corredores.” (MANDIGUEIRA)

“Para o Capitão, tem três tipos de informantes entre os presos: o que fala para prejudicar algum dos companheiros, o que revela segredos para obter favores e aquele que ajuda sinceramente o Capitão a descobrir a verdade”. (JACARANDÁ)

Discernir entre as três possibilidades é fundamental para que uma “notícia” vinda da massa carcerária possa ser divulgada. A massa carcerária faz o que os “xerifes” (os chefes de cela, na organização dos presos) orientam como resistência ou “outra lei”, como eles dizem.

As lideranças (xerifes ou chefes) nem sempre são pessoas que pensam a resistência coletiva como “outra lei”: às vezes são pessoas que continuam a fazer da violência meio de vida. Os presos dizem que podem ser muitas vezes “almas sebosas” e que os conflitos que

elas nem sempre ajudam a resolver, mas a esticar, causam boa parte dos assassinatos do Presídio.

Os xerifes das celas têm muitas vezes ligação com os grupos do crime organizado, que são sempre pessoas que cometeram crimes perversos, assaltos violentos e que estão envolvidos com a organização do tráfico.

*“Os que vêm do crime organizado são os fortes candidatos a liderar nos presídios e se o cara entra assustado, acuado, temendo os companheiros, esse não serve para a direção da nossa organização”* (EUCALIPTO)

Um dia, nós estávamos percorrendo um dos corredores e o telefone celular tocou; um encarcerado olhou-nos e disse: “não vaze, já chega os pombos- correios.” Olhamos para ele com um ar de sorriso, dissemos que ficasse tranqüilo. O telefone celular melhorou muito a vida dos chefes de quadrilhas e dos presos, passando a ser um meio de comunicação extraordinário dentro da cadeia. Segundo os presos:

*“O celular e a droga são trazidos pelos agentes penitenciários. Ganham seiscentos reais, os agentes, para passar um celular para os que podem e que estão presos. E podem porque são de organizações”.*( JUAZEIRO)

*“Um agente ganha de 600,00 a 700,00 reais para ir buscar na casa do preso o celular. São bandidos, mas não vão para cadeia. Nos organizamos em grupos sólidos para resistir às pressões na cadeia, e para comandar as quadrilhas lá fora”.* (CAJUEIRO)

*“Vou morrer como vivi. A sociedade me rejeitou a vida toda e para mim só resta o caminho de me organizar aqui e tentar virar a mesa. Tive de apertar o gatilho pra viver. A lei daqui é também a dos agentes. Elas fazem suas ‘leizinhas’ funcionarem e são essas leis que chegam mais de perto até nós. Outra eu não sei; a dos advogados é longe, pro alto, dominando. A gente vai levando do nosso jeito: enverga, mas não cai.”* (CARVALHO)

### 3.6 CENÁRIO V – Refeitório – comer vigiado



Figura V - Lugar onde se serve a comida aos presos que estão na sua hora do banho de sol

Esse lugar é um espaço que junta os encarcerados em fila para comer. Cada um traz sua vasilha de plástico e vai para a fila receber sua comida por baixo de grades. A comida é servida a partir das 10:30 da manhã, quando o sol está forte; eles ficam ali até a distribuição.

Segundo os encarcerados, eles também são humilhados na hora da comida: “ninguém pode reclamar e se vê algo diferente não pode falar, se não vai para o cacete. A delação por aqui é uma lei que passa por baixo de tudo. Tem delatores de todos os lados para levarem informações”.

*“Somos vigiados pela polícia, pelos agentes e por uns companheiros que estão do outro lado e são babões”. (CAJARANA)*

*“A qualidade da comida é terrível; um dia encontramos tapurú no macarrão; outro dia, vem carne velha espumando feito cachorro doente; outro dia, o feijão é duro feito pedra e ainda dizem que o Estado gasta por mês 600,00 reais com cada preso. A gente fica se perguntando pra onde foi esse dinheiro todo... Já que a comida é péssima, a saúde não funciona. É difícil de acreditar nestas pessoas que usam o nosso dinheiro para benefício próprio e decidem as coisas sem nos consultar; esquecem que nós somos gente e que ninguém aqui é ‘burro’. Somos gente e também pensamos e temos nossa opinião”. (CASTANHEIRA)*

Ao lado dos encarcerados que servem a comida, conversamos com os presos e perguntamos se os presos valorizavam seu trabalho na cozinha; uns disseram sim e outros, não; falaram que era preciso *saber levar* e que *ali*, até na cozinha também se procurava agradar.

Nesse dia serviram o almoço com frutas; cada um recebia três laranjas pequenas; nunca havíamos visto eles receberem frutas e perguntávamos que tipos de frutas eram comuns ali. Eles disseram: banana e laranja; banana, de manhã e laranja, na hora do almoço. Um encarcerado nos chamou baixinho e disse: frutas, só uma vez por semana.

Nesse dia, o feijão tinha uma boa aparência; novinho. Estranhamos. Sempre havíamos visto feijão velho e eles responderam que “colocam no ar o que o Estado manda” e dessa vez, por sorte, como dizia o encarcerado, estavam comendo um bom feijão. Segundo um encarcerado, nem sempre se serve a comida com tranqüilidade como agora.

*“Em dia de visita, mal toca a sirene e os agentes entram amedrontando as visitas e correndo com as armas em punho. Não deixam a gente pegar a comida direito, tem que entrar correndo e às vezes ficamos sem jantar”.* (MARMELEIRO)

*“Somos gente e são poucas as pessoas como a senhora que têm coragem de entrar aqui e vir conversar com a gente. A nossa identidade é destruída quando caímos na cadeia e eles não pensam como a gente fica frente à sociedade”.*(BAMBU)

Difícil é desvelar o desapontamento do encarcerado ao contactar suas próprias falas; eles se perguntam: será que a gente vai sobreviver a tamanha opressão? Mesmo sabendo que podem morrer em pouco tempo, alguns reagem. Outros silenciam. Tudo isso dentro de uma lógica diversa da institucional, como reação a ela e, mesmo, em conflitos dentro dela própria. Dizia um encarcerado dessa “outra lógica”. Atentemos para ela.

Nos contaram que um dia um companheiro de cela enfrentou com palavras um dos diretores que destratava os encarcerados, e foi então que ele atirou no preso. A bala pegou na grade e seguiu em direção ao olho do preso, que ficou cego. Tivemos a oportunidade de conhecer esse encarcerado que está preso faz oito anos e não se propõe a falar mais nada, porque tem medo de morrer. Outra situação semelhante foi narrada nestes termos:

*“Um dia em que a gente estava na fila para receber a comida, um dos diretores anteriores entrou atirando e o tiro pegou em um dos companheiros nossos; ele chegou a morrer horas*



*depois: a bala atingiu seu coração e todos saíram correndo, procurando livrar-se”.*  
(BABAÇU)

Entramos no almoxarifado. Lá é o lugar de guardar comidas, materiais de limpeza, panelas, alimentos etc. Constatamos como alguns alimentos são ruins, realmente. Têm acesso a esse espaço, os presos que trabalham no local, como também os funcionários da cadeia. Um dos presos que estava lá nos disse:

*“Outro conflito que tem na cadeia, para a senhora ver, além do pagamento das dívidas é a inveja; só basta o preso ter uma mulher bonita, televisão e cela arrumadinha ou entrar boas comidas para ele, que ali é motivo de inveja e briga. Trabalhamos muito para cozinhar para esses marmanjos e eles dizem que somos babões e não confiam em nós. É difícil para nós, que acordamos às 4:30 da manhã, cozinhar pra esse povo que ainda não agradece. Confesso que às vezes eu venho com raiva fazer a comida; para nós homens é difícil”.* (BENJAMIN)

O preso fala do que faz com um certo desprezo, ele sente pouca conexão com o que faz. Uma coisa observável nas cadeias é ver pessoas do sexo masculino lidando quotidianamente com tarefas culturalmente associadas à feminilidade. A clara separação entre o sexo desses presos e o gênero da ocupação que exercem na cadeia permite colocar em evidência a diferença conceitual entre sexo e gênero. Uma vez que gênero é a construção social do sexo e se relaciona com poderes, trazemos o gênero para o campo da discussão dos significados socialmente atribuídos às diferenças que se percebe entre os sexos (SCOTT; 1990). O preso da cozinha, ao final de sua fala disse “para nós, homens”, como quem percebe a diferença construída socialmente.

### 3.7 CENÁRIO VI – Espaço de punição e de extremo sofrimento



Figura VI – Celas do isolamento

A cela do isolado caracteriza-se por ser uma cela individual, também sem camas, onde fica o preso que por ter cometido “contravenções” consideradas mais sérias; aí o preso fica completamente isolado dos outros, se tornando alvo constante da repressão da cadeia. A cela do isolado é também um espaço sombrio, triste, estreito, feio.

Nesse espaço, existe um estreito corredor com quatro celas cinzas e paredes cheias de óleo preto; é um lugar deprimente e bastante escuro, com um odor terrível; alguns papelões são postos no chão para os encarcerados dormirem e há um banheiro com a bacia sanitária soterrada e um esgoto entupido. Os encarcerados que estavam na cela do isolado nos falavam assim, após a nossa pergunta:

#### **O que esse lugar representa para você?**

*“Esse lugar é um ”gala bolso” – quer dizer, é isolado de tudo.”*

*“Lugar embaçado geral, sem dó, miserável, tá bolado”*

*“Isso é um inferno ardedor, lugar de louco”(TUIA)*

É um espaço de existência atribulada, que parece levar ao desequilíbrio; o preso que está no isolado reivindica, desconfia e não aceita o lugar de submissão a que está sendo confinado. Na primeira vez que visitamos a cela do isolado, havia uma cela vazia há cinco dias. Um encarcerado se suicidou: não suportou o tratamento e, com sua própria camisa interrompeu sua vida; havia resistido cento e dezesseis dias nesta cela; nela, ficaram suas marcas com tinta preta na parede, marcando os dias que ele contava de sua estada ali. Essa não é a única atitude de não resistência, segundo um encarcerado “suicida não falta na cadeia, nem todo mundo agüenta a pressão”.

Na cela do isolado se manifesta de forma mais acabada o esquadramento disciplinar: são estabelecidos lugares rígidos, como o isolado, para a observação e o controle maior das individualidades, no sentido de neutralizar os comportamentos dos sujeitos e as possíveis alianças com outros. Foucault mostrava a teia que fazia das prisões o lugar também de produção do sujeito delinqüente. Nessa linha de pensamento, Rauter diz:

A prisão inaugurou, com uma modalidade de punição dita mais humana, um saber sobre a delinqüência. Na verdade, diríamos que a prisão produz a delinqüência, não no sentido de que se devesse reformulá-la ou de que seu funcionamento tivesse que ser aperfeiçoado. Ao contrario, dizer que a prisão produz o delinqüente é dizer que cumpre plenamente seu papel enquanto dispositivo de controle social (2003, p. 119).

Transitando por esse espaço, de outra vez encontramos um encarcerado revoltado, fazendo greve de fome; ele e seu companheiro de cela estavam há três meses e vinte e seis dias no isolado, sem ver família e sem direito a receber nada. Havia desespero em seu olhar. Um deles disse que tinha ido para o isolado “porque atrasei um dia no presídio de Mangabeira e lá é semi-aberta”.

Já o outro se dizia ter estado em desespero, quando foi para o isolado e acrescentou: “não somos bicho para viver em uma jaula, estou a ponto de enlouquecer; eu errei, eu sei, mas nós somos gente”

A revolta tomou conta do seu coração e os dois disseram que iam continuar em greve de fome para ver se alguém da direção ou os agentes os tiravam de lá e os soltavam, pois eles são do presídio de Mangabeira e lá é semi-aberta, estão apenas pagando um castigo.

“A vida é muito ingrata com nós e o Brasil não sente que está formando monstro; olhe pra mim, pareço um bicho, fedo mais que porco, pois faz quase quatro meses que não me banho”.

Um outro preso, que estava na última cela, gritou de lá: “estou aqui porque minha mulher denunciou o que ‘os caba’ faz com nós e eu que acabei pagando: recebi peia e estou aqui pagando um castigo já faz quase quinze dias. Mas Deus tá vendo.”

Com essa nova direção, diziam os presos, “qualquer coisa é isolado”. O preso que estava na cela do meio disse: “estou aqui porque os agentes tocaram a sirene e eu demorei entrar. Me deram um telefone e me botaram no isolado, estou aqui faz treze dias e na minha cabeça tem muita revolta.

Em outra cela estava um encarcerado negro: febril, franzino, com um olhar sombrio e sem vida, que disse: “estou aqui porque matei duas “almas sebosas” que estavam na cela vizinha. Estou aqui bem merecido; mas esses dois daí é sacanagem; tudo desse capitão é isolado... pra sujar nossa ficha e a gente demorar sair; eu vou morrer aqui mesmo e nada importa; isso aqui é o lugar mais “abarroado” da cadeia. O caminho do crime nenhum bandido se arrepende e para criminoso só há três caminho: cadeia, cadeira de roda e caixa”.

Como dizia Boff, as pessoas reinventam o que é possível em contextos em que necessitam sobreviver; reinventariam o Direito, nas situações da prisão: isso seria uma forma de ordenação reativa à outra, à oficial?

O ser humano é um ser criativo, pensa alternativas. E, se não consegue pensar, resiste e se rebela, levanta-se e protesta, ocupa terras e funda uma outra ordem, um outro direito difuso ligado à vida, ligado à liberdade. Não é o direito que enquadra, que privilegia, que afirma “essa norma, e isso é o correto, isso é o constitucional”. A vida, especialmente quando submetida à coação, busca e cria outras formas de ordenação. É sua transcendência que lhe confere essa liberdade criativa. Liberdade pelo menos de protestar e de se insurgir. E quando a opressão é de tal forma pesada, em face da qual não se pode mais fazer nada, pelo menos se pode protestar, pode-se fazer uma absoluta recusa. Pode-se torturar o ser humano, e até matá-lo, mas ninguém lhe tira essa sua capacidade de se opor (Boff, 2000, p.38-39)

Circulando pelo pátio e extraíndo a oralidade da turma do pavilhão cinco, que estava solto nesse horário, eles confirmaram o que os companheiros nos disseram; dois deles tinham ido para o isolado porque levaram água e cigarro para os companheiros e não pode - é terminantemente proibido passar aquela tranca de arame; quem se aproximar da área onde

está o grupo do reconhecimento e do isolado é punido com...isolado. Um dos que ficou no isolado porque levou água para o companheiro, conta sua experiência em forma de *rap*:

Alô, alô meu amigo  
 Passo a me apresentar,  
 Sou da história do Funk,  
 Cheguei aqui pra falar,  
 De uma realidade  
 Que vai até magoar.  
 Falo, pois, é, dos amigos  
 Que estão no isolado,  
 Sofrendo muito, o bastante  
 Aqui dentro da prisão,  
 - Que aqui até a água se nega.

Dei um gole d'água pura,  
 Para um dos companheiros  
 E olhe só: o resultado  
 É que eu fui pro isolado  
 Fiquei longos trezes dias  
 Num castigo arrojado  
 Isso me fez sentir muito,  
 Sentir que isso está errado,  
 Ôi, se liga autoridade  
 E preste bem atenção,  
 Nós não somos bicho, não,  
 Alô, alô meu amigo  
 Outra coisa vou contar,  
 Quando é dia de visita  
 Pro isolado é embaçado,  
 É o dia que essa turma  
 Fica ainda mais amarga,  
 Pois mesmo nossas famílias  
 Não podem nos visitar.  
 (CIPRESTE).

A transcendência: o lugar da palavra que o sujeito se permite dizer. Um outro nos falou, quando caminhávamos do isolado de volta para as celas:

“Aqui é muito sofrimento, eles batem para arrepiar; advogado da casa a gente nem conhece. A força de me regenerar vem de dentro de mim, para suportar o abandono da família, a seqüência de assassinatos que foi a coisa pior que já vi aqui. Eu não consigo virar bandido porque Deus habita em mim e me capacita. A porta larga é do submundo do crime e das drogas e a porta estreita é a de Deus. Os meus companheiros zombam de mim porque sou crente”.

Ouvindo os contextos de dor narrados pelos detentos do isolado e, ao mesmo

tempo, ouvindo seu RAPPER, depois escutando a reflexão acima, observo como há dimensões que, mesmo parecendo soterradas no humano, em contexto tão duro como o do cárcere, voltam a falar no sujeito.

O grande poeta argentino Martín Fierro diz que o tempo “*é a tardança daquilo que está por vir*”. Percebemos essa formulação, como mostrando o processo de realização do tempo (tardança) vindo do futuro em direção do presente. Leonardo Boff (2000, p.19) afirma a transcendência como um desafio para o humano; como uma forma de negar o inexorável da injustiça:

*Creio que a transcendência é, talvez, o desafio mais secreto e escondido do ser humano. Porque nós, seres humanos, homens e mulheres, na verdade, somos essencialmente seres de protesto, de ação de protesto. Protestamos continuamente. Recusamo-nos a aceitar a realidade na qual estamos mergulhados porque somos mais, e nos sentimos maiores do que tudo o que nos cerca.*

Percebe-se como o ser humano parece manietado, mas é livre enquanto sentido – quando escutamos tudo o que nos tem tomado o tempo e a reflexão, o lugar da prática social e do sentimento nos últimos meses que temos estado a concluir a pesquisa que aqui escrevemos. Na trajetória de fabularmos sobre o vivido, encontramos essa liberdade de ser que não se reduz aos limites da dor. Realmente, em meio a limites tão duros se escuta a palavra Deus. É que a transcendência é constitutiva da própria identidade humana – é ela que possibilita ao humano erguer-se de sua natureza animalizada e superar os limites do político em seu tempo; transcendência é humanização - como dizia um encarcerado: “bruto sou, mas tenho amor”.

A dimensão da transcendência impulsiona o ser humano a buscar novas maneiras de viver e sobreviver dando sentido às suas experiências. Essa força que nutre possibilidades no ser humano, faz com que ele possa recriar a cultura, a vida e os possíveis, mesmo em contextos tão difíceis. Afinal, o que pode ensinar a crueldade?.

Boff coloca o ser humano como projeto infinito. Apesar da finitude ser inerente à condição humana, pois somos seres que caminhamos para a morte, a criatura humana também busca o infinito, e aí reside à dimensão da transcendência: é o mais lá do espírito eterno que somos. No dizer de Boff, “*somos seres de enraizamento e seres de abertura*” (seres da imanência e, também, da transcendência).

“A raiz nos limita porque nascemos numa determinada família, numa língua específica, com um capital limitado de inteligência, de afetividade, de amorosidade”. Esta é nossa dimensão de imanência. “Mas somos simultaneamente seres de abertura”, pois ninguém segura os nossos pensamentos, ninguém amarra as emoções, ninguém é capaz de aprisionar-nos totalmente. Transcendência é o devir do espírito, que somos todos nós. Por que temer a transcendência?

No caso dos presos, como vimos, mesmo que em celas fechadas e obrigados a se submeterem a situações de violência e regras difíceis, são livres, porque sempre nasceram livres, e sua essência está na liberdade. Esta dimensão da transcendência nos possibilita “romper barreiras, superar os interditos”, ir até esse Outro, o preso, silenciado, quase sempre. Por que fazer uma dissertação que continuasse a calá-lo?. Um encarcerado dizia: *meu corpo dorme nesse lugar, minha mente viaja por lugares bonitos e ninguém manda nos meus pensamentos*. Ele afirmava uma outra realidade na qual também estava inserido; havia o possível nessa fresta. Deus, mesmo ali inominável, lá estaria.

De uma cela, escutamos ainda:

*“Eu nunca havia escutado e prestado atenção aos passarinhos. Hoje olho dessas grades como eles sobrevivem com pouco. Passei a dar valor às coisas pequenas e simples nesse lugar sombrio. Sei que Deus olha pra mim e por isso tenho amor.*

José Comblin<sup>14</sup> nos convocou à reflexão que Boff fazia, nestes termos:

Desbordamos todos os esquemas, nada nos encaixa. Não há sistema militar mais duro, não há nazismo mais feroz, não há repressão eclesiástica mais dogmática que possam enquadrar o ser humano. Sempre sobra alguma coisa nele. E não há sistema social, por mais fechado que seja, que não tenha brechas por onde o ser humano possa entrar, fazendo explodir essa realidade. Por mais aprisionado que ele esteja, nos fundos da Terra, ou dentro de uma nave espacial no espaço exterior, mesmo aí o ser humano transcende tudo. Porque, com seu pensamento, ele habita as estrelas, rompe todos os espaços. Por isso, nós, seres humanos, temos uma existência condenada - condenada a abrir caminhos, sempre novos e sempre surpreendentes” (Boff, 2000, p. 22-.23)

---

<sup>14</sup> José Comblin, é escritor e sacerdote diocesano, nasceu em Bruxelas, é Doutor em Teologia pela Universidade de Lovaina. Escreve em revistas nacionais e internacionais e já escreveu mais de oitenta livros, além disso vive pelo mundo inteiro assessorando os mais diversos grupos eclesiais e sociais da América Latina.

Muitas situações de transcendência nos via emergir do cotidiano da cadeia: elas pareciam fazer um contraponto quase em surdina. Inúmeras preces se faziam a nossos olhos; reflexões sobre Deus também eram narradas e se teciam diante de nossos olhos atentos: nessa hora, chegávamos em casa e precisava de Padre José para conseguir compreender Deus ali, nas significações que os presos davam à experiência do cárcere. Os presos contavam desde seus enamoramentos até a descrição dramática das suas memórias do cárcere - marcadas, como vimos, por situações dolorosas como as da perda dos próprios amigos, que foram assassinados dentro da cadeia.

Um dos casos tristes que um encarcerado contava: *eu vi meu melhor amigo ser esquartejado, eu gritava da outra cela e ele com um gesto sereno levantou seu crucifixo e me entregou através do seu olhar . Os agentes de forma bruta ordenaram que os presos levassem seu corpo dali; eu passei pelo meio daqueles que rodeavam seu corpo e peguei o crucifixo; e fiz uma prece em voz alta para aquele inocente.*

É nesse momento que, no relato dessas memórias, percebemos que os detentos lidam com essa alma sutil da transcendência. O humano transcende: é ato e processo; em uma palavra: devir. A prece, como reflexão, que era o modo que nós víamos a acontecer ali no cárcere, evidenciava uma conexão entre o histórico e aquilo que é algo diverso do histórico, algo de que o supera e segue, infinito se tecendo desde já. Como reflexão, reiteramos, a prece parece vista por eles como tecido da vida, caminho de lutar e superar o sofrimento. Também a prece parece ser um momento ao qual se referem como sendo algo da ordem de Deus: um Bem incondicional. Nesse sentido, constitui um tipo de humanização a reflexividade da prece e das “conversas sobre Deus”, como eles diziam.

*"Aquele olhar do meu amigo jamais posso esquecer; parece me lembrar Deus. O olhar do meu amigo me persegue sempre: tanta súplica, tanto amor existia em seu olhar, que eu me senti quase inimigo da sua própria vida, por não poder fazer nada; ele era inocente e não estuprou ninguém".*

“A saída de um preso aqui... parece que a seleção fez um gol; todos vibram. Uns dizem: vai com Deus, irmão. Outros: Deus te abençoe; outros gritam: valeu, companheiro, não volte mais”.

Eis aí a profundidade e dramaticidade da experiência de transcendência.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O educador Paulo Freire colocava como fundante de todo ato e contexto educativo a transformação dos seres humanos - de objetos passivos ou apassivados - em sujeitos do conhecimento e seres da práxis, essa prática educacional refletida. A partir dessa referência freireana, poderíamos nos perguntar: que tipo de conhecimento vimos ser produzido no percurso educacional do cárcere?

Educar, para Freire, implica o desvelamento das condições que produzem a opressão e que estão a reduzir sujeitos a um funcionamento desumano. Que contextos reflexivos e dialógicos se proporciona aos detentos? Em que tipo de prática social se sufoca, no cárcere, o trabalho também como forma de educabilidade? Que experiência educativa poderia caminhar na direção de transformar o sujeito que cometeu um delito em um sujeito capaz de repensar esse ato?

Ao invés de um percurso educativo, vimos um percurso onde se legitima o desvalor do preso, afirmando-se sua impossibilidade de modificar-se e de modificar as condições sociais que o conduziram ao delinquir. Poder-se-ia, nos contextos do cárcere, proporcionar aos detentos o desvelamento de sua própria realidade (FREIRE, 1983), condição para o educando sair da condição de objeto para a de sujeito, mediante um processo de ação cultural que se daria em situações dialógicas nos vários cenários do cotidiano dos detentos?

Vimos como os presos de referiam ao presídio como um *depósito: essa construção vivida no cotidiano da prisão parece ter assinalado mais, junto ao preso, sua condição de objeto das práticas disciplinares do cárcere e tornado o sujeito todo ele um delinquente*. O sentido de participação do preso na sua reconstrução ou reeducação (no seu crescimento, já que educamos o humano porque ele é um ser incompleto e se transforma), nessa perspectiva, está a ser relegado. Como, então, os aprendizes podem criar condições de situarem-se como capazes de transformar contextos opressivos que os fizeram delinquir?

Poder-se-ia dizer, ainda, que observamos como no cotidiano do cárcere todo um conjunto de significações são urdidas no sentido de dizer que todo ele, o sujeito preso, “não tem jeito”, “não presta”, é todo ele “errado” e desviado. Observamos como acontecem o que vemos nomear como *deslizamentos: o desvalor do preso resvala para toda sua experiência e suas interações*. Ao darmos voz a suas falas, vimos como o preso vivencia essa desqualificação que *desliza* para com sua mulher, filhos e sua vida como um todo.

Observamos como no cárcere é vivenciada a discriminação sofrida pelas mulheres dos presos, em especial - como o desvalor conferido à “mulher de preso” têm poder depreciativo junto ao detento e des-historiciza as relações sociais, como também dificulta ver as possibilidades de transformação dos contextos de miséria social. A dominação é reencenada nos mínimos gestos da visita íntima, como da vistoria – é desse modo como são sentidos esses momentos pelos presos.

A construção da subjetividade do preso se sedimenta também nos atos do cárcere que reafirmam uma visão que reifica o preso como alguém que não muda. Essa visão reificada (coisificada) se corporifica na teia de significações que o vêem com o nome dos artigos de suas infrações. É nessa medida que - por meio desses recursos que vão constituindo a cultura institucional do cárcere -, a pessoa se torna toda ela o seu próprio delito e nesse processo se reduz a “uma coisa que não muda”.

Também as relações da segurança e dos funcionários do presídio com os presos parecem quedar-se nesse processo de coisificação. Parece que entre funcionários de presídio e presos não há interação possível, a não ser a da contenção. Pôde-se ver como não se parece conceber como viável no presídio, a mudança no padrão dessas relações, que no cárcere se instala essencialmente de modo persecutório, entre o pessoal da administração do estabelecimento e os detentos.

O protagonismo humano no contexto das transformações sociais, na visão freireana, visto como elemento central de uma pedagogia libertadora, necessita inscrever seu movimento em relações sociais em busca de sua horizontalidade. Vimos, todavia, na perspectiva dos detentos, narrativas onde as relações sociais alcançam extremos da violência e opressão – ainda que em nome da contenção e da ordem.

A ausência de diálogo, de práticas de discussão circulares e de trabalho, para o geral das situações do cárcere, parece desencadear, ora enfatizar a reprodução aguçada desse modelo de relação baseado na dominação e na coação extrema, na desqualificação e no medo: seria isso educativo? Entre os detentos (que, na verdade, já viviam de algum modo isso, nos contextos onde cometeram seus delitos), isso não seria uma forma de forjar a revolta e o desamor, a tirania e a perversão?

Se o potencial de resistência e crítica social é reduzido a patologias e crime, como haver processo educador capaz de conduzir educandos para o desvelamento das suas realidades, situando-se como sujeitos históricos e, pois, mutantes?

Muito embora se tenha visto, nos relatos dos presos, que eles parecem ter a percepção de que reproduzem mecanismos de violência entre si - nas celas, pátios, alas e

corredores, em especial -, será que podemos reduzir os possíveis do humano a essa mera reprodução? Historicamente, com a mesma força com que a acumulação do capital acontece, a resistência a ela sempre vige; com a mesma pertinácia com que se expande a acumulação, se tem construído resistência a essa tentativa de perpetuação das estruturas de dominação do capitalismo.

Constatamos na pesquisa que fizemos, então, como seria importante, pois, que nossos estudos acadêmicos tentassem desvelar as possibilidades de resistência e como elas se constroem nos sujeitos, em estabelecimentos educacionais que condensam a problemática grave da privação da liberdade.

Uma vez que os processos sociais estão eivados não só de reprodução, mas, também, de resistência (GIROUX, 1986) e, acrescentaríamos, com Freire (1983), de esperança utópica, na situação extrema do cárcere também vicejam esses movimentos de reprodução (repetição da violência) e resistência (transformação).

Ao focalizar as vozes dos educandos – presidiários -, que se expressavam na forma de representações sociais sobre suas experiências educacionais, no período em que estavam no cárcere, nós víamos que no mundo do cárcere o que é dito pelas instituições (e pela ótica da administração) sobre o presidiário, não se conecta necessariamente ao mundo do saber de experiência feita, e ao “mundo do fazer” e do “sentir” que vive o sujeito encarcerado.

Há como que um construto de saberes posposto ao sujeito que são conhecimentos desenraizados do sentir profundo, da experiência de si que têm os detentos. Desconectada da memória e sobreposta ao caminho trilhado pelos detentos, há um conjunto de representações que o coisificam e que eles respondem a ela de modo também violento. Diversa, portanto, da reflexão dos aprisionados feita sobre os *saberes vividos*, que são plenos de sentido e estabelecidos pela experiência própria dos detentos, há uma teia de representações que funcionam apenas reproduzindo dentro de si o olhar do dominador ou da instituição.

Assim, quando dávamos espaço à escuta dessas vozes desautorizadas em seu saber, em seu anseio articulador de sentido no contexto da experiência carcerária, nós observávamos que íamos resgatando uma memória dos afetos que estava submersa. A experiência no mundo do trabalho, aos poucos ia sendo também trazida para os exercícios de fala e resultavam por produzir um certo desvendamento dos laços que os presos travavam entre si. A autoralidade trazia um sujeito de volta – um sujeito que resistia.

Também a dimensão da transcendência se levantava como uma experiência de dar significado à vida, a partir de explicações de totalidade, de finalidade da existência. Por ela parecia se imiscuir a dimensão da moral, então ensaiando ser refletida.

É que no presídio, por personificar a lei, o Estado se confundia, aos olhos do detento, com a própria idéia de moral, ou de toda a moral possível. E, se havia (como se observou) uma reação profunda à forma de vida do presídio, era o próprio sentido e a significância da idéia de moral e sua função no mundo social e na psique que ficava abalada, fendida. Essa “rachadura”, símbolo de uma disputa, tentava ensaiar sua recomposição no recorrer do preso à transcendência.

Já que o poder administrador no cárcere apareceu, então, como um aparato de dominação social que não realizava uma proposta de lei e uma proposta de educação que comportasse a dimensão moral, como os presos poderiam realizar a reconstrução esperada? Pareceu que a escolarização vivida nas situações do cárcere não alcançava discutir as temáticas vividas pelos detentos essa própria pesquisa foi uma tentativa de fugir a essa sentença de silenciamento.

As práticas disciplinares, ao negar os possíveis dos sujeitos, não estariam a negar a educabilidade de sua própria função? Ora, Foucault dizia que as práticas disciplinares, nas instituições totais como as prisões, estavam a cumprir seu “suplicante fundo” para com os membros das classes populares que haviam sucumbido aos contextos de pobreza onde cometeram delito. Criadas para garantir o modelo acumulador do capital e seu funcionamento excludente, a segurança que no presídio parecia devorar a dimensão dos possíveis em educação, se fazia por meio de dispositivos disciplinares que resultavam por tecer uma subjetividade que reproduzia a mesmice.

A noção de desvio, segundo Rauter (2003, p. 97), tomada comumente como o que é excluído da uniformização feita com o modo de funcionar do sistema capitalista, ao negar valor à experiência e interação dos sujeitos, vedava suas palavras e seu saber. Em nome do discurso do poder do Estado, que se corporificava nos instrumentos disciplinares, se ia legitimando a própria dificuldade institucional no que concerne à tarefa de educar.

Pensar a educação no cárcere implicaria buscar dar um lugar de sujeito ao detento: dar-lhe um lugar como sujeito de fala, de linguagem, capaz de construir possíveis. Educa-se porque o futuro não é um dado inexorável: pelo contrário, é algo passível de transformação. O Outro que é o detento, ao ser considerado “coisa” que não muda, também confere à instituição penitenciária uma função de depósito. Superar essa cultura institucional do cárcere que nega voz ao detento, parece exigir que um movimento dialógico possa ser instaurado no cárcere e que se possa construí-lo ao retomar a discussão sobre sua dimensão educativa.

A reificação vivida no cárcere, essa coisificação ou negação dos detentos como sujeitos históricos, humanos, transcendentais, parece exigir um trabalho reflexivo inicial sobre

como os “lugares, tempos e as cenas do cárcere” estão educando, na intenção de ultrapassar-se a alienação das possibilidades do sujeito encarcerado que, nestes limites, necessita mais veementemente desenvolver sua humanidade, logo a partir da relação com o Outro que são os funcionários dessa instituição. Fica posto o desafio.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFIAS

APAP, Georges et. al. Restituir ao cidadão a consciência de suas potencialidades. In. **A construção dos saberes e da cidadania**: da escola à cidade. Porto Alegre: Artmed, 2002.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**. São Paulo: Martins Claret, 2003. (Coleção A obra prima de cada autor)

BETTO (Frei). **Cartas da prisão**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

BOFF, Leonardo. **A águia e a galinha**: uma metáfora da condição humana. 19 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. **Saber cuidar**: ética do humano, compaixão pela terra. 2 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. **Tempo de transcendência**: o ser humano como um projeto infinito. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Cidade do Porto: Porto Editora, 1994.

BORIS, Fausto. **Crime e cotidiano**: a criminalidade em São Paulo – 1880/1924. 2 ed. São Paulo: EDUSP, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRUNER, Jerome. **A cultura da educação**. Porto Alegre: Artmed: 2001.

CANETTI, Elias. **Massa e poder**. Brasília: Universidade de Brasília, Melhoramentos, 1995.

CANOTILHO, J. J. Gomes. **Direito constitucional e teoria da constituição**. Coimbra: Almedina, s.d.

COMBLIN, José. **O Neoliberalismo ideologia dominante na virada do século**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. (Série VI Desafios da cultura)

CERTEAU, Michel de. "Práticas de Espaço". In: \_\_\_\_\_. **A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer**. Petrópolis, Vozes, 1994.

CHIZZOTTI, Antônio. **A pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1998.

**CÓDIGO PENAL BRASILEIRO**. Decreto n.º 2.848 de 7 de dezembro de 1940, atualizado pela Lei n.º 6.898, de 30 de março de 1981. São Paulo: Saraiva, 1984.

CORRÊA, Mariza. **Os crimes da paixão**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

COSTA, Marisa Vorraber et.al. **Educação popular hoje**. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

DI ROCCO, Gaetana Maria Jovino. **Educação de adultos: uma contribuição para seu estudo no Brasil**. São Paulo: Loyola, 1979.

DURANTE, Marta. **Alfabetização de adultos: leitura e produção de textos**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1998.

DUARTE, N. **Educação escolar, teoria do cotidiano e a Escola de Vigotski**. Campinas: Autores Associados, 1996.

DUVEEN, Gerard. O poder das idéias (introdução). In: MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais - investigações em Psicologia Social*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

FAUSTO, B. **Crime e cotidiano**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

FERREIRA, Maria Emília Guerra. **A produção da esperança em uma situação de opressão: Casa de Detenção de São Paulo, Carandiru**. São Paulo: EDUC, 1996.

FIGUEIREDO, João Batista. **Representações sociais e educação ambiental**. Recife: Instituto de Ecologia Humana, 2000.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder.** 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir.** Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2004.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da esperança:** um reencontro com uma pedagogia do oprimido. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido.** 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia dos sonhos possíveis.** São Paulo: Editora Unesp, 2001.

GADOTTI, Moacir(Org.). **Educação popular:** utopia latino-americana. São Paulo: EDUSP, 1994.

GENTILI, Pablo (Org.). **Pedagogia a exclusão:** crítica ao neoliberalismo em educação. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade.** Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2002.

GIROUX, Henry. **Teoria crítica e resistência em educação.** Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos.** 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.

GOFFMAN, I. **Estigma:** notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro, Zahar, 1975

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. **Diretrizes de Política Nacional de Educação de Jovens e Adultos:** consolidação de documentos - 1985/1994. São Paulo (mimeo).

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história.** São Paulo: Paz e Terra, 2000.



JODELET, Denise (Org.). **As representações sociais**. Trad. Lílian Ulup. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

JODELET, D. **Representações sociais: fenômeno, conceito e teoria**. Paris: Presses Universitaires de France, 1984.

KELINGER, F. N. **Metodologia de pesquisa em ciências sociais**: um tratamento conceitual. São Paulo: EPU/EDUSP, 1979.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artes Médicas; Editora UFMG, 1999.

LINHARES, Ângela Bessa; OLVEIRA, Eliane Silva de. Espiritualidade e ciência: dialogando com Paulo Freire. In: OLINDA, Ercília Maria Braga de; FIGUEIREDO, João Batista de A (Orgs.). **Formação humana e dialogicidade em Paulo Freire**. Fortaleza: Editora UFC, 2006. (Coleção Diálogos Intempestivos, 29)

LINHARES, Ângela. **O tortuoso e doce caminho da sensibilidade**: um estudo sobre arte e educação. Ijuí: UNIJUÍ, 1999.

LYRA, Rubens Pinto (Org.). **Direitos humanos, os desafios do século XXI**: uma abordagem interdisciplinar. Brasília: Brasília Jurídica, 2002.

LOURO, Guacira Lopes. Educação e gênero: a escola e a produção do feminino e do masculino. In: SILVA, Luiz Heron; AZEVEDO, José Clóvis de. (Orgs.) **Reestruturação curricular**: teoria e prática no cotidiano da escola. Petrópolis: Vozes, 1995.

LUDKE, Menga, ANDRÉ, Marli E. D. **A pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, Roberto. **Ciência e saber**: a trajetória da arqueologia de Foucault. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

MARTINS, Francisco. **O nome próprio**. Brasília/DF: Editora UNB, 1991.

MATOS, Kelma et.al. **Movimentos sociais, educação popular e escola**. Fortaleza: UFC, 2003.

MEIRIEU, Philippe. Rumo a uma escola de cidadania. In. APAP, Georges et. al. **A construção dos saberes e da cidadania**: da escola à cidade. Porto Alegre: Artmed, 2002.

MILLAN, Marília Pereira Bueno. **Tempo e subjetividade no mundo contemporâneo: ressonâncias na clínica psicanalítica**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar Editora, 1978.

\_\_\_\_\_. **Representações sociais: investigações em psicologia**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

NEGT, Oskar, KLUGE, Alexander. **O que há de político na política**. São Paulo: UNESP, 1999.

NIARFEIX, Claude. Violência, exclusão e construção da lei: o lugar do sujeito. In. **A construção dos saberes e da cidadania: da escola à cidade**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

PAIS, José Machado. Ganchos, tachos e biscates. **Revista Lusófona de Educação**, n. 4, 2004, p. 181-182.

\_\_\_\_\_. Questionando culturas e identidades, utopias e fatalidades: reflexões de um sociólogo na solidão do quarto nº 514 de um Meliá Confort. **Revista de Ciências Sociais**, v. 63, Out, 2002, 149-173.

PAIXÃO, A. L. “Crime, controle Social e a Cultura Oficial da Sociologia”. **Revista Sociedade e Estado**. v. X, UNB, 1995.

PASTOR, Alain. Linguagem, construção dos saberes e da cidadania. In. **A construção dos saberes e da cidadania: da escola à cidade**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

POIRIER, Jean; CLAPIER-VALLADON, Simone; RAYBAUT, Paul. **Histórias de vida: teoria e prática**. 2. ed. Oeiras: Celta Editora, 1999.

RAMOS, Graciliano. **Memórias do cárcere**. 14. ed. Rio de Janeiro: Record, 1981. 2v.

RAUTER, Cristina. **Criminologia e poder político no Brasil**. 1982. Dissertação (Mestrado em Criminologia) – Departamento de Filosofia, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. **Criminologia e subjetividade no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

RIBEIRO, Vera Masagão. **Alfabetismo e atitudes**. Campinas, São Paulo: Papirus; Ação Educativa, 1999.

ROMÃO, José Eustáquio. **Educação de jovens e adultos**: cenários e perspectivas. São Paulo: Instituto Paulo Freire: 1999.

SÁ, C. PEREIRA. **Núcleo central das representações sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

SANTOS, Antônio Brasileiro R. **Metodologia científica**: a construção do conhecimento. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SANTOS, Boaventura S. **O Fórum Social Mundial**: manual de uso. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. As armadilhas da paisagem: para uma epistemologia do espaço-tempo. In: \_\_\_\_\_. **Para um novo senso comum**: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. São Paulo: Cortez, 2000.

\_\_\_\_\_. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 2000.

\_\_\_\_\_. **Um discurso sobre as ciências**. 9. ed. Lisboa: Afrontamento, 2003.

SCOTT, Joan W. Entrevista com Joan Wallach Scott. **Revista Estudos Feministas**, n. 1, 1998, p. 115.

\_\_\_\_\_. Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e realidade**. Porto Alegre, v.16, n.2, p.5-22, jul. Dez 1990.

SCOZ, Beatriz (Org.). **(Por) uma educação com alma**: a objetividade e a subjetividade nos processos de ensino/aprendizagem. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

TEODORO, Antônio. **Histórias (re) construídas**: leituras e interpretações de processos educacionais. São Paulo: Cortez, 2004. (Coleção Questões da nossa época, v. 114)

\_\_\_\_\_. **Globalização e educação**: políticas educacionais e novos modos de governação. São Paulo: Editora Cortez; Instituto Paulo Freire, 2003. (Coleção Prospectiva, v. 9)

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 10. ed. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 2000.

VARELLA, Drauzio. **Estação Carandiru**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

\_\_\_\_\_. **Por um fio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

VELLAS, Etiennette. Conferir sentidos aos saberes escolares: nada simples. In: **A construção dos saberes e da cidadania**: da escola à cidade. Porto Alegre: Artmed: 2002.

WAGNER, Wolfgang. Sócio-gênese e características das representações sociais In: MOREIRA, Antonia Silva Paredes e OLIVEIRA, Denize Cristina de (Orgs.). **Estudos interdisciplinares de representação social**. Goiânia: AB, 1998.

## APÊNDICE - Fotos que trazem outros cenários



Figura I - Banheiro da Cella da Favela

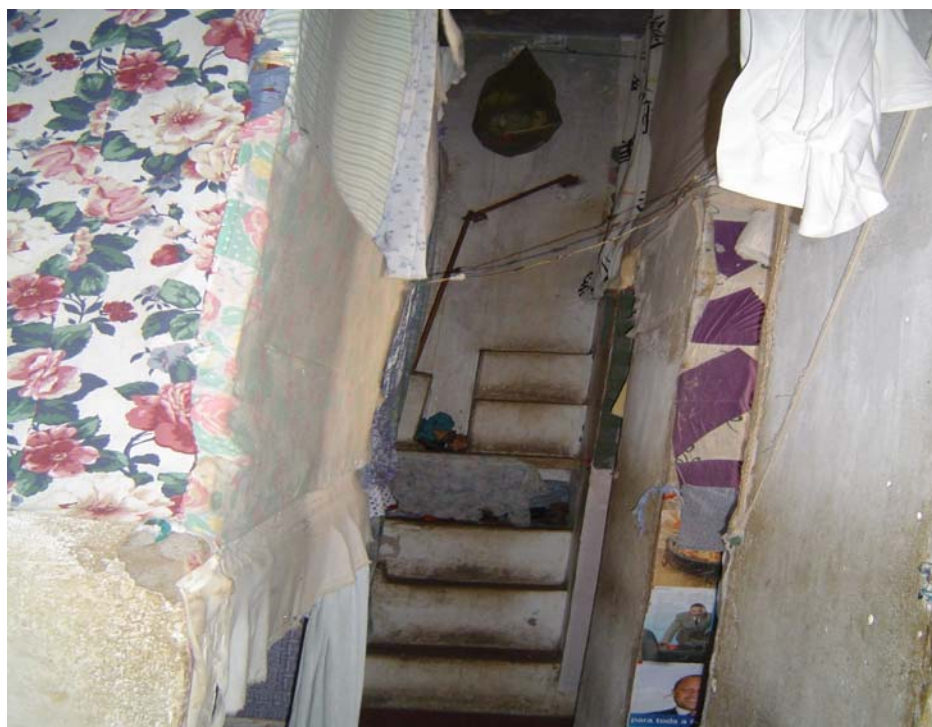


Figura II - Escada da cela na favela (cela 2)



Figura III – Espaço onde funcionava a escola dentro do Presídio



Figura IV – Cozinha onde se faz comida dos presos



Figura V – Revista no pátio



Figura VI - Entrada das mulheres em dia de visita íntima